

CEDI - P. I. B.
DATA 30, 10, 86
CD 0FD24

GT JAVARI 1985
- - - - -

RELATORIO DO LEVANTAMENTO DOS

GRUPOS INDIGENAS DO VALE DO

JAVARI

Í N D I C E

I	INTRODUÇÃO	p. 01
II	MATSÉS (MAYORUNA)	p. 05
III	INDIOS CHAMADOS KULINA DO RIO CURUÇA	p. 43
IV	MARUBO	p. 73
V	MATÍS	p. 102
VI	INDIOS DO QUIXITO	p. 140
VII	KANAMARI	p. 161
VIII	INDIOS KULINA DA FAMILIA ARAWA	p. 189
IX	GRUPOS ARREDIOS DO VALE DO JAVARI	p. 198
X	CONSIDERAÇÕES GERAIS	p. 212

RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO DOS GRUPOS INDÍGENAS
DO VALE DO JAVARÍ - GT/85

I — Introdução

A formação do GT Javará foi proposta pelos membros do Grupo de Estudo Javará, reunidos em Brasília através da portaria 1791/E de 24.10.84. Foi observado pelo GEa falta de informações a respeito da situação atual dos grupos indígenas do vale do Javará, e uma desatualização dos dados levantados pelo GT/80, o que não permitiu um posicionamento a respeito dos limites da área indígena nem de emitir propostas de ação indigenista.

O Grupo de trabalho foi então incumbido, através da portaria 1848/E de realizar um novo levantamento da área indígena do vale do Javará, com os objetivos de proceder estudos visando a redefinição dos limites e a complementação dos dados etnográficos, bem como levantamento fundiário.

O levantamento foi realizado em quatro etapas de trabalho sendo:

1ª - Rios Jaquirana e Curuçã.

2ª - Baixo rio Javará, até a confluência com o rio Curuçã.

3ª - Rio Itaquai.

4ª Rios Ituí e Quixito.

A equipe do levantamento se reuniu em Benjamim Constant, faltando apenas o técnico do Iteram que alcançou a equipe no decorrer da primeira etapa de trabalho.

Todas as fases de trabalho foram programadas conjuntamente entre todos os integrantes da equipe, tanto na realização do levantamento fundiário como do levantamento etnográfico. Em várias ocasiões foi necessário dividir o GT em equipes paralelas de trabalho com a finalidade de realizar de modo eficaz e no menor espaço de tempo possível o levantamento junto aos índios e a população ribeirinha. O cronograma de trabalhos foi planejado principalmente em função das condições de viagem pelos rios devido ao nível relativamente baixo das águas.

O levantamento da AI. Javari foi sem dúvida um trabalho difícil, tanto pelas distâncias enormes a serem percorridas em condições precárias, como pela extensão de todo o levantamento, e mesmo pela convivência prolongada de pessoas cujos interesses são bastante diferentes. Isto de tal modo, que as relações influenciaram o andamento dos trabalhos, e da nossa parte temos a dizer que o levantamento etnográfico foi prejudicado pelo procedimento dos técnicos do Incra e Iteram, que procuraram precipitar os trabalhos com a finalidade de se livrarem o quanto antes do compromisso assumido. Por outro lado os mesmos reforçaram e até avalizaram a presença de vários patrões seringalistas e madeireiros na área indígena do vale do Javari, dando-lhes informações incorretas quanto a sua situação fundiária e deixando de comunicar a interdição da área, e suas implicações. Por esta razão, em situações específicas, nos vimos na obrigação de preencher esta lacuna e informar os interessados sobre a real situação da área. Atitude esta que foi motivo de críticas por parte dos técnicos do Incra/Iteram, que por não querer prosseguir os trabalhos se valeram deste pretexto nos acusando de interferir em seu trabalho. Estas acusações são infundadas como poderá comprovar o segundo Coordenador do GT, Manuel Francisco Colombo.

Este relatório pretende contribuir na agilização do processo de demarcação da AI. Javari, e neste sentido, será dada uma ênfase maior aos diversos aspectos da realidade indígena relacionados com a ocupação da área, os limites territoriais assim como da ação indigenista da Funai nesta área. Os temas referentes aos aspectos culturais dos grupos, a vida nas aldeias, etc., serão abordados rapidamente uma vez que já constam de modo satisfatório no relatório do GT/80. Para a elaboração deste relatório serviram como fontes subsidiárias o processo 1074/80 e o livro do CEDI, Índios do Javari, do levantamento das populações indígenas no Brasil (1981), no sentido de evitar repetições de informações e tentar objetivamente realizar a complementação desejada.

Contudo, a fonte básica de informações contidas neste relatório, além dos dados levantados pelo GT/85, provem do trabalho indigenista desenvolvido pelas equipes da Operação Anchieta Opan/Prelazias locais, junto aos grupos

de língua Pano e Katukina, das áreas dos vales do Juruá e Javari, onde atuam há vários anos em contato direto com os índios.

Frente a precária situação dos grupos indígenas do vale do Javari, tanto pela falta de assistência como pela invasão constante de suas terras, estas equipes estão desenvolvendo uma ação indigenista mais ampla, através de uma Campanha pela sobrevivência dos grupos indígenas do vale do Javari.

Todas as informações que a equipe da Campanha possui, tanto aquelas constando neste relatório como outras provenientes de seu próprio trabalho nas áreas, serão utilizadas quando for preciso para o bom andamento da Campanha Javari. Os relatórios dos grupos Matsês e Kulina serão desenvolvidos com maior atenção, pelo fato de terem sido poucos ou nunca tratados até o momento, em relatórios anteriores.

Somos perfeitamente conscientes do atraso ocorrido na entrega deste relatório, cujo prazo se restringia a um mês. Este atraso deve-se a diversos motivos:

- o prazo estipulado para a feitura do relatório não corresponde as necessidades efetivas de um trabalho do gênero, cujo levantamento durou 4 meses.

- os nossos trabalhos e compromissos indigenistas em nossas respectivas áreas de atuação, solicitaram a nossa presença junto aos grupos Ticuna do Solimões, e grupos do Javari, Jutai, Juruá, frente a situação de emergência que exigiram da nossa parte um acompanhamento sério. Optamos portanto dar prioridade a estes compromissos.

- o desinteresse que a Funai tem demonstrado para a área do vale do Javari contribuiu para este posicionamento, o que causou nosso questionamento sobre a validade de entregar este relatório, uma vez que foi suficientemente comprovado o bloqueio exercido pela Funai no encaminhamento de outras propostas de delimitação que deveriam ser apresentadas ao Grupo Intministerial. Isto ainda mais frente a irresponsabilidade e conivência da Funai no caso em que propostas de delimitação foram aprovadas pelo Grupo e voltaram atrás de modo totalmente arbitrário, como aconteceu recentemente com as áreas Ticuna do rio Solimões.

Resolvemos finalmente entregar este relatório perante o compromisso assumido não tanto com a Funai, mas com os próprios Índios do Javari.

Por este motivo devem estar cientes que da nossa parte tudo será feito no sentido de cobrar a esta Fundação e a quem de direito, a agilização do processo de delimitação e demarcação da AI. do vale do Javari.

Estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos suplementares, e continuaremos firmes no nosso apoio a estes Índios, e prontos a colaborar naquilo que for para o bem estar e a autodeterminação destes grupos esquecidos do Javari.

II MATSÉS (MAYORUNA)

I	Introdução	p.	06
II	Histórico		
	a) Referências bibliográficas	p.	08
	b) Histórico do grupo	P.	09
III	Denominação do grupo e língua	p.	12
IV	Ocupação atual	p.	13
	- Utilização do território de caça	p.	16
V	População	p.	20
	a) Matsés arredios	p.	24
	b) Modo de vida	p.	25
VI	Situação atual		
	1. Saúde	p.	26
	2. Economia de subsistência	p.	26
	3. Economia para a comercialização	p.	27
VII	Relações sociais dos Matsés		
	1. Relações com não-Índios	p.	31
	2. Relações inter-grupal	p.	32
	3. Relações interétnicas	p.	33
VIII	Assistência		
	1. Infraestrutura	p.	36
	2. Saúde	p.	38
	3. Educação	p.	39
IX	Análise da política indigenista e propostas	p.	40
X	Limites da área Matsés	p.	42

MATSÉS (MAYORUNA)

1 — Introdução

O GT iniciou seu trabalho junto ao grupo indígena Matsés das cabeceiras do rio Jaquirana.. A equipe chegou na aldeia 31 no dia 10 de maio de 1985. No dia 11 de maio, em comum acordo entre todos os membros do GT, a equipe foi dividida da seguinte forma: Levantamento etnográfico nas aldeias do Lobo e 31, realizado por Silvio Cavuscens.

Levantamento fundiário e etnográfico do Alto Jaquirana e igarapé Batã e Hospital, realizado respectivamente pelos técnicos do INCRA e ITERAM, Coordenador do GT e indigenista L.Oliveira Neves. Esta segunda equipe foi acompanhada do Chefe do Posto do PI Lobo, e retornou no dia 17 de maio. No dia 20.05 a equipe novamente reunida se dirigiu do Alto Jaquirana para o rio Curuçã onde chegou no dia 25.05.

O levantamento da área do Lameirão não foi possível nesta primeira etapa de trabalho, por causa do pane ocorrido no barco após a realização do levantamento no Curuçã.

Ao final da primeira fase de trabalho, o Coordenador do GT pediu a sua substituição. A decisão do servidor Luis Antonio Sberze, de não prosseguir no GT se deve principalmente a sua não adaptação física a realidade local, e na falta de condições psicológicas que tem demonstrado para desenvolver uma atividade indigenista deste gênero. As poucas relações que o engenheiro cartógrafo manteve com os Índios foram carregadas de preconceitos e mesmo de repúdio ao seu modo de vida. A sua saída provocou sério atraso na continuação dos trabalhos devido aos problemas de ordem administrativa acarretados.

A chegada do novo Coordenador do GT, Manuel Francisco Colombo foi benéfica para o levantamento, já que o interesse demonstrado permitiu um bom entrosamento na equipe e facilitou o prosseguimento do levantamento.

Esperando o novo Coordenador a equipe decidiu realizar o levantamento fundiário e etnográfico das A.I. Lameirão, Inarí e São Luis localizadas no baixo Javari.

Durante o levantamento Matsês foram realizados diversos contatos com:

— O Comandante Adilberto Saraiva Maciel, do Pelotão de Fronteira de Palmeiras que nos informou da situação dos madeireiros e seringalistas que estavam atuando no alto do rio Jaquirana.

— O Sargento Carlos Pereira Batista Neto, no mesmo Pelotão nos informou da situação dos Matsês que vêm até Palmeiras para procurar ajuda e assistência.

— Madeireiros e seringalistas que atuam no Jaquirana como Vitor Braga, Waldemar Camilo de Oliveira, Petrônio Magalhães, etc.

— A equipe da FUNAI na área, principalmente o chefe de posto Walmir dos Santos e o funcionário Gonçalo Ferreira da Silva que estava deixando o PI, e Hilmer Tenazor Ferreira que prestaram valiosas informações.

Contudo, a maior fonte de informação provém do conhecimento que o indigenista Silvio Cavuscens tem dos Matsês, através dos contatos que vem mantendo com o grupo desde de 1978, inclusive tendo vários períodos de convívio com subgrupos Matsês.

II — Histórico

a) Referências Bibliográficas.

As primeiras referências dos "Matsês" ou Mayoruna datam de 1654, época em que os "Mayoruna" comercializavam com uma Missão religiosa espanhola. Um outro grupo Mayoruna estabeleceu-se em São Joaquim de los Omaguas em 1675 na margem esquerda do Marañon (Amazonas). Em 1762 outros "Mayoruna" foram colocados na Missão Nueva Señora del Carmen, localizada no igarapé Cochiquinas, afluente da margem direita do Marañon.

O padre Fritz os situa em 1691 no baixo rio Ucayali, Amazonas, Jaquirana e Javarí, como também na área compreendida entre os rios Javarí e Ituí e nas beiras do rio Curuçã.

Os Mayoruna estão mencionados no fim do século XVII por missionários que situam as suas terras nos rios Javarí e Tapiche (Maroni 1889, Veigl 1785, Zaraté Detré 1904). Depois desses primeiros contatos, muitos "Mayoruna" desapareceram das Missões e se retiraram nas matas em 1723 aproximadamente. A partir de 1780, várias comissões portuguesas/espanholas são encarregadas da demarcação de limites e percorrem o rio Javarí então considerado com fronteira entre as duas possessões. Isto favoreceu o conhecimento do seu curso até o rio Jaquirana, e provocou diversos atritos com os Mayoruna, habitantes desta região.

Segundo Spix et Martius, por volta de 1820 já algumas expedições são organizadas desde Ega (Tefé) para diversos rios entre os quais o Javarí à procura de essências naturais e ervas medicinais. O mesmo autor cita o rio Javarí como sendo rico em cacau, salsaparrilha e tartarugas, mas acrescenta que os portugueses o evitavam por causa das doenças malignas e dos índios arredios que atacavam as expedições.

Francisco de Castelnau durante a sua viagem no Brasil entre os anos de 1843 e 1847 encontra os "Mayoruna" nos rios Javarí e Jaquirana. Idem pelo via

jante Caetano Osculati (1847).

O naturalista H.W. Bates que passou 5 meses em São Paulo de Olivença em 1857, faz referência aos "Mayoruna" (Manjerona) que tinham tornado a navegação do Javari impossível devido a suas tocaias.

Mais tarde, em 1897, uma expedição demarcadora de limites entre o Brasil e o Peru foi atacada por índios, um pouco acima da foz do Igarapé Batã.

b) Histórico do Grupo

O velho Cumutiro, atual tuxaua da aldeia Lobo, conta que antigamente moravam nas cabeceiras do rio Pardo (afluente da margem esquerda do rio Curuçã). O João Curuçã, segundo tuxaua da aldeia 31, diz que seus parentes moravam no rio Negro (afluente da margem esquerda do rio Pardo). Já o Nauã, tuxaua de Santa Sofia, diz que o território de seus antepassados se situa entre as cabeceiras dos rios Negro, Pardo e Lobo.

O Sabã, Matsês do Lameirão, conta que o pai dele morava numa área localizada entre o igarapé do Batã, (afluente da margem direita do rio Jaquirana) e as cabeceiras do próprio rio Jaquirana. Com a chegada dos peruanos, se dividiram em diversos grupos, se dirigindo para as regiões do igarapé Lobo, rio Pardo e Tchoba (afluente da margem esquerda do rio Jaquirana). Segundo Sabã, acima do Batã havia muitas malocas de índios Marubo, com os quais eles brigavam sempre.

Todos os dados históricos existentes demonstram que o rio Javari era de fato habitado por índios durante muito tempo, todos identificados como "Mayoruna", que não aceitavam o contato com as frentes de penetrações em seu território.

Não se fazia na época a distinção entre as diversas etnias existentes na região. "Mayoruna" era o termo genérico utilizado para todos os índios considerados arredios e brabos.

No início do século, os "Mayoruna" moravam na bacia do Alto Jaquirana e do rio Pardo. Na época, conforme os relatos dos líderes, havia um número muito

superior de Mayoruna. Com a penetração das frentes pioneiras em seu território, seja dos caucheiros no início do século ou dos madeireiros a partir de 1940, assim como pela atuação do exército e da Petrobrás, a população "Mayoruna" foi dizimada.

Quando os caucheiros e seringueiros abandonaram a região, após o fiasco da borracha, aproximadamente entre 1920 a 1930, os "Mayoruna" já estavam reduzidos a pequenos grupos. Houve então um período em que os "mayoruna" procuravam evitar o contato com os não-índios a fim de se reestruturar como grupo. Mais tarde, com o início dos processo de exploração da madeira nos altos rios (cedro, mogno, andiroba e outras madeiras de lei), os "Mayoruna" se sentiram novamente ameaçados diante da maior penetração em suas terras, de madeireiros preparados e decididos para o que vier, com o único objetivo de extrair o produto tão procurado e altamente cotado no mercado internacional.

Os "Mayoruna" reagiram a estas invasões procurando fazer respeitar os limites de seu território. Às vezes em represália aos ataques sofridos, os "Mayoruna" realizavam incursões longe de suas aldeias para se vingar e capturarem mulheres e crianças.

O Nauã de Santa Sofia lembra de muitas mulheres que foram capturadas por eles e que moraram no meio deles. Ele cita sem hesitação o nome de 23 mulheres, sendo 5 brasileiras, 11 peruanas, e 7 de outros grupos indígenas. Destas mulheres pelos menos 12 continuam vivendo entre eles. Todas essas mulheres casaram e tiveram filhos com "Mayoruna". A reação dos "Mayoruna" provocou a fuga de muitos madeireiros de seus locais de trabalho. Os patrões então solicitaram auxílio do Exército a fim de "limpar área" para poder prosseguir normalmente suas atividades extrativistas em território indígena. Não se tem dados sobre a extensão dos massacres realizados entre os Mayoruna.

Os "Mayoruna" contam que em diversas ocasiões ocorreram epidemias violentas entre eles, matando muita gente. Eles falam de muita tosse, febre, dor de cabeça e no corpo, etc... Numa dessas epidemias contraída no contato

com não-Índios, dizem que mais da metade dos "Mayoruna" que moravam nas cabeceiras dos igarapê Lobo e Negro, morreram. Em 1969, segundo relato de indígenas (incluídos no relatório de Arceu Carvalho Borja, 1980 a) "Os Mayoruna resolveram se dispersar provavelmente no intuito de diminuir as possibilidades de contraírem epidemias. Dividiram em 5 facções assim distribuídas: uma permanecendo no local (alto do igarapê Lobo), outra voltou para o rio Pardo, outra para as cabeceiras do igarapê Tchoba, outra para o médio igarapê Lobo, e a última se trasladou para as cabeceiras de afluentes do rio Jaquirana". Isto ocorreu na mesma época em que missionários do SIL (Summer Institut of Linguistics) começaram a sobrevoar a área Matsês no intuito de contactar o grupo. Mais tarde os missionários efetuam o contato e atraem os "Mayoruna" primeiro para a beira do rio Jaquirana e depois de se consolidarem os contatos, para as cabeceiras do igarapê Tchoba no Peru.

III - Denominação do Grupo e Língua

A língua "Mayoruna" ou Matsês faz parte da família linguística Pano e existe uma proximidade bastante grande entre esta e as línguas Marubo, Matís.

O termo "Mayoruna" utilizado pela população envolvente para identificar esse grupo indígena, não representa a autodenominação do mesmo. O nome "Mayoruna" era dado a índios considerados arredios em toda a região do Vale do Javari e mesmo Alto Solimões e Ucayali. Não se fazia distinção entre os índios das diversas tribos existentes.

Mais tarde essa denominação se restringiu aos índios localizados no Alto Jaquirana, grupo indígena do qual tratamos aqui. Esses chamados "Mayoruna", se denominam de Matsês, o que em sua própria língua significa "gente". A identificação que fazem de si mesmo como Matsês é muito forte, enquanto que a palavra "Mayoruna" nada representa para eles. Nas suas relações com não-índios são chamados de "Mayoruna", enquanto que entre eles só é empregado o termo Matsês para se auto-definirem. Por este motivo optamos daqui para frente pela utilização do termo Matsês, real denominação deste grupo indígena.

Somente alguns Matsês falam a língua portuguesa, principalmente os das aldeias Lameirão e 31. Alguns de Santa Sofia bem como da 31, falam um pouco de espanhol devido ao contato maior que mantêm com os peruanos e com seus parentes de Tchoba.

IV - Ocupação Atual

O grupo Matsês mora tradicionalmente na bacia do rio Javari/Jaquirana, no Município de Atalaia do Norte, no sudoeste do Estado do Amazonas. O seu território se estende nas duas margens do rio Jaquirana. Este território inicia-se no igarapé Ituxí, afluente da margem direita do rio Jaquirana e se estende até as suas cabeceiras incluindo o igarapé Lobo, Cachorro Molhado, "Tchuchuit", Batã e Hospital. A área compreendida entre os igarapés Ituxí e Lopes faz parte da área tradicional dos Matsês, sendo ainda hoje encontrados vestígios e capoeiras antigas de Matsês nesta área. Iniciando na beira do Jaquirana, a área Matsês se estende até o rio Pardo (afluente da margem direita do rio Curuçã), incluindo o rio Negro.

Os próprios Matsês contam dos constantes deslocamentos que realizam entre as terras de seu território localizados no Brasil e no Peru, em função da caça, dos conflitos com os não-índios ou com outros grupos indígenas, ou ainda para raptar mulheres realizando incursões longe de suas aldeias.

Ainda hoje a mobilidade dos Matsês é muito grande. Contudo podemos perceber que existem 3 grupos que se fixaram mais a partir da atuação da FUNAI nesta área e conseqüentemente têm o maior contato com a população envolvente. Se trata dos seguintes grupos:

Os Matsês da aldeia Lobo, localizada na margem direita do igarapé Lobo, aproximadamente a 20 minutos de canoa a motor de sua confluência com o rio Jaquirana.

Os Matsês da aldeia 31, localizada na beira do rio Jaquirana em sua margem direita, exatamente entre a foz dos igarapés Ituxí e Lobo.

Os Matsês da aldeia Lameirão, localizada na margem direita do baixo rio Javari, entre os igarapés São Raimundo e Grande.

Além desses grupos, há ainda dois outros grupos Matsês que não são atendidos pela FUNAI.

O grupo Matsês de Santa Sofia, que tem a sua área tradicional denominada de Santa Sofia, que se localiza abaixo da pista de pouso de Bom Jesus, entre os igarapês Cachorro Molhado e Tchuichit, ambos afluentes da margem direita do rio Jaquirana. Esta área inclui as cabeceiras dos igarapês Lobo e Negro. Devido a falta de assistência e para suprir as suas necessidades básicas, esse grupo se desloca periodicamente, há três anos, para a aldeia Matsês de Paujil, localizada na margem esquerda do Jaquirana, abaixo da sua confluência com o rio Galvêz. Os Matsês de Santa Sofia retornam regularmente em sua área tradicional onde possuem plantações, pupunhais antigos, etc...

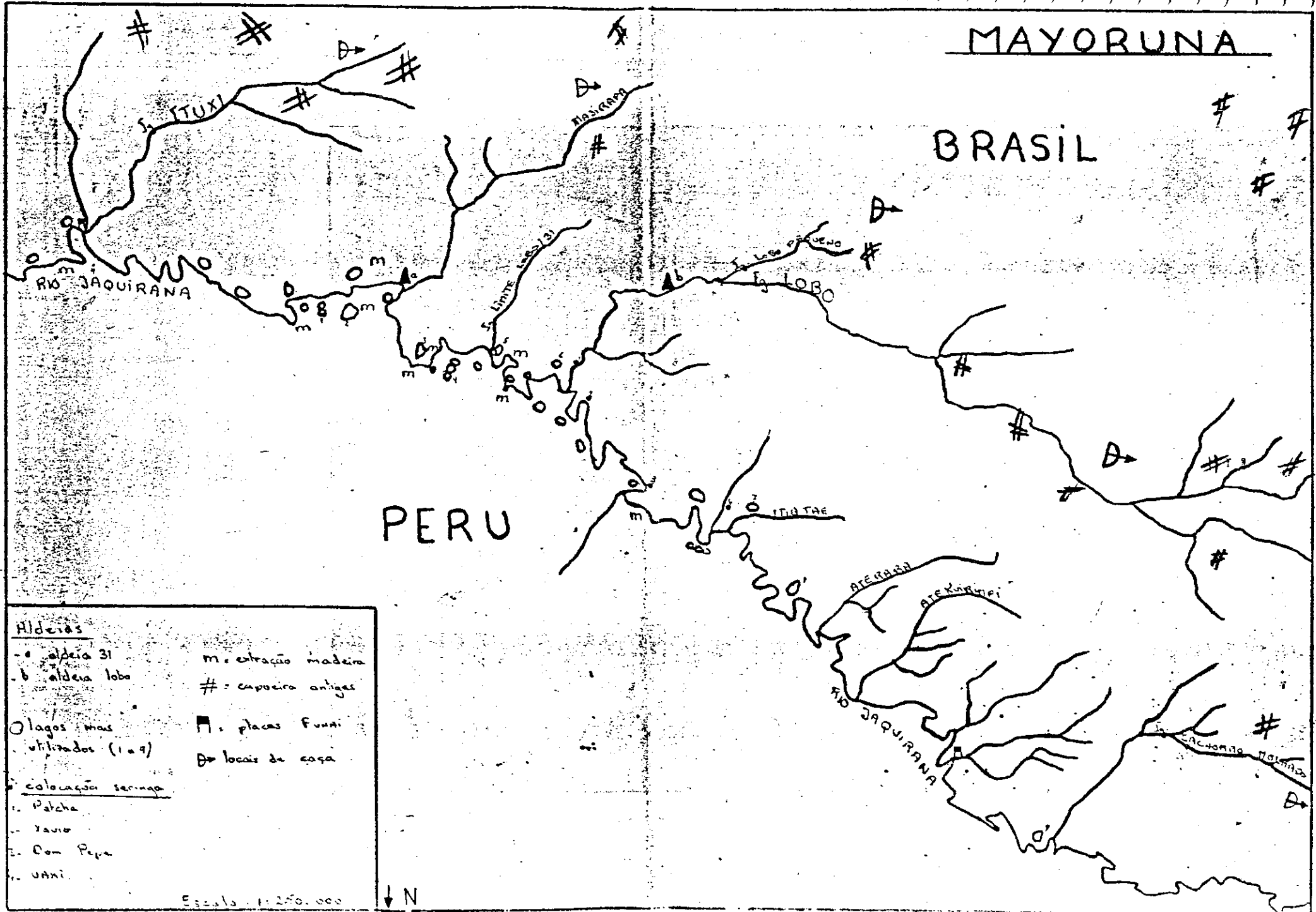
O grupo Matsês do Ituxí. Desde 1971, data da chegada da FUNAI nesta área foi constatada a presença desse grupo Matsês, liderado pelo tuxaua "Cachispin". Também por falta de assistência adequada por parte do órgão tutor, este grupo se deslocou no final de 1984, para a margem esquerda do rio Jaquirana, abaixo da foz do igarapé Tchoba.

Um outro grupo Matsês se instalou mais recentemente na margem esquerda do rio Jaquirana, acima de Bom Jesus, e proveniente das cabeceiras do igarapé Tchoba.

Dentro do território Matsês, ou melhor, dentro do território dos vários sub-grupos Matsês, existem algumas áreas de relevante importância para eles pela referências históricas que permanecem até hoje em sua memória. Assim o rio Pardo tem um profundo significado para os mais velhos que falam muito do tempo em que ali moravam, quando os Matsês eram numerosos e temidos, e antes de acontecer a morte de muitos Índios, tanto pelas doenças como pelo ataque de "estrangeiros". Também o Lobo e o rio Negro fazem parte constantemente da memória de Matsês.

A área dos Matsês da aldeia 31 inicia-se no igarapé Ituxí e se estende até num igarapé sem denominação, localizado exatamente entre os igarapês Ituxí e Lobo. Este limite entre os Matsês da aldeia 31 e da aldeia Lobo, é respeitado pelos Índios de ambas as aldeias.

O território atual dos Matsês do Lobo, inicia-se no igarapé Limite com



Aldeias

- a aldeia 31
- b aldeia lobo

Lagos mas utilizados (1-9)

1. Patcha
2. Yavio
3. Com Papa
4. UANI

Legend:

- m: extração madeira
- # : capoeira antigas
- ▲ : placas Funtí
- ▷ : locais de casa

Escala 1:250.000

↓ N

a aldeia 31 e se estende até o igarapé Cachorro Molhado, limite inferior da área dos Matsês de Santa Sofia.

Utilização do território Matsês

a) Caça — O território dos Matsês é basicamente delimitado em função do espaço utilizado para a caça, atividade de subsistência mais importante para o grupo. Os Matsês sempre viveram nas terras firmes do centro das matas, ricas em animais silvestres. Sempre foram tidos como exímios caçadores, e a sua fama corre até hoje entre a população regional devido a sua agilidade e seus deslocamentos rápidos, a distâncias consideráveis.

Em 1971 a Petrobrás inicia as suas atividades de pesquisas petrolíferas na área do rio Jaquirana, em pleno território Matsês. São abertas centenas de picadas e explodidas milhares de bombas com a finalidade de realizar a análise da composição do sub-solo. O velho Cumutiro conta que eles tinham muito medo das explosões e que vários índios foram mortos durante os trabalhos.

Entre a população envolvente existe a idéia bastante difundida que a Petrobrás e o Exército foi que amansaram os Mayoruna, pois depois de suas respectivas atuações na área, "os Mayoruna deixaram de ser valentes".

Nesta mesma época a FUNAI começa a atuar no Vale do Javari e estrutura o PIA Lobo entre os Matsês, em suporte aos trabalhos de abertura da BR-307, Perimetral Norte que deveria ligar as cidades de Cruzeiro do Sul, no Acre e Benjamin Constant no Amazonas. Inicialmente o posto da FUNAI é localizada no igarapé Lobo já próximo a suas cabeceiras, mas logo é transferido pelo chefe de posto Arceu Borja para o atual local.

Em janeiro de 1978 surge um conflito entre dois grupos o que provoca a morte de 4 índios. Em consequência deste conflito, um dos grupos é transferido pela FUNAI rumo a foz do rio Javari, até chegar a um lugar de agrado dos índios, e finalmente se estabelecem no seringal Lameirão de propriedade do Sr. João Rodrigues Pinto.

Ainda em 1978, o servidor Hilmer Tenazor Ferreira chega na aldeia 31 que conta com apenas uma população de 43 índios. A população Matsês da aldeia 31 foi composta por elementos e famílias provenientes do Tchoba que estavam retornando para a sua área. Além dos grupos atendidos pela FUNAI, os grupos de Santa Sofia, Ituxí e Lopes já se encontravam morando na margem direita do rio Jaquirana. Sendo que o grupo do igarapé Lopes se transferiu para o rio Galvêz (Afluente da margem esquerda do rio Jaquirana) há vários anos, e que os grupos de Santa Sofia e Ituxí perambulam nas duas margens do rio.

Regularmente alguns homens partem para realizar caçadas de vários dias, em locais longínquos onde sabem da existências de bandos de queixada, de canamã (barreiros) procurados por antas, viados e outros roedores.

Quando conseguem munição os Matsês caçam com espingardas, mas sempre gostam de caçar com arcos e flechas e ainda com lanças para a caça de animais de porte maior.

O grupo do Ituxí costuma caçar pelas cabeceiras dos igarapês Ituxí e Lopes, ainda mais neste último, após sua transferência para um local mais abaixo no rio Jaquirana. Os Matsês da aldeia 31 costumam caçar nas águas do rio Pardo, onde permanecem longos períodos.

Os do Lobo tem sua área de caça localizada mais nas cabeceiras do igarapé Lobo, enquanto que os Matsês de Santa Sofia se deslocam de preferência pelas cabeceiras do igarapé Negro quando de sua permanência em sua área tradicional.

Os Matsês do Lameirão, além de caçar nos igarapês Grande, Cachoeira e São Raimundo, se deslocam até o rio Quixito em suas grandes caçadas.

Assim sendo, cada grupo Matsês tem o seu território de caça definido e respeitado pelos demais grupos. Foi na aldeia do Lobo que pudemos ver maior número de arcos e flechas. Sendo que em cada maloca havia vários arcos e muitas flechas fincadas na palha do teto. Também os caçadores gostam de exibir seus troféus de caça que penduram próximo da entrada da maloca.

Os Matsês são também mestres na fabricação de arapucas que armam nas veredas (caminhos) dos mamíferos.

Antes, igualmente a outros Índios da família linguística Pano, usavam zarabatana nas caçadas de animais menores. Segundo informam, não usam mais tais armas, há pelo menos três gerações.

b) **Pesca** — Os Matsês contam que antigamente apenas pescavam com os venenos timbô ou uãca que colocavam em pequenos igarapês de terra firme. A fixação dos Matsês próximos a cursos de águas maiores, modificou de certo modo a sua alimentação e atividades de subsistência, dedicando mais tempo do que outrora na pesca. Assim eles tiveram que adotar novas técnicas de pesca que aprenderam com a população envolvente. No início tiveram que aprender a manusear canoas, e aos poucos aprender a fabricá-las, sendo que hoje cada família elementar possui pelo menos uma canoa. Aprenderam a pescar com linha e anzóis e com arpão. Mas pescam muito pouco com esta nova modalidade. Contudo, é indiscutível que os Matsês preferiram muito mais a carne, e dedicam ainda muito mais tempo a caça do que a pesca. Esta, serve de alternativa quando não encontram carne.

Os Matsês pescam hoje em lagos adjacentes dos Javarí e Jaquirana, e costumam pegar todos os tipos de peixes comum a esta região. Pescam ainda com veneno em pequenos igarapês. Na área do Lameirão praticamente não há lagos onde os Matsês possam pescar.

c) **Colheita** — Os Matsês percorrem grandes distâncias à procura de frutas silvestres e plantas medicinais de seu uso. Para isso, costumam se dirigir mais nas áreas de seus antigos pupunhais, onde possuem um maior conhecimento da selva por ter já vivido em tais locais. As frutas que costumam colher são o côco, sorva, jatobá, cacau, burití, patoã. Esta última, que produz pelo menos duas vezes ao ano é a fruta que gostam, e da qual é produzida um vinho que acompanha sempre as refeições. Durante o verão, no mês de julho aproximadamente, na época da desova dos quelônios, os Matsês sobem o rio Jaquirana a procura de ovos e dos bichos de casco. Fazem acampamentos nas praias, ou na beira do rio nestas circuns-

tânciase permanecem vários dias distantes de suas aldeias.

Entre os Matsês não existe um tipo de colheita coletiva.

V — População

A população Matsês é composta atualmente no Brasil de 470 Índios que habitam em 5 grupos distintos e distribuídos da seguinte forma:

- Aldeia Lobo	107
- Aldeia 31	173
- Aldeia Lameirão	113
- Aldeia de Santa Sofia	35
- Aldeia do Ituxí	42

Os Matsês das aldeias Lobo, 31 e Lameirão representam uma população mais permanente na margem direita do rio Javari/Jaquirana, enquanto que os Matsês de Santa Sofia e Ituxí representam nos últimos anos, uma população mais flutuante entre as duas margens do rio Jaquirana.

No ano de 1980 foi realizado pelo antropólogo Terry Vale de Aquino, um levantamento populacional das 3 principais aldeias com as seguintes estatísticas:

- Lobo	84
- Lameirão	93
- 31	121

Podemos perceber então que houve um acréscimo populacional de 32% na população total destas 3 aldeias. Mais detalhadamente observamos um acréscimo de 28% no Lobo, 43% na aldeia 31, 22% no Lameirão.

No Lameirão, o menor acréscimo populacional provém do fato que ocorreram vários óbitos no grupo durante este período. Sem computar a chegada de mais uma família na aldeia, o acréscimo populacional real do Lameirão é de 17%.

Na aldeia 31, o maior acréscimo populacional é proveniente da chegada de alguns Matsês do Tchoba.

A população Matsês é uma população nova, sendo que 61% dos Matsês tem menos de 20 anos. Por outro lado, é menor a população Matsês compreendida entre

30 e 50 anos. Isto se deve as baixas populacionais sofridas pelos Matsês tanto pelas epidemias como pelos massacres ocorridos. Neste sentido outras informações revelaram que após estes massacres os Matsês teriam eliminado sistematicamente todas as suas crianças, num processo de autoextermínio.

A população Matsês da margem peruana é mais numerosa. Um levantamento realizado por Romanoff em 1976, indica a presença de 500 índios no igarapé Tchoba, distribuídos em 17 malocas distintas. Além disto há ainda 5 outras aldeias Matsês no rio Galvêz e pelo menos 2 no rio Amazonas (Amazônia Peruana). Não possuímos dados referentes a população destas aldeias, nem tão pouco informações atualizadas a respeito dos Matsês do Tchoba.

QUADRO POPULACIONAL MATSÊS

FORA	LAMEIRÃO			31			LOBO			SANTA SOFIA			ITUXI	
	T	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	T
0 - 09		23	25	48	39	39	78	22	24	46	07	10	17	
10 - 19		16	13	29	20	15	35	17	08	25	06	01	07	
20 - 29		04	09	13	10	16	26	11	07	18	02	01	03	
30 - 39		07	02	09	13	03	16	04	03	07	-	-	-	
40 - 49		04	03	07	01	04	05	01	02	03	02	03	05	
50 - +		02	05	07	07	06	13	03	05	08	02	01	03	
	13	56	57	113	90	83	173	58	49	107	19	16	35	42

483

No levantamento do Lameirão foram computadas as duas mulheres raptadas pelos Matsês (a brasileira Noêmia e a peruana Angela), que vivem no grupo e constituíram família. Foram também incluídas as mulheres Kulina e Marubo que vivem nas aldeias 31 e Lobo.

Dos 13 Matsês que se encontram fora de suas aldeias, 2 se encontram em Palmeiras, 2 estão casados com mulheres Marubo no rios Ituí e Curuçã, 1 está na cidade de Atalaia do Norte, 6 estão trabalhando com um patrão madeireiro há

vários anos nos rios Ituí e Itaquaí. Os Matsês não tem notícia de um outro índio que saiu da aldeia há muito tempo.

Os Matsês viviam em malocas isoladas que eram localizadas nas terras firmes e altas, próximas às cabeceiras de algum pequeno igarapé. Em cada maloca habitava uma família extensa que era composta de 30 a 40 habitantes. Após o contato e o início da assistência pela FUNAI, os Matsês passaram a viver aglomerado em aldeias compostas de várias malocas ou casas. O agrupamento dos Matsês em aldeia modificou sensivelmente a distribuição ocupacional dos índios dentro da maloca.

Na aldeia Lobo por exemplo, há um total de 15 casas, sendo 7 malocas, 5 casas de solteiros e outras 3 casas, todas estas foram construídas sobre palafitas no estilo regional. Realizando a média de habitante por malocas, chegamos apenas a 12 pessoas por maloca.

O mesmo acontece na aldeia 31 onde a média de habitantes por maloca é de 11 pessoas. Isto significa claramente que os Matsês ocupam hoje as suas malocas segundo regras que foram adaptadas, considerando basicamente a família elementar, incluindo as diversas mulheres do "Dono da Maloca" e seus respectivos filhos.

Observamos apenas 3 casos em que os Matsês do lado do Brasil, mantêm a estrutura tradicional de ocupação dentro da maloca, baseada na família extensa. Constatamos ainda que são os Matsês mais idosos que constroem as suas malocas conforme estilo tradicional. Informações suplementares a respeito das malocas Matsês e de sua aproximação com as malocas Marubo constam no vol. Javari (Mela-tti 1981, 72,73).

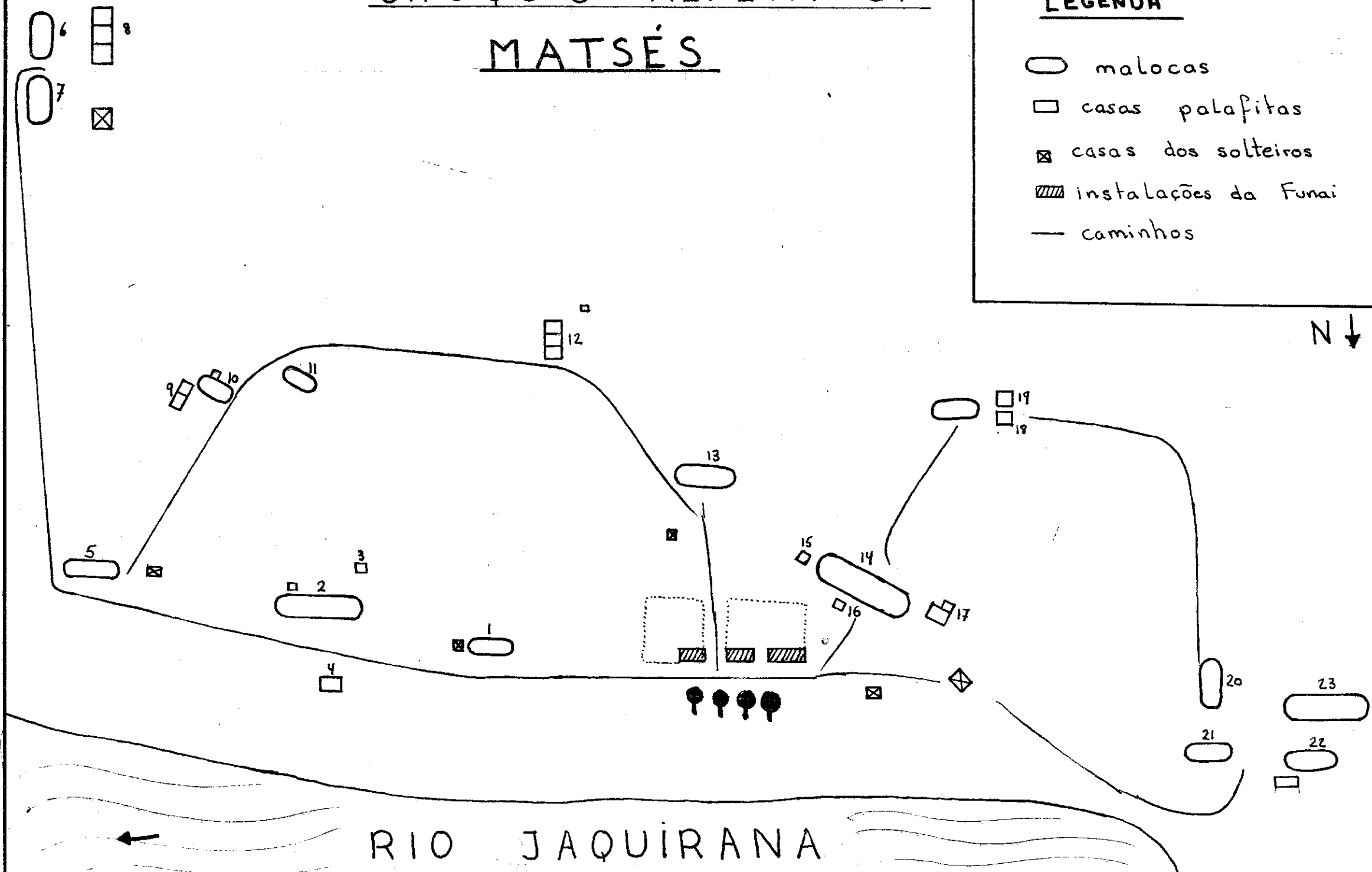
Na aldeia Lameirão todas as casas são construídas segundo o estilo regional. Não há tampouco nenhuma casa de solteiros, estes vivem na casa de seus pais.

A disposição das casas ou malocas nas aldeias é geograficamente relacionada com o grau de parentesco das diversas famílias elementares entre si.

CROQUIS ALDEIA 31 MATSÉS

LEGENDA

- malocas
- casas palafitas
- ⊠ casas dos solteiros
- ▨ instalações da Funai
- caminhos



a) Matsês arredios

Através do levantamento afetuado, podemos suspeitar da existência de Matsês arredios nas cabeceiras dos igarapês Batã e Hospital, ambos afluentes da margem direita do rio Jaquirana. Segundo informações do madeireiro Vitor Braga, em 1980, na época em que alguns de seus homens estavam percorrendo o igarapé Batã com a finalidade de localizar árvores de cedro, encontraram os vestígios recentes da presença de pelo menos 3 Índios, na beira do referido igarapé. Chegaram até a ouvir vozes de Índios, sem contudo conseguir vê-los. Mais tarde, em 1984, um jovem Matsês do Lameirão que estava trabalhando com uma equipe de madeireiros no mesmo igarapé Batã diz que havia lá outros Índios valentes. Isto confirma o relato do Matsês Nakua que diz que em 1969, um dos sub-grupos Matsês se deslocou para as cabeceiras do rio Jaquirana onde permaneceu até hoje.

Por outro lado, as poucas famílias de seringueiros que em 1985 se encontram localizadas no Jaquirana, Batã e Hospital, informaram não ter encontrado nenhum sinal de presença indígena naquelas áreas. Contudo não podemos esquecer que tais informações procuram acima de tudo resguardar os próprios interesses de exploração da matéria prima na área indígena.

Não conseguimos informações a respeito da presença de Índios arredios nas cabeceiras dos igarapês Santana e Flexeira.

Segundo informações levantadas junto a alguns madeireiros que trabalham em pequenos igarapês afluentes da margem esquerda do rio Pardo, em várias oportunidades encontraram vestígios da presença de Índios naquela área. Por informações de terceiros, sabemos que um desses madeireiros manteve contato com alguns Matsês isolados, entre os meses de dezembro de 1985 a janeiro de 1986. Este madeireiro havia passado vários dias na maloca dos Índios. Infelizmente não conseguimos levantar informações mais precisas a respeito desta ocorrência. Contudo isto comprova mais uma vez a presença de Matsês arredios na área compreendida entre os rios Pardo e Jaquirana, provavelmente na área banhada pelo rio Negro.

b) **Modo de vida**

Os Matsês costumavam usar tatuagens no rosto e no peito, que eram realizadas com genipapo em rapazes e moças na época da puberdade aproximadamente.

Na parte superior da boca, acima dos lábios dos homens, usavam espinhos de paxiúba, enquanto que as mulheres usavam (poucas ainda usam) espinhos (espertos finos) nas partes laterais do nariz.

As mulheres também carregavam um espeto fino de aproximadamente 20cm. de comprimento, no lábio inferior. Costumavam usar também pequenos tambetã no lóbulo da orelha.

Hoje não fazem mais tatuagens, e a grande maioria deixou de usar seus adornos tradicionais.

Os Matsês usam pulseiras, braçadeiras e faixas nos tornozelos e abaixo dos joelhos. São as mulheres que confeccionam esses tais adornos assim como as tipoias, todos de fios de tucum e algodão. Elas fabricam ainda cerâmica, paneiros, vassouras, puçã, abanos, pratos de palha, esteiras, colares, etc.

Os homens constroem as casas e malocas, confeccionam canoas, tambores, flautas, socador de tabacos, sopradores de rapê, paneiros (diferentes daquele tecido pelas mulheres) e todas as suas armas de caça, como: arcos, flechas, lanças, armadilhas, etc.

VI - Situação Atual

1 — **Saúde.** A situação de saúde dos Matsês é bastante diversificada em função do tipo de assistência que os diversos grupos recebem. Segundo o atendente de enfermagem Gonçalo Ferreira da Silva, os Matsês do Ituxí foram embora porque tinham muitas doenças como diarreia, febre, vômito, e não recebiam assistência nenhuma por parte da FUNAI. Também os Matsês de Santa Sofia procuram apoio na guarnição militar de Angamos ou ainda no Pelotão de Fronteira de Palmeiras que casualmente fornece algum apoio aos Matsês, principalmente na pessoa do sargento Carlos Pereira Batista Neto que vive há 7 anos no Pelotão.

O grupo Matsês com maiores problemas de saúde é o de Lameirão que nunca recebeu uma assistência adequada. O fato deste grupo ser localizado na beira do baixo rio Javari, onde o contato com a população envolvente é maior, aumentando assim os riscos de contraírem doenças. Isto é mais do que comprovado com a morte de 10 pessoas, devido principalmente a doenças como gripe, tosse, verminose.

Em geral as moléstias que mais atingem os Matsês, são além dessas acima citadas, diarreia, doença venérea, leishmaniose, escabiose, dermatoses, hepatite, malária, etc.

No Lobo, desde 1978, morreram 3 pessoas, sendo 2 crianças que faleceram de hepatite e um homem de picada de cobra.

Ná aldeia 31, faleceram 2 pessoas no mesmo espaço de tempo.

2 — **Economia de Subsistência.** No passado os Matsês plantavam as suas roças em volta das malocas "chubu" e mudavam periódicamente de lugar a procura de terras mais férteis para plantar. O fato dos Matsês terem se sedentarizado mais a partir de 1971, provocou modificações consistentes na sua prática de plantar. As roças tiveram que ser plantadas sempre mais distantes, devida a grande quantidade de pessoas num só local e a necessidade de não esgotar o solo. Hoje algumas roças estão localizadas a pelo menos 3 horas de viagem da aldeia.

Os Matsês fazem roças grandes e cada família planta a sua roça. Fazem também roças comunitárias muito grandes, em que cada grupo familiar colhe o que plantou e cultivou.

Os Matsês plantam muitas variedades de banana e de macaxeira (não plantam mandioca braba) e gostam de plantar e de experimentar novas frutas, plantas por eles desconhecidas. No meio de suas roças já plantam a pupunha que levará vários anos para produzir. Praticamente cada família planta uma ou duas roças novas, enquanto que outras duas do ano anterior estão produzindo.

Em suas roças plantam ainda grande quantidade e diversidade de outras plantas ou frutas: Tabaco, cana de açúcar, abacaxí, carã (outra espécie de batata). O milho é plantado normalmente em roças separadas junto com bananeiras. Em locais de velhas capoeiras plantam o timbô e a uãca, ambos venenos para tinguir os peixes. Na própria aldeia ou em suas imediações plantam ainda, mamão, abacaxí, limão, jambo, cajú, ingã, abil, uma espécie de taioba, urucum, tacana para fazer flechas, etc.

Os Matsês do Lameirão e da aldeia 31, costumam plantar nas duas margens do rio, idem para os grupos de Santa Sofia e Ituxí. No Lameirão os Matsês dizem que a terra deste seringal é muito pobre. A macaxeira fica "com bichos" e as bananeiras não se desenvolvem bem. Por este motivo, procuram plantar mais na margem esquerda do Javari.

Até pouco tempo atrás os Matsês não consumiam nem produziam farinha. Atualmente, já começaram a produzir um pouco de farinha, a fim de poder adquirir artigos de primeira necessidade junto aos comerciantes e patrões.

3 — Economia para a Comercialização. O fato dos Matsês terem adquiridos novas necessidades, em decorrência do contato, fez com que, além de suprir a sua subsistência através das técnicas tradicionais, tiveram que procurar ou adotar novos meios de produção.

Foram crescentes os contatos com os madeireiros que subiam o rio Ja-

quirana rumo as suas cabeceiras. Inicialmente, esses madeireiros, interessados em ganhar a confiança dos Índios, de tudo faziam para agradá-los, inclusive com passeios de barco ao longo do rio e até as cidades localizadas na foz do Javari. Aos poucos começaram a solicitar os serviços dos Matsês, como caçadores para abastecer as turmas de madeireiros no mato. Forneciam também muitas bugigangas, tudo isto no intuito de poder trabalhar e explorar suas terras sem inconvenientes. Estes contatos aconteceram mais frequentemente com Índios das aldeias 31 e Lameirão por dois motivos principais:

— Essas aldeias estão localizadas na própria margem do rio, local de passagem dos madeireiros e comerciantes.

— Pelo fato do Posto Indígena ser localizado no igarapé Lobo e consequentemente da vigilância ser menor na aldeia 31 e praticamente nula na aldeia Lameirão.

Finalmente, os Matsês começaram a serem utilizados no próprio trabalho de extração de madeiras. O Comandante Adilberto Maciel, de guarnição de fronteira de Palmeiras, nos informou em nossa passagem que "muitos madeireiros estão trabalhando no rio Jaquirana e compram a madeira dos Índios a preço de banana, principalmente da aldeia 31".

O chefe do Posto do PI Lobo, nos informou que antes da sua chegada neste PI, os Matsês já trabalhavam na madeira.

Certa vez, (provavelmente em 1980) os Matsês tiraram madeira que entregaram ao ex-chefe do Posto, o Sr. Alceu Carvalho Borja, que baixou para a cidade de Atalaia do Norte com a finalidade de vender a madeira para os Índios. Isto aconteceu juntamente na época em que Arceu Borja foi transferido para outra área, não tendo assim jamais chegado aos Índios o dinheiro da madeira.

Em 1984, 10 homens da aldeia 31 extraíram 180 toras de madeira que venderam para madeireiros e regatões (comerciantes embarcados). Na ocasião da passagem do GT na aldeia 31, alguns homens haviam baixados com madeireiros para receber o dinheiro da venda que seria intermediada pelo chefe da AJUSOL. Os Mat-

sês do Jaquirana comercializavam principalmente com o Vitor Braga, o "Bocco", e o Gilson. Todos eles enganam demais os Índios nas relações comerciais.

Neste mesmo ano, os Matsês do Lobo tiraram 200 toras de madeira cedro, que rendeu Cz\$3.100,00.

Alguns Matsês do Tchoba que tem parentes na aldeia 31, já começaram a extrair madeira branca na beira do Rio Jaquirana.

Os Matsês do Lameirão, logo após a sua chegada no local trabalharam para madeireiros peruanos, na extração da Samaúma, com a finalidade abastecer uma fábrica de madeira Compensada da LASA (Laminadora Amazônica Sociedad Anonima), localizada no Peru próximo de Benjamin Constant.

Os Índios foram enganados sem que a FUNAI tomasse qualquer providências. O mesmo aconteceu depois com os patrões brasileiros.

Em 1983, os Matsês de Santa Sofia tiraram 120 toras de madeira que entregaram para um madeireiro que não queria pagá-los. Respaldados pela equipe indigenista da OPAN - Prelazia do Alto Solimões, pressionaram o madeireiro que pagou parte da dívida, sendo que o restante está sendo cobrado através de processo judicial.

Apesar das advertências do chefe do Posto para os madeireiros e comerciantes não transportarem Índios em suas embarcações, estes continuam levando os Índios e a utilizá-los como mão-de-obra praticamente gratuita. Atualmente há pelo menos 11 jovens Matsês trabalhando na extração de madeiras fora de sua aldeia, sendo que 6 há vários anos e os outros mais recentemente.

Há pouco tempo atrás, alguns Matsês do Lobo, começaram a trabalhar no corte da seringa. Foi o Índio Uaki que aprendeu a cortar em Cruzeiro do Sul, no Acre, e ele está ensinando outros Índios a cortar, também a abrir estradas, preparar o defumador, etc. Cortaram pela primeira vez no Lobo em 1984, abrindo 3 colocações na beira do rio Jaquirana. Abriram mais uma em 1985. Toda a produção da borracha foi vendida para o seringalista acreano Vidal Magalhães.

Na aldeia 31, apenas um Índio trabalha de meia com um seringueiro bra-

sileiro localizado fora da área indígena.

No Lameirão, 3 homens iniciaram também o corte da seringa durante a metade do verão. Venderam o produto em Atalaia do Norte. Deixaram de cortar mais por falta de material de trabalho como tijela, facas, etc. Nesta aldeia, pelo menos 11 regatões encostam para vender algumas mercadorias e comprar produtos dos Índios, como galinha, carne de caça, banana. Os Matsês compram dos regatões munição, anzóis, linha de pesca, tela, pilhas, sal, panelas, açúcar, etc.

Para adquirir artigos de primeira necessidade, as vezes os Matsês tem que sair da aldeia para vender alguns produtos na cidade. Isto principalmente, no caso dos grupos poucos ou não assistidos pela FUNAI, como no caso de Lameirão e de Santa Sofia. No primeiro caso se deslocam a remo, até Atalaya do Norte ou mesmo Benjamin Constant com esta finalidade. Outras vezes se dirigem para a cidade peruana de Caballo Cocha, localizada num afluente do rio Amazonas, a mais de um dia de varadouro da aldeia. Levam para lá carne salgada e jabutí e compram principalmente cartuchos de 16mm.

No caso dos Matsês de Santa Sofia, se deslocam até a cidade peruana de Hereira, realizando uma varação de 3 dias.

Em 1985, a situação entre a população envolvente e os Matsês do Lameirão se tornou mais delicada, devido o deslocamento de 4 famílias Matsês, liderada pela tuxaça Nazareno, para uma área localizada abaixo da foz do igarapé São Raimundo, portanto fora dos limites da A.I. Lameirão. Estas famílias se localizaram ao lado de várias famílias de seringueiros que ali moravam há muitos anos. Este deslocamento se deve a insatisfação desses Matsês no atendimento da FUNAI. Esta aproximação trouxe sérias interferências no modus vivendis dos Índios, além de gerar conflitos sérios inclusive com ameaças de morte em ambas as partes.

VII — Relações Sociais dos Matsés

I — Relação com não-Índios

Em 1981 um seringueiro se instalou na área de Matsés de Santa Sofia, acima da aldeia.

Em março de 1983, um seringalista acreano, Sr. Petrônio Magalhães implantou um amplo projeto de extração de latex no alto rio Jaquirana, colocando dezenas de famílias na sua maioria acreanas que foram trazidas de balsas, nas terras dos Matsés. Este projeto que utiliza como base a pista de pouso de Bom Jesus, vem trazendo sérios prejuízos e ameaças a sobrevivência do grupo indígena, principalmente do sub-grupo de Santa Sofia. Em 1984, os próprios Matsés de Santa Sofia, acompanhados pela equipe indigenista da Prelazia do Alto Solimões, entraram na Justiça numa ação de reintegração de posse, já que a presença dos seringueiros é totalmente ilegal e está gerando inclusive séria polêmica entre vários patrões e proprietários que se dizem donos dos mesmos seringais.

O GT manteve contato com o seringalista Petrônio Magalhães na sede do Projeto de colonização de Bom Jesus, que informou ser sabedor de não possuir nenhum direito legal sobre esta área do Alto Jaquirana, e que pretendia se retirar dali no final do ano de 1985. Afirmou saber que se trata de uma área indígena e diz que perto da pista de Bom Jesus, existem várias grandes capoeiras dos Índios "Mayoruna".

No dia 27 de maio de 1985, através do programa de recados da Radio Nacional de Cruzeiro do Sul, o Sr. Petrônio Magalhães comunicou um aviso aos seus freguêses do Alto Jaquirana, Batã e Hospital, no qual informava que iria cessar suas atividades de extração de seringa pelo fato desta área pertencer aos indígenas. Orientava seus freguêses a procurarem outras alternativas de trabalho ou a se dirigir para os seus seringais localizados no rio Juruá.

Da mesma forma a situação do madeireiro Vitor Braga, de Benjamin

Constant que tem pretensão nestas terras do Jaquirana, não faz jus a regularização fundiária por não satisfazer as exigências das normas segundo o relatório dos técnicos do INCRA e ITERAM. Ainda o procurador do seringueiro Marcio Braga (Deputado do Estado do Rio de Janeiro), o Sr. Waldemar Camilo de Oliveira reconhece ser o Alto Jaquirana área indígena, e diz não ter nenhuma pretensão neste sentido.

Os Matsês, como já foi visto, sempre foram temidos pela população envolvente, sendo que nos últimos anos as relações se tornaram menos conflituosas. Contudo, os Matsês reagem as invasões de seu território e aos abusos cometidos por não-índios. Em 1980, por exemplo, os Matsês queimaram a casa de um seringueiro instalado em suas terras, ou ainda quando os do Lameirão, em 1982 afugentaram madeireiros e destruíram seus tapirís quando estavam tirando madeira do igarapé Grande, localizado na área do Lameirão.

No rio Pardo, (afluente da margem esquerda do rio Curuçá) mais de 160 homens estavam extraíndo madeira de lei, na área indígena "Matsês". Trabalham e são aviados pelo patrão Walter Paiva de Atalaia do Norte.

A extração da madeira é realizada com motosserra e 2 tratores possantes para puxar as madeiras para a margem do rio. No Pardo se encontrava uma balsa com mais de 150 tambores de combustível usado na atividade extrativista.

Na foz do rio Pardo, encontramos uma balsa de 2.100 toras de madeira.

2 — Relações inter-grupal

O tipo de relação existente entre diversos grupos Matsês, ou entre membros de uma mesma aldeia é basicamente estabelecido em função do grau de parentesco e dos laços políticos firmados entre eles.

Os Matsês pertencentes a um determinado grupo, caracterizado pela família extensa, se alia para responder as suas necessidades de subsistência, como ainda para reagir frente às ameaças que podem atingir os membros desse grupo.

Atualmente a rede de relações existentes entre os diversos grupos Matsês pode ser definida com certa precisão.

Quanto as relações dos Matsês de uma aldeia para outra, podemos dizer que entre os Índios do Lobo e da 31, as relações até poucos anos atrás, eram amistosas devido aos laços de casamento entebelados entre membros destas aldeias. A partir de um conflito ocorrido em 1982, e segundo o chefe de posto provocado pelo Matsês Patcha, servidor braçal da FUNAI que raptou uma menina da aldeia 31, a situação piorou de tal modo que desde então regularmente surge novos conflitos entre os dois grupos. A situação estava tensa na ocasião da nossa passagem entre esses Índios, e os Matsês da aldeia 31 diziam que queriam matar o Patcha. Este procura ter uma certa liderança sobre os Matsês do Lobo, a fim de prevenir qualquer ataque dos Índios da 31. Os Matsês da 31 e de Santa Sofia mantêm maiores relações com seus parentes do Tchoba, sendo frequentes as visitas entre eles.

Em janeiro de 1985, um conflito entre duas famílias do Lobo, provocou o deslocamento da família do Naneokit Nati do Lobo para o Ituxí.

3 — Relações inter-étnicas

Os Matsês mantêm também, devido as suas características, relações conflituosas com outros grupos indígenas do Vale do Javari. Sem dúvida alguma, os seus inimigos tradicionais mais ferrenhos são os Marubo.

Os Índios mais idosos relatam os conflitos violentos que ocorreram entre os dois grupos. Esses conflitos surgiam principalmente por causa da invasão do espaço territorial do outro grupo. Algumas vezes, contam que tiveram de fugir para outras áreas, devido ao avanço dos brancos em suas terras e para não contraírem doenças. Dizem que mesmo assim morria muitos Índios de tosse. Se deslocavam então para outras terras firmes distantes e as vezes de ocupação de outro grupo indígena.

Outras vezes, as mortes que ocorriam entre os Índios Matsês eram

atribuídas aos feitiços lançados contra eles pelos pajés Marubo, o que era motivo de vingança, como contam os velhos.

Num desses conflitos que aconteceu aproximadamente há 20 anos, os Matsês se deslocaram para o rio Curuçã onde mataram um Marubo e roubaram uma mulher e duas crianças, todos parentes do velho Marubo Carlos, que ainda mora no alto Curuçã. Os Matsês contam que quando vieram atacar os Marubo, as suas mulheres os seguiam mais atrás, carregando a alimentação.

Após o ataque, os Marubo seguiram os Matsês e mataram vários deles, mas não conseguiram resgatar a mulher e as crianças.

O patrão dos Marubo mandou então chamar soldados de Rio Branco a fim de castigar os Matsês. Trinta soldados chegaram até uma de suas malocas, mas esta se encontrava vazia, e retornaram dali mesmo.

Os Matsês da aldeia 31, contaram que há muitos anos realizaram um ataque aos Índios Kulina do igarapé Pedro Lopes, afluente da margem direita do rio Curuçã, em que mataram vários homens e raptaram mulheres.

Ainda hoje se encontram 5 mulheres Kulina entre os Matsês da aldeia 31.

Em 1985, ocorreu o casamento de um homem Matsês com uma mulher Kulina, no rio Curuçã.

O tuxaua Cumutiro do Lobo, afirma que antigamente ele conheceu os Korubo, e conseguiu descrevê-los.

Sabã e o Nazareno do Lameirão contaram que eles antes andavam muito e que eles conheceram vários outros grupos indígenas. Dizem também que conheceram os Korubo, os Matís, os Kulina, os Marubo.

Mais recente, em 1983, o Pedro Mayoruna havia casado com duas mulheres Matís, foi morto pelos homens deste grupo. Isto provocou uma revolta entre os Matsês do Lameirão que organizaram uma expedição a fim de vingar a morte do parente.

Alguns homens se deslocaram rumo ao igarapé Boeiro, durante vários

dias. Alcançaram a beira do rio Ituí, bem abaixo do posto velho. Mas como não tinham praticamente nada para comer decidiram retornar para o Lameirão.

Os Matsês do Lameirão mantêm boas relações com os Índios Yagua, que moram em Santa Tereza, vila peruana localizada abaixo do Lameirão. Inclusive, foram os Yagua que os ajudaram quando da sua recente chegada no seringal, fornecendo-lhes pés de macaxeira para plantar.

Eles se relacionam também com os Kanamarí do Irari e do São Luiz. Nos parece que estes contatos trouxeram várias modificações no modo de vida dos Matsês. Os Kanamarí lhes ensinaram a preparar a caissuma fermentada, e a realizar festas. Bem que esta última assim como a introdução da bebida alcoólica entre os Matsês se deve também ao contato mais frequente que este grupo mantém com não-Índios.

Regularmente família destes dois grupos realizam visitas mútuas principalmente na época em que os pupunhais estão produzindo ou em outras circunstâncias específicas.

VIII — Assistência

1 — Infraestrutura

O PIA Lobo foi criado para atender os diversos Matsês do Jaquirana. Na época, a Funai possuía uma infraestrutura adequada de uma equipe composta por chefe de posto, atendente de enfermagem e de 12 servidores braçais. Com o decorrer do tempo as condições de assistência foram diminuído sendo muito mais precária hoje.

As aldeias 31 e Ituxi estavam também incluídas na atuação do PIA Lobo. O auxiliar de serviços gerais, o Sr. Hilmer Tenazor Ferreira, atua na aldeia 31 desde março de 1978, mas praticamente sem condições nenhuma de trabalho. E diante das necessidades que surgem em termos de saúde o servidor faz a vez de atendente de enfermagem, contudo sem nunca ter recebido uma formação específica para atuar neste setor. A infraestrutura da Funai na aldeia 31 é praticamente nula, dependendo totalmente do PIA no Lobo.

A aldeia do Lobo, por ser considerada a base do PIA, é a que melhores condições de trabalho recebem, bem que não o suficiente para atender as necessidades do grupo. É comum o posto permanecer meses sem condições de transporte ou de comunicação. Por outro lado, passa-se meses, algumas vezes sem receber um medicamento e qualquer suprimento ou remessa da Ajustol para atender as necessidades do posto. O chefe do posto já encaminhou diversos relatórios e ofícios onde explicita a sua situação e as dificuldades deste PIA. Praticamente nunca suas solicitações foram levadas a sério.

Quanto as 2 outras aldeias no Jaquirana, a situação é ainda mais precária. A Funai nunca nem reconheceu a existência do grupo de Santa Sofia onde realizou apenas uma visita breve após as denúncias feitas pela Prelazia do Alto Solimões e pelo Conselho Indigenista Missionário a respeito da situação deste grupo.

A aldeia Ituxi, que até o início de 1985 se encontrava nas cabeceiras do igarapé de mesmo nome, raras vezes recebeu a visita dos funcionários da

Funai, ainda assim quando os Índios iam buscar-los devido a graves problemas de saúde no grupo.

Segundo informações do Sr. Hilmar Tenazor, o chefe de posto realiza visitas quinzenais para a aldeia 31.

Os Matsês tanto do Lobo como da aldeia 31, na ilusão de uma assistência melhor, iniciaram a construção de pistas de pouso em suas respectivas aldeias, sem recursos, e praticamente só com ferramentas rudimentárias.

Na aldeia 31 iniciaram tal empreendimento devido as promessas da Funai em ajudá-los com ferramentas, mas constatando a falta de interesse por parte do órgão, desistiram de prosseguir esta feliz iniciativa.

Desde a chegada dos Índios no Lameirão a assistência da Funai é praticamente inexistente. Nunca foi reconhecido o Lameirão como área indígena nem montado uma infraestrutura mínima capaz de atender as necessidades de saúde do grupo, e de um controle em sua área constantemente invadida. A presença da Funai se restringiu em deixar no Lameirão funcionários braçais sem recursos nenhum. Nunca houve rádio nesta aldeia, e raras vezes os funcionários tinham condições de deslocamento pelo rio. Os funcionários, se viam na obrigação de emprestar embarcações dos moradores ribeirinhos que moravam próximos à área indígena.

A Funai já teve motor de poupa no Lameirão. Ele foi emprestado a Aju sol, e nunca mais devolvido.

É preciso lembrar que o motivo alegado pela Funai para a transferência dos Matsês foi de evitar conflitos e possíveis mortes entre os dois sub-grupos antagônicos, mas a realidade demonstrou que devido a falta de assistência por parte da Funai já morreram 10 pessoas no Lameirão após a transferência do grupo.

Com estas mortes os Matsês do Lameirão ficaram muito tristes. A este respeito um deles nos disse: "Funai não tem nada, Matsês com muita raiva, aí quando criança morrer Matsês conversa muito, fica conversando. Aí diz que não presta. Se morrer homem grande, aí Matsês ficar com muita raiva, e vai embora. Vai pró mato. Deixa só capoeira Funai não ajuda nada. muito difícil".

Quando as 4 famílias desceram do Lameirão para o São Raimundo, o então atendente de saúde não conseguiu reagir e desceu com o pequeno grupo, le-

vando toda a medicação, e deixando os Índios do Lameirão totalmente sem assistência. Devido a problemas internos no grupo, tampouco podia atender os Índios que se deslocavam até o São Raimundo em busca de remédios. Frente a este quadro entramos em contato com a Ajusol, procurando solucionar o impasse. Numa reunião ocorrida na base da Funai, com a participação do chefe da Ajusol Washington Luis P. de Souza e João S. Filho, atendente de enfermagem então lotado no Lameirão, os membros do GT Sílvio Cavuscens e Lino João de O. Neves apresentaram um plano de ação a ser desenvolvido nesta área e cujo objetivo visava a recondução imediata dos Índios e da enfermaria da Funai do São Raimundo para a aldeia Lameirão. Com isso seriam solucionados os problemas de interferência e conflito com a população branca.

Para a nossa tranquilidade o plano proposto foi efetivado, alcançando êxito com o retorno dos Matsês para a sua aldeia.

2 — Saúde

Observamos que entre os Matsês, o uso de antibiótico é muito grande, e de novo os próprios atendentes não são suficientemente preparados ou mesmo interessados, e acontecem aberrações nos tratamentos administrados aos Índios, como por exemplo quando usam Fansidar (remédios contra a malária, principalmente a Falciparum) no tratamento de uma simples dor de cabeça.

Algumas vezes, quando se tratava de doenças mais graves vários Índios Matsês foram deslocados até Benjamin Constant ou Tabatinga.

Pode se constatar que mesmo a nível de saúde os Índios da aldeia Lobo sempre tem recebido um atendimento um pouco mais adequado em relação as outras aldeias. Até no que se refere a dentição dos Índios, o odontólogo da Guarnição de Palmeiras confirmou que os dentes dos Matsês do Lobo estavam em melhores condições do que entre os da aldeia 31., onde observou já vários problemas de cáries que necessitam de um tratamento. Os mais velhos ainda possuem uma dentição forte e sadia.

O Sargento Pereira constatou que os Índios contraem muita tosse e

gripe na época das friagens, e muitos descem até Palmeiras para se tratarem.

Quando os Matsés sabem que a doença é do "branco", eles recorrem imediatamente a nossa medicina, deixando do lado os seus próprios conhecimentos e curas, e somente ponham crédito no tratamento quando lhes são aplicados injeções que chamam de "pintchu".

3 — Educação

Até o momento nunca foi desenvolvido nenhum trabalho educacional junto aos Matsés. Talvez pelo fato de que poucos falam a língua portuguesa e nunca houvesse na Funai alguém que assumisse este setor de educação.

Existem algumas preocupação dos Índios neste sentido, e vários solicitaram a presença de professores que pudesse atender as suas necessidades neste setor.

Alguns velhos também manifestaram a vontade de aprender alguma coisa, sendo que estão interessados na alfabetização em sua própria língua, a exemplo dos Matsés do Tchoba, dos quais já vários sabem ler e escrever na sua língua.

É indiscutível que os contatos com seus parentes do Tchoba, os influenciam bastante no sentido de quererem ser alfabetizados, sobre tudo em sua língua.

IX - Análise da Política Indigenista e Propostas

1 - Na sua atuação junto aos Índios do Lobo e da 31, a Funai se depara com um problema permanente com a atuação de servidor braçal do próprio grupo. Esta situação reflete muito bem toda a problemática dos servidores indígenas atuando em suas próprias aldeias. Entre os Matsês o servidor procura valer-se de sua função privilegiada na Funai para impor a sua liderança no grupo e servir de intermediário entre este e elementos não-Índios.

Propomos aqui que este caso em particular seja estudado cuidadosamente, pois se não for encaminhado convenientemente, poderá acarretar consequências imprevisíveis, tanto na atuação da Funai na área como na realidade Matsês atual.

2 - Somos do parecer que a localização do atual Posto Indígena Lobo entre os Matsês do Alto Jaquirana, não é adequada, uma vez que este se situa dentro do igarapé Lobo, o que não permite um controle das penetrações de não-Índios pelo rio. Sugerimos então que o PIA seja transferido para a aldeia 31, com toda a infraestrutura necessária para o seu bom desempenho, e que seja dada continuidade de modo eficaz a assistência de saúde para a aldeia Lobo.

Na infraestrutura do PIA, é preciso que haja uma embarcação (motor de centro) a fim de realizar um controle permanente da área do rio Jaquirana, assim como para possibilitar uma assistência itinerante aos Matsês do Lobo, Santa Sofia e Ituxi.

Esta embarcação poderá também suprir outras necessidades, no caso de doença, ou qualquer outra emergência.

É necessário que o PIA tenha também meios de transportes mais ágil, principalmente para os deslocamentos na época do verão.

3 - Em várias oportunidades, ouvimos funcionários da Funai falar na transferência dos Índios do Lameirão para outro local, seja em sua área de origem no Jaquirana ou seja ainda pelos lados dos rios Curuçã ou Pardo, com a finali

dade de solucionar o problema de terra do seringal Lameirão.

No momento atual não podemos aceitar qualquer hipótese deste gênero pelos seguintes motivos:

— A maioria dos Índios do Lameirão são contrários a um novo deslocamento, principalmente para a sua área de origem. Além disto os Índios dizem que o "Pardo ou mesmo o Curuçá são pertos do Jaquirana" sendo que assim a distância não seria uma garantia para evitar novos conflitos entre os grupos antagônicos.

— A experiência demonstra que a transferência de grupos indígenas tem trazido transtornos irreparáveis ainda mais quando conduzida da forma como a Funai o tem feito nesta região, sem qualquer planejamento e programação de trabalho a longo prazo, e sem consultar os próprios interessados.

4 — A Ajusol nunca considerou realmente o Lameirão com área indígena, e por isto nunca foi dada prioridade a assistência dos Índios que ali se encontram. Achamos que os Matsês do Lameirão devem receber um atendimento de saúde à altura de suas necessidades. Um atendente de saúde poderia atuar no Lameirão assim como nos Kanamarí do Irari e São Luis, através de um trabalho itinerante. É preciso para tal uma pequena embarcação, a fim de viabilizar uma assistência funcional e estes grupos geograficamente próximos.

Além disto o Lameirão deve ser incluído nas mesmas programações de trabalho destinados aos outros do vale do Javari.

5 — Apesar da solicitação dos Matsês e acreditarmos na validade de um trabalho de educação, torna-se fundamental que qualquer tentativa neste setor, não tenha apenas como objetivo a alfabetização dos Índios. Uma ação educacional só tem valor se considerado o contexto em que for aplicada e se representar para os Índios uma verdadeira resposta aos seus anseios e necessidades como povo.

Por isto recomendamos que antes de desenvolver qualquer tipo de atuação educacional entre os Matsês, se tenha um conhecimento de sua cultura assim como da realidade local.

X - Limites da Área Matsês

Informamos que em conjunto com os funcionários locais, a equipe do GT colocou uma placa de interdição da área na foz do igarapé Ituxi, afluente da margem direita do rio Jaquirana, exatamente no local proposto como limite na Portaria de Interdição nº 1849/E de 08.04.85.

Uma outra placa havia sido colocada por funcionários da Funai, na foz do igarapé Cachorro Molhado, limite superior da área ocupada pelos Matsês do Lobo, e divisor com a área de ocupação dos Índios de Santa Sofia. Como a área Matsês se estende até as cabeceiras do rio Jaquirana, e que a placa está provocando algumas confusões junto aos não-Índios que consideram o local da placa como o limite superior de toda a área indígena, somos de parecer que a placa seja retirada deste local.

Quanto aos limites da área Matsês, concordamos com a proposta do GT/80 no que diz respeito a inclusão da área que se estende desde o igarapé Ituxi até as cabeceiras do Jaquirana, beirando todo o curso do próprio rio. Pois a proposta apresentada por S. Amâncio deixa de fora a área de ocupação dos Matsês de Santa Sofia.

Se faz necessária a verificação da presença de Matsês isolados nas cabeceiras dos ig. Flecheira e Santana. Enquanto isto não acontecer permanece válido o limite de interdição para a margem esquerda do rio Curuça, iniciando no Ig. Fужão a fim de garantir a área de ocupação tanto dos Matsês da aldeia 31, como dos Matsês isolados do Pardo e possivelmente do Curuça. Quanto aos limites superiores da área, nas cabeceiras do rio Jaquirana e de seus afluentes Batã e Hospital, as informações levantadas não nos permitem assumir uma postura nem de tirar conclusões a respeito de presença indígena ou não naquela área.

Reforçamos aqui a necessidade de realizar um levantamento desta área conforme já tinha sido proposto na ocasião da reunião do GE Javari em 1984.

III INDIOS CHAMADOS KULINA DO RIO CURUÇA

I	Introdução	p.	44
II	Caracterização do grupo	p.	46
III	Histórico do grupo	p.	47
IV	População		
	a) Kulina contatados	p.	51
	b) Kulina isolados	p.	54
V	Aspectos culturais		
	a) Língua	p.	56
	b) Autodenominação	p.	56
	c) Cultura material	p.	57
	d) Organização sócio-política	p.	58
VI	Situação atual		
	a) Dispersão	p.	59
	b) Casamentos interétnicos	p.	61
	c) Relações com Marubo, Kanamari, não-Índios	p.	62
VII	Economia de subsistência e comercialização		
	a) Economia de subsistência	p.	64
	b) Economia de comercialização	p.	64
VIII	Assistência	p.	66
IX	Propostas de atuação		
	a) Saúde e comercialização	p.	68
	b) Educação	p.	69
X	Área indígena		
	a) Limites da área indígena	p.	70
	b) Controle de invasões da Área Indígena	p.	72

OS ÍNDIOS (que têm sido chamados de 'KULINA')

ORIGINÁRIOS DOS IGARAPÉS PEDRO LOPES E SÃO SALVADOR

I — Introdução

Após o levantamento etnográfico da ocupação Mayoruna do alto Javari e do levantamento fundiário dos não-Índios localizados no alto Jaquirana e seus afluentes, rio Batã e Igarapé Hospital, e no próprio Javari, o GT deslocou-se para o rio Curuçã.

De acordo com programação de trabalho anteriormente estabelecida em conjunto com os técnicos da Funai, Incra e Iteram, os responsáveis pelo levantamento etnográfico dividiram-se em 2 equipes que cobriram:

- a) os Marubo no alto Curuçã;
- b) os Marubo e Kulina no médio Curuçã;

O levantamento fundiário dos não-Índios foi realizado pelos representantes do Incra e Iteram, tendo sido acompanhados pelo engenheiro da Funai, Coordenador do GT, e pelo indigenista que realizou o levantamento dos Índios do médio Curuçã. Neste levantamento constatou-se que a presença de não-Índios está basicamente relacionada ao extrativismo de madeira e seringa, atividades que se desenvolvem apenas em determinados períodos do ano. Apenas uma família, localizada no rio Curuçã, pouco acima da sua confluência com o rio Pardo, tem presença fixa na área, sendo também este o único caso de não-Índios possuírem benfeitorias que fizessem jus a laudas de vistorias. Além desta família encontravam-se ainda no Curuçã duas famílias de seringueiros, enquanto que no rio Pardo foram localizadas onze famílias, sendo quatro na margem do rio e sete no rio Negro.

Devido a inexistência de bibliografia específica sobre os chamados Índios Kulina originários da região do médio rio Curuçã, e, principalmente, à falta de relatório da equipe que em 1980 realizou o levantamento deste rio, são extremamente precárias as referências disponíveis anteriormente sobre este grupo indígena.

Algumas informações, contidas em documentos e processos da Funai, são citados por Delvair Montagner Melatti em "Projeto de Estudo para Eleição de áreas indígenas na Bacia do rio Javari-AM.", que compõe o processo FUNAI/BSB/1074/80, à página 13.

Júlio Cesar Melatti, em "Povos Indígenas no Brasil, Volume 5 - Javari" (1981: 110-115) dedica um capítulo aos índios "Kulina", não fazendo contudo uma abordagem diferenciada entre os índios originários dos igarapês São Salvador e Pedro Lopes, afluentes da margem direita do rio Curuçã, e os outros Kulina originários do rio Juruã, que em passado recente migraram para o vale do Javari.

As informações básicas para o levantamento etnográfico dos índios oriundos dos igarapês São Salvador e Pedro Lopes foram obtidas junto aos membros do próprio grupo, tanto aqueles que atualmente se localizam junto aos Marubo no PIA Curuçã como aqueles que se encontram dispersos em famílias elementares localizadas nas margens do rio. Informações complementares foram levantadas ainda com os Marubo e os não-índios, localizados no médio Curuçã.

O levantamento etnográfico dos Kulina dispersos pelo Curuçã ficou de certa forma prejudicado pelo ritmo extremamente rápido que foi imprimido a esta fase do trabalho pelo então Coordenador do GT, que, assim como os demais técnicos do INCRA e ITERAM, não demonstrou muita afinidade aos índios nem tampouco interesses indigenistas.

II — Caracterização do Grupo

Como Kulina são denominados representantes de 2 grupos indígenas distintos, que se localizam no Vale do Javari. São eles: os Kulina de língua Arawa, tronco Aruak, originários do rio Juruá, e os Kulina da família linguística Pano, originários da região do médio rio Curuçã.

Embora não estejamos convencidos da denominação "Kulina" aplicada ao grupo do Curuçã, adotamos provisoriamente este termo no presente relatório, visto não serem disponíveis informações mais precisas sobre o grupo.

Embora registre rapidamente a proximidade linguística deste grupo com os Marubo, o que indicaria serem da família linguística Pano, Melatti (1981: 111), baseando-se em informações de um homem do grupo, que dizia terem vindo do rio Juruá, os classifica como do tronco linguístico Aruak, assinalando que os Kulina que ocupam o Vale do Javari deslocaram-se do rio Juruá num passado recente. Esta colocação não se mostra consistente, sendo verdadeira apenas no que se refere aos Kulina de língua Arawa, dispersos em vários rios do Vale do Javari, não podendo contudo ser aplicada aos índios localizados no médio Curuçã, que também tem sido chamados de Kulina, e que são o objeto deste relatório.

Num primeiro contato, um homem Kulina casado com mulher Marubo, informou que havia nascido no rio Juruá, de onde migrou ainda criança, juntamente com seus pais para o Curuçã. Contudo, no decorrer de nossa permanência na área, este homem foi indicado pelos demais membros do grupo como natural do igarapé São Salvador.

Pelas informações fornecidas pelos membros do grupo, estes identificam como seu local de origem a região da margem direita do médio Curuçã, notadamente os igarapés São Salvador e Pedro Lopes.

III — Histórico do Grupo

Durante os contatos que mantivemos com o grupo constatamos que apesar de até hoje terem sido identificados como um único grupo vivendo desaldeado nas margens do Curuçã, os Kulina conservam na memória uma distinção básica entre 2 grupos, ou "tribos", como eles mesmos se expressaram, do qual são originários :

- a) a tribo do igarapé Pedro Lopes;
- b) a tribo do igarapé São Salvador.

A tribo do igarapé Pedro Lopes é composta pelos filhos do velho Capistrano com suas 3 mulheres, Carmem, Jaria e Júlia.

Segundo informações do Pedro, um dos filhos de Capistrano, seu pai nasceu no próprio igarapé Pedro Lopes, onde sempre morou com os demais membros do seu grupo.

Vindo de longe, em época que Pedro não sabe indicar, chegaram outros índios que construíram maloca nas cabeceiras do igarapé Esperança, afluente do Curuçã, em local não muito distante da maloca onde morava Capistrano. Segundo Pedro, estes índios vindos "sabe Deus de onde", eram chamados pelo grupo do igarapé Pedro Lopes de Korubo.

Após estes índios terem se localizados nas cabeceiras do igarapé Esperança, morreu o filho do tuxáua Júlio, ou Kapê, seu nome na língua do grupo, da maloca do igarapé Pedro Lopes.

Esta morte foi atribuída aos Korubo, que teriam colocado feitiço. Em represália os parentes de Capistrano mataram os Korubo. Segundo Pedro, seu pai não participou do ataque a estes índios, tendo apenas ido buscar a mulher e 2 filhas de um Korubo morto neste conflito, e que mais tarde se tornaram suas 3 mulheres.

Tomando-se por base as idades aproximadas dos filhos do velho Capistrano com estas mulheres Korubo, estimamos que este conflito tenha ocorrido há cerca de 40 anos.

João Herculano, brasileiro que há 9 anos chegou ao rio Curuçã, diz

ter encontrado os Kulina morando no igarapé Pedro Lopes, a 4 horas de sua foz à remo.

Segundo João Herculano, no Pedro Lopes o velho Capistrano morava em maloca cuja cobertura se prolongava até o chão, enquanto que as outras casas eram palafitas, no estilo regional. Estes índios já haviam tido contato com os brancos anteriormente, mas "estavam abandonados", como conceitua João Herculano.

Logo depois do contato que manteve com os Kulina, João Herculano incentivou-os a se transferirem para a beira do Curuçã, na expectativa de que a Funai (que já instalará o PIA Curuçã) atendesse aos índios e que com isso adivesse algum proveito para si.

A tribo do igarapé São Salvador é representada por 4 irmãos, Antônio ou Maspam, João Bruto, Paulo e Mapará, cujos pais, era uma ex-mulher de Paulo e outro homem deste mesmo grupo.

Destes 4 homens, Paulo, o mais velho, e que segundo os demais é quem teria maiores dados sobre a origem e história do grupo, mora em Tabatinga, onde dizem trabalhar para o exército. Contudo não foi possível localizá-lo.

Sobre a ascendência do grupo, Maspam disse lembra-se apenas do nome de sua mãe, Duni, que segundo ele "não tem nome de brasileiro, não existe brasileiro (nesse tempo), puro índio mesmo".

As informações fornecidas por Maspam, João Bruto e Mapará, registram primeiro um processo de dispersão causado pela saída de alguns homens do grupo e em seguida um processo de depopulação decorrente de doenças que atingiu o grupo e de choques com outros grupos indígenas.

Tomando-se como base a estimativa de idades feita pelo GT, o processo de dispersão ocorreu a cerca de 30 anos quando 4 homens deixaram o igarapé São Salvador. Levados por um comerciante conhecido apenas como Wenceslau, seguiram para Tabatinga os irmãos Paulo, com a família, João Bruto, Maspam e Pedro, este já falecido. De Tabatinga, onde permaneceram pouco tempo, voltaram a subir o rio Javari, à remo, até a localidade denominada Repouso, abaixo da boca do igarapé Irarí, onde se estabeleceram.

Em Repouso encontraram o Tenente Castro Amorim (ou os Tenentes Castro e Amorim, segundo informantes diferentes) que levou parte deles para o Estirão do Equador, acima da boca do rio Curuçã. Paulo e sua família continuaram na colocação Repouso onde permaneceram por mais de um ano, quando então, à bordo da lancha Roraima, se transferiram para Estirão do Equador, juntando-se aos demais membros do grupo que lá estavam. A este tempo Paulo se ligou ao Exército, trabalhando na cozinha do Pelotão de Fronteira de Estirão do Equador.

Tempos depois, viajando a bordo do motor de Antônio Botelho, regatão da região, Paulo e João voltaram ao rio Curuçã, onde ficaram na boca do igarapé São Salvador. Daí seguiram por terra até as cabeceiras, onde se localizaram o restante do grupo.

Neste período em que alguns Kulina se encontravam no rio Javari, os Índios que continuavam no igarapé São Salvador foram atingidos por surtos de doenças que reduziram a população do grupo em 50%.

Na viagem que empreendeu ao igarapé São Salvador, o objetivo de Paulo era buscar seu filho, Pedro Paulo, que havia ficado com a mãe. ainda nesta viagem João Bruto teve um filho com uma mulher da qual não se lembra o nome.

Paulo, seu filho e João voltaram para o rio Javari reunindo-se aos demais Kulina. As mulheres de Paulo e João, e o filho deste permaneceram no igarapé São Salvador.

Pouco tempo depois deste contato, a aproximadamente 16 anos, segundo nossas estimativas, o grupo que continuou nas cabeceiras do igarapé São Salvador sofreu o ataque de um grupo Mayoruna que depois de matar todos os homens adultos carregaram as mulheres e crianças para as suas aldeias do alto rio Javari. Entre os que foram levados pelos Mayoruna estavam as mulheres de Paulo e João Bruto, e Pedro, filho de João que nascera quando da sua visita ao São Salvador, e que mais tarde reencontraria seu pai.

Quando o Tenente Castro Amorim (ou Tenentes Castro e Amorim) foi embora, provavelmente transferido para outro destacamento, a excessão de Paulo e sua família, todos os outros Índios retornaram para o rio Curuçã. Localizando

-se no igarapé Pedro Lopes Maspam, João Bruto e Mapará casaram-se com filhas do velho Capistrano, que até então permanecia neste igarapé. Com o casamento dos homens oriundos do igarapé São Sálvador com mulheres do igarapé Pedro Lopes, estes 2 grupos ou tribos, como eles próprios se dizem, passaram a compor um único grupo, identificado tanto regionalmente como na escassa literatura disponível pelo termo Kulina.

Resumindo sem muitos detalhes e por vezes precisando a qual dos dois grupos se refere, Santiago Comapa, homem branco há muitos anos casado com mulher Marubo, e como funcionário da Funai residendo no PIA Curuçã, diz que quando chegou a região a cerca de 40 anos, "os Kulina trabalhavam em Estirão do Equador" e que teriam retornados para o Curuçã após a instalação da Funai neste rio. Sem dúvida estes dados referem-se ao grupo do igarapé São Salvador que se deslocou para Tabatinga. Quanto a outra parte do grupo que ainda se encontrava em seu local de origem, Santiago Comapa diz que "se mataram; eram muitos e se acabaram", assinalando "que os Kulina dizem que foram outros parentes que mataram". "Eles (os Kulina) trabalham dentro do igarapé Esperança (afluente da margem direita do médio Curuçã), si é que era a aldeia deles" disse Santiago Comapa que, embora sem explicitar, referia-se ao grupo do igarapé Pedro Lopes.

IV — População

a) Kulina contatados.

Quando da realização dos trabalhos de campo, no Curuçã, os Kulina originários desta região formavam um grupo de 35 pessoas. Deste número, 16 pessoas, distribuídas em 3 famílias distintas, localizavam-se no antigo PIA Curuçã junto a famílias Marubo, enquanto as outras 19 pessoas, distribuídas em 6 famílias, se encontravam dispersas ao longo da margem direita do rio.

Além deste Kulina, que apesar de dispersos em 4 pontos diferentes no médio Curuçã constituem um grupo, foram obtidas informações de outras 8 pessoas que se encontram no igarapé Turrina, afluente do rio Pardo, no Curuçã; em Tabatinga; em Atalaia do Norte e no rio Ituí.

Num total de 43 pessoas, estes Kulina podem ser distribuídos no seguinte quadro:

DISCRIMINAÇÃO	Adultos		Crianças		Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Antigo PIA Curuçã	2	2	8	4	16
Médio rio Curuçã	4	3	2	10	19
Igarapé Turrina	-	-	-	1	1
Rio Ituí	1	1	-	-	2
Atalaia do Norte	-	-	1	-	1
Tabatinga	2	2	-	-	4
Total	9	8	11	15	43

Os 4 Kulina adultos localizados no antigo PIA Curuçã, formam 3 famílias, sendo que 1 homem e 1 mulher são casados com Marubo. Do casamento do homem Kulina com mulher Marubo são filhos 3 meninos e 1 menina. A mulher Kulina casada com homem Marubo ainda não tem filho deste casamento, sendo que um menino, filho desta mulher, com 1 homem Mayoruna funcionário do PIA é criado por seus avós maternos, que formam a terceira família Kulina.

Das 6 famílias localizadas no médio Curuçã, 3 são formadas por homem e mulher Kulina, sendo que uma delas é constituída por uma moça casada com rapaz que fora roubado pelos Mayoruna num ataque ao igarapé São Salvador. As outras famílias são formadas por: 1 menina Kulina casada com rapaz Mayoruna; 1 homem Kulina casado com mulher não-Índia; e 1 mulher Kulina casada com homem não-Índio.

Uma menina, filha de pai e mãe Kulina do médio Curuçã, mora com uma família não-Índia na boca do igarapé Tirrina, afluente do rio Pardo, sendo este por sua vez afluente do Curuçã.

Chico, homem solteiro que há alguns anos foi levado do Curuçã para Tabatinga pelo madeireiro Manoel Rodrigues, encontra-se atualmente no rio Ituí.

Também no Ituí, mais precisamente no local do antigo PIA Ituí, uma mulher Kulina é casada com homem Marubo, funcionário da Funai.

Em Atalaia do Norte, na base da Ajudância do alto Solimões, encontra-se um rapazote, irmão das duas pessoas que estão no Ituí, e que fora igualmente levado por Manoel Rodrigues para Tabatinga. Nas informações que nos forneceram no rio Curuçã, os Kulina disseram que este rapaz estaria estudando em Benjamin Constant. Contudo, na base da Ajusol nos foi informado que ele estava à espera de passagem para voltar ao Curuçã, onde ficaria morando junto aos seus parentes.

As 4 pessoas que se encontram em Tabatinga formam 3 famílias. Um homem e uma mulher são casados entre si, enquanto os outros dois são casados com não-Índios.

Dentre todos os Kulina não conseguimos manter contato direto com as 4 pessoas que se localizam em Tabatinga e com outras 5 que, embora moram no Curuçã e Ituí não estavam presentes quando de nossa visita, não sendo possível realizar uma estimativa mais precisa de suas idades. Contudo, tendo base as informações que nos foram fornecidas, podemos afirmar que 50,1% dos Kulina têm menos que 15 anos e que apenas 10 pessoas, representando 23,7% desta população, têm mais de 30 anos.

O quadro a seguir apresenta a distribuição por faixa etária, baseado

na estimativa de idade dos Kulina:

DISCRIM.	ant. PIA Curuçã		médio Curuçã		rio Ituí		Atalaia do Norte		Tabatinga		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
0 - 4	1	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	6
5 - 9	4	2	2	3	-	-	-	-	-	-	6	5	11
10 - 14	3	-	-	2	-	-	-	-	-	-	3	2	5
15 - 19	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	2	2	4
20 - 24	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1
25 - 29	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1
30 - 34	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
35 - 39	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
40 - 44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45 - 49	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
50 - 54	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Não estima.	-	-	-	-	4	1	-	-	2	2	3	6	9
Total	10	5	7	10	4	2	1	-	2	2	20	23	43
Total	15		17		6		1		4		43		43

No levantamento populacional não foram incluídos 4 homens e 4 mulheres não-Kulina casados com membros do grupo, e uma menina de aproximadamente 3 anos, filha de mãe Kulina e pai Marubo, moradores no antigo PIA Ituí. Por outro lado, foram computados 3 meninos e 1 menina, filhos de pai Kulina e mãe brasileira, todos moradores no médio Curuçã.

Devido a falta de contatos e mesmo notícias mais recentes, os Kulina do Curuçã não dispõem de informações sobre possíveis filhos dos 3 casais que se encontram em Tabatinga.

b) Kulina isolados

Inúmeras são as referências em documentos administrativos e relatórios, que indicam a presença de grupos Kulina isolados, localizados no médio Curuçá. As informações levantadas pelo GT, forneceram dados contraditórios sobre esta questão, não permitindo emitir parecer conclusivo sobre a existência destes índios.

João Branco, homem Kulina, nascido no igarapé Pedro Lopes e atualmente morando no PIA Curuçá, disse que nunca viu índios no igarapé São Salvador. Disse também que nos igarapés Pedro Lopes e Flecheira, afluentes respectivamente da margem direita e esquerda do rio Curuçá, não tem grupos isolados, e que os índios que aparecem no rio Negro, afluente da margem esquerda do rio Pardo, são os Mayoruna da aldeia 31, localizada no rio Javari.

Por outro lado, o mesmo João Branco contou que nos primeiros meses de 1985, quando trabalhava na derrubada de madeira juntamente com outros Kulina, foram encontrados vestígios de índios arredios nas cabeceiras do igarapé todos os santos. Não acreditando tratar-se de sinais de índios arredios, João Branco disse que as marcas encontradas por Pedro, João Bruto e Maspam, homens Kulina, eram varadouros, caminhos na mata, do "pessoal (Marubo) do rio Ituí.

Procurando checar estas informações com outras pessoas, constatamos que não foram vistos apenas sinais na mata, mas que na verdade os Kulina mantiveram contatos com índios desconhecidos. Os Kulina disseram ter estado com 3 homens que, sempre os mesmos, apareceram em 3 ocasiões diferentes. O primeiro a ter contato com estes índios foi Maspam, depois Pedro e por fim João Bruto. Nestes contatos os Kulina compreenderam muito pouco a língua falada pelos três desconhecidos. Com isto João Herculano, que se encontrara trabalhando com os Kulina na ocasião, afirma que estes índios não são do mesmo grupo que os Kulina localizados nas margens do rio Curuçá. Segundo as informações traçadas durante os contatos, estes índios desconhecidos vieram por varadouro, que saindo do rio Quixito vai dar nas cabeceiras do igarapé todos os Santos. Caso sejam verdadeiras as informações, que ademais não nos parecem impossíveis devido à proximidade destas áreas, tudo leva a crer que os 3 homens que se encon-

traram com os Kulina no igarapê todos os Santos sejam membros do grupo arredio (ou grupos Arredios) comumente citados na região do alto rio Quixito.

V — Aspectos culturais

a) Língua

Embora não existam informações específicas sobre a língua falada pelos Kulina localizados no médio rio Curuçá, não há dúvida que esta é totalmente diferente daquela falada pelos Kulina do Tronco Linguístico Aruak.

Da mesma forma, a língua falada pelos Kulina originários do médio Curuçá não é a mesma falada pelos Marubo, Mayoruna ou Matís.

Apesar de não ter sido possível estabelecer uma proximidade entre estas línguas, pode-se afirmar que estes Kulina falam língua da família Pano.

Entre si os Kulina falam na sua própria língua, enquanto que nos seus contatos empregam a língua portuguesa ou Marubo, principalmente aqueles que são casados com pessoas deste grupo.

Outro dado linguístico que não foi possível precisar é se originalmente os Índios do Pedro Lopes e os Índios os São Salvador falavam uma mesma língua.

b) Autodenominação

Reportando-se ao tempo em que não havia brancos nesta área, Pedro, oriundo do igarapé Pedro Lopes, diz que "no Pedro Lopes era só Índios mesmo. Nossa tribo, que chama Kurina". Da mesma forma, Maspam, nascido no igarapé São Salvador, lembrando suas origens diz "meu tio, minha avó disse também; deixa lembrar... Minha avó é Korubo".

Contudo fica a dúvida se antes da chegada ao rio Curuçá de João Herculano (ou João Kulina, como é chamado) os Índios já eram chamados de Kulina. Caso isto seja verdadeiro, estes Índios do igarapé Pedro Lopes estariam ligados àqueles que Nimuendaju (1944), Metraux (1948) assinalam como kulina de língua Pano, localizando-os à época na margem direita do rio Solimões, em área relativamente próxima ao Curuçá. Caso contrário, ou seja, se a identificação destes Índios como Kulina passou a ocorrer após o contato que tiveram com João Herculano, trata-se de mera assimilação da palavra "Kulina", decorrente da adoção do nome utilizado por João Herculano que se diz neto, por parte de mãe, de Índia Kulina do igarapé Grande, afluente do igarapé Reconquista, no

rio Juruá, de onde migrou para esta região.

De qualquer forma, os chamados Kulina originários da região do médio Curuçã não devem ser confundidos com os Kulina da família linguística Arawa, Tronco Aruak, que se autodenominam Madiha. A própria colocação dos índios de que a língua falada pelos grupos dos igarapês Pedro Lopes e São Salvador é totalmente diferente daquele que João Herculano diz ter aprendido entre os Kulina do Juruá, deixa claro tratar-se de grupos indígenas diferentes.

Korubo, por sua vez, uma expressão que tem sido empregada para referir-se a índios de pouco contato que permanecem isolados vivendo no interior às matas, não fazendo contudo uma distinção precisa entre os vários grupos para os quais tem sido usada.

Pelas informações levantadas com um dos homens oriundos do igarapé São Salvador, os Kulina chamam as pessoas da mesma tribo pelo termo Matsês. Porém não foi possível precisar se trata-se da autodenominação do grupo ou se de um termo que denomina genericamente elementos desta e de outras tribos, em contraposição ao elemento não-índio.

Cabe registrar que o termo Matsês é a própria autodenominação Mayoru ma e que segundo Pedro Coelho, funcionário do Funai, é empregado em contextos semelhantes pelos arredios da confluência dos rios Ituí e Itaquáí, índios estes que têm sido chamados de "Korubo".

c) Cultura Material

Devido aos poucos dados que conseguimos levantar junto ao grupo e ainda pela inexistência de informações anteriores, muito pouco pode ser dito sobre a cultura dos Kulina originários do médio Curuçã.

Segundo Mapará, homem oriundo do igarapé São Salvador, casado com uma das filhas do velho Capistrano, do igarapé Pedro Lopes, os parentes de sua mulher usavam adornos nas orelhas e nos lábios, sendo que ainda podem ser observadas nos mais velhos que moram na margem do Curuçã as marcas do uso destes adornos.

João Herculano, que desde 1976 mantém contato com os Kulina, diz que até aquele ano o velho Cipistrano mantinha no igarapé Pedro Lopes uma ma-

loca tradicional, cuja cobertura de palha ia até o chão. O mesmo é citado em 1969 por Raimundo Pio de Carvalho Lima, que, como funcionário da Funai, diz ter encontrado o "Tuxáua" Capistrano morando em uma minimaloca no igarapé Pedro Lopes.

Ao referir-se ao seu grupo original, os homens nascidos no São Salvador mencionam as "malocas" localizadas nas cabeceiras do igarapé, e que foram destruídas pelos Mayoruna.

Tanto no caso das malocas do igarapé São Salvador como das malocas do igarapé Pedro Lopes não conseguimos levantar informações quanto as suas dimensões, suas localizações precisas, os seus formatos e materiais utilizados na construção, nem tampouco quanto ao número de malocas que teria existido.

d) Organização Sócio-Política

Nenhuma informação foi possível levantar sobre a estrutura Social e Política dos grupos. Apenas uma breve referência histórica a respeito de um tuxáua do igarapé Pedro Lopes que no passado teria comandado um ataque contra uma maloca localizada nas cabeceiras do igarapé Esperança, afluente do Curuçã, em represália à morte de seu filho.

Sobre as relações com outros grupos indígenas, ficou claro a rivalidade existente com os Mayoruna, responsabilizados por ataques a malocas e raptos de mulheres e crianças, tanto Kulina como Marubo.

VI — Situação Atual

a) Dispersão

Nas primeiras informações que se pode localizar referentes mais puramente a estes índios, já aparece assinalado o processo de dispersão como a maior ameaça aos Kulina.

Além do anteriormente citado processo de desestruturação que atingiu o grupo do igarapé São Salvador devido à transferência de alguns de seus membros para a cidade de Tabatinga e a supedepopulação decorrenté de choques com os Mayoruna, a dispersão do grupo do igarapé Pedro Lopes é também observada nos primeiros contatos com a frente de atração que se instalara no rio Curuçã, em cujos objetivos de trabalhos se colocava a reorganização e reagrupamento destes índios.

Principalmente porque estas propostas nunca foram desenvolvidas satisfatoriamente, tendo sido totalmente mudados com o tempo os objetivos do PIA Curuçã, os Kulina transferiram-se do igarapé Pedro Lopes para as margens do Curuçã, dispersando-se em famílias elementares.

Apesar de manterem relações frequentes entre si e se considerem como um grupo, os Kulina espelham marcas da dispersão característica do processo extrativista.

Os 35 Kulina localizados atualmente no rio Curuçã constituem 9 famílias, residindo em 9 casas distintas, todas nas margens do rio. Todas as casas são sobre palafitas, construídas no estilo regional, comum entre os ribeirinhos não índios de todo o Vale do Javari. A cobertura das casas é feita com palhas, enquanto assoalhos e paredes são formados por troncos de paxiúba batidas. Apenas 3 destas casas apresentam um pequeno número de tábuas serradas compondo os pisos e paredes. As 9 casas estão distribuídas em 4 locais diferentes, sendo: 3 casas no pátio central do antigo PIA, na margem esquerda do Curuçã; 1 casa na margem direita, pouco abaixo da foz do igarapé São Salvadorzinho; 2 casas na margem direita, pouco acima do igarapé Bananeira; e 3 casas na margem direita, abaixo do igarapé Bananeira. As 4 últimas casas no sentido de descida do rio, estavam em construção, tendo os seus ocupantes retornado à beira do Curuçã após o trabalho de derrubada de madeira realizado durante

todo o inverno (final de 1984 e começo de 1985) no igarapé todos os Santos, afluente da margem direita do médio Curuçã.

Os outros 8 Kulina identificados como membros deste grupo encontravam-se dispersos fora do médio Curuçã, cinco destes Kulina, constituindo 3 famílias, habitam 3 casas distintas, sendo 1 no antigo PIA Ituí e 2 em Tabatinga. Os três outros, são solteiros e se encontram morando junto com brasileiros nos rios Pardo e Ituí, e em Atalaia do Norte.

No começo de 1985, Pedro, o filho de João Bruto raptado pelos Mayoruna que atacaram o igarapé São Salvador, retornou do rio Javari através do rio Pardo, afluente do Curuçã.

Atendendo pedido de João Bruto, Nakua, homem Mayoruna funcionário do PIA Curuçã e que conhecia a origem de Pedro, trouxe o rapaz do rio Jaquirana, onde trabalhava com madeiros não-Índios. Com Nakua e Pedro veio também Zê, rapaz Mayoruna, que se casou com uma menina Kulina. Segundo informações dos Kulina, Nakua é filho de Korubo que no passado foi roubado pelos Mayoruna.

Considerando-se que a idade atual de Pedro é de aproximadamente 17 anos e que segundo, sua informação, era bastante pequeno quando foi raptado, este choque com os Mayoruna se deu a cerca de 16 anos. Segundo Pedro, que recebeu o nome Tika, em Mayoruna, sua mãe tornou-se mulher de João, nome em português do tuxãua Tumi, da aldeia 31, no alto Javari. Conta Pedro que sua mãe foi morta, há mais ou menos 12 anos por mulheres Mayoruna. Segundo Pedro na aldeia 31 ainda hoje se encontram várias mulheres que foram levadas do igarapé São Salvador. E, de uma lista que pode estar incompleta, cita: a mulher de Tika (ou Sebastião); a mulher do tuxãua Tumi; a mulher de Nego João; Uxiko (ou Maria), a mulher de Francisco, e Marô, mulher de Antônio, um homem aleijado. Além destas muitas outras mulheres que foram levadas do igarapé São Salvador se encontram entre os Mayoruna localizados no rio Choba, afluente do rio Javari, em território Peruano. Pedro cita ainda que várias das crianças raptadas são hoje adultos vivendo entre os Mayoruna.

b) Casamentos Interétnicos

Além da dispersão, outro fato que chama atenção entre os Kulina é o elevado número de casamento interétnicos.

Dos 13 casamentos registrados no grupo, apenas 5 ocorrem entre homens e mulheres Kulina. E mais, que somente 1 destes casamentos se dão entre pessoas que têm um mesmo local de origem, no caso igarapé São Salvador. Ainda assim é importante frisar que devido à falta de contatos mais recentes com este casal que há muitos anos se localiza em Tabatinga, o próprio grupo não soube informar com precisão se estas pessoas ainda se encontram vivas. Os outros casamentos com pares Kulina se dá entre 4 homens oriundos do igarapé São Salvador com 3 mulheres e 1 moça oriundas do igarapé Pedro Lopes.

Os demais 8 casamentos ocorrem: 3 com Marubo; 1 com Mayoruna; e 4 com não-Índios.

O quadro a seguir apresenta a distribuição dos casamentos interétnicos dos Kulina segundo seus locais de origem.

	Kulina				Marubo		Mayoruna		Nao Índios		Total
	Ilg. S. S.		Ilg. P. L.		H	M	H	M	H	M	
	H	M	H	M							
Ilg. S. Salvador											
Homem	1	1	4						1		6
Mulher					1						1
Ilg. P. Lopes											
Homem						1				1	2
Mulher					1		1		2		4
Total		5			3		1		4		13

* Para as pessoas mais novas, já nascidas no Rio Curuçã, foi considerado o local de origem de seus pais.

O grande número de casamento interétnicos envolvendo os Kulina está ligado acima de tudo à impossibilidade de outras uniões entre membros do grupo, isto devido a inexistência de parceiros. Talvez esta situação possa apresentar alguma variação a partir do momento em que o grande número atual de crianças atinja idade adulta. Contudo devido aos pouquíssimos dados que se tem da estrutura social e das relações entre os grupos, seria pouco fundamentado levantar qualquer colocação neste sentido.

Uma consequência imediata observada dos casamentos de Kulina com elementos de outra étnia é o relegar quase total da Cultura Kulina, em favorcimento à incorporação dos costumes e da língua Marubo e Portuguesa.

De todos os filhos destes casamentos interétnicos, apenas 2 meninos e 1 menina falam a língua de seus pais Kulina.

c) Relação com Marubo, Kanamari e não-Índios

Devido a ocupação de áreas próximas, a trabalhos realizados em conjunto, a existência de casamentos entre os grupos e ainda ao deslocamento de Índios Kulina para o antigo PIA em visita a parentes ou em busca de assistência pela Funai, os Kulina e Marubo do médio Curuçã mantêm entre si contatos contínuos.

Entretanto este relacionamento não se dá de uma forma totalmente tranquila, ocorrendo reclamações mútuas. De um lado os Marubo queixam-se da utilização de seus roçados pelos Kulina; do outro, os Kulina demonstram insatisfação devido a exploração pelo Marubo, tanto para a subsistência como a comercialização, de lagos e igarapês que entendem como seus.

Esse desentendimento não chega a ser problemático, talvez pela própria índole Kulina, que nos pareceu bastante pacífica.

As relações entre os grupos se estabelecem com uma inferioridade para os Kulina, havendo por parte dos Marubo até mesmo uma certa notação de desprezo.

Apesar de alguns Kanamari se localizarem no médio Curuçã, não observamos a existência de nenhuma relação entre os Kulina e este grupo.

O ponto de atrito com a população não índia, ocorre entre João Herculaniano e os Kulina. Assim como já falava Júlio Melatti, Mapará, homem Kulina disse que João Herculano, levantou falso boato de que os Kulina estavam querendo matar os Marubo, e que isto se dava em virtude de os Marubo quererem roubar as mulheres dos Kulina, sendo também este fato inventado pelo mesmo João Herculano. Embora difícil de precisar estes fatos, até porque João Herculano funciona como um patrão que explora os Kulina e os Marubo, e os Kulina negam o que lhes é atribuído e não se mostram satisfeitos com a presença de João Herculano na área.

Outro homem Kulina, Pedro, cunhado de Mapará, também queixou-se de João Herculano, que o estaria ameaçando de morte. A razão desta ameaça está ligada ao fato de Pedro ter retomado sua filha, de cerca de 9 anos, não mais permitindo que João Herculano continuasse vivendo maritalmente com a menina.

Tanto nas relações com os Marubo como nas relações com os ribeirinhos localizados na área, e que têm se utilizado da mão-de-obra indígena principalmente para o trabalho extrativista, os Kulina portam-se de forma bastante passiva.

VII — Economia de Subsistência e Comercialização

a) Economia de Subsistência

Quando da passagem deste GT pelo Curuçã, os Kulina não dispunham de nenhum roçado capaz de suprir suas necessidades. Possuíam, segundo informações um pequeno roçado no igarapé todos os Santos, que não era suficiente para tirá-los da dependência da farinha adquirida dos comerciantes ou dos roçados Marubo do PIA Curuçã.

Esta situação torna-se tão mais grave uma vez que a mobilidade de todo o grupo voltava-se para o reinício do processo de extração do látex da seringueira, o que implica dizer que mais uma vez não seriam implantados roçados e, por conseguinte, o quadro atual se repetirá nos próximos anos.

Além da caça praticada nos igarapés São Salvador, São Salvadorzinho e todos os Santos, afluentes da margem direita do rio Curuçã, os Kulina se utilizam de barreiros localizadas nas proximidades do igarapé Bananeira, na margem esquerda do rio.

A pesca é praticada principalmente nos lagos do socô ou São Salvadorzinho, Grande, do Gato, da Bananeira e da Bacia, todos localizados nas margens do rio Curuçã.

A coleta de frutos silvestres é feito em praticamente toda a área.

b) Economia de Comercialização

Enquanto o trabalho de derrubada de madeira para comercialização é feita principalmente nos igarapés São Salvador e todos os Santos, a extração do látex é realizada na bacia do Curuçã, no período de seca.

Concetrando suas atividades principalmente nas terras localizadas imediatamente abaixo do PIA Curuçã, os Kulina dividem a utilização dessa área com os Marubo oriundos do alto Curuçã, os quais foram atraídos pela presença da Funai, e com um pequeno número de brancos que ali se localizaram.

Apesar dos Kulina terem se dedicado durante todo o final do ano de 1984 e os primeiros meses de 1985 à derrubada de madeira para a comercialização não observamos nenhuma vantagem material resultante deste trabalho. A madeira retirada do igarapé todos os Santos, juntamente com alguns Marubo que ali tra-

balharam, foi entregue a João Herculano e a Pedro Acreano, brasileiros moradores no rio Curuçã, que funcionam como "patrões" locais, ou seja intermediários nas transações comerciais entre os Kulina e os comerciantes que sobem o rio. Esta relação já foi observada por Júlio Cesar Melatti, em seu contato com os índios do rio Curuçã (Melatti: 1981,114).

Por sua vez, Pedro Acreano e João Herculano repassam a madeira para o madeireiro José Rodrigues Pires (Zé Filô) que levou as toras para Benjamim Constant, ficando combinado que somente no seu retorno acertaria o valor desta transação. Só então é que será repassado aos Kulina e Marubo o que lhes couber da venda de seu trabalho, isto depois de debatido as contas que tenham contratado com os dois intermediários.

Neste esquema de exploração é de se prever que os índios não terão nenhum ganho, ou mesmo que apenas dívidas lhes sejam apresentadas como fruto deste período de trabalho.

VIII — Assistência

Nenhuma entidade governamental ou religioso presta qualquer assistência sistemática aos Kulina. Todas as ações desenvolvidas na área são invariavelmente dirigidas aos Marubo, o outro grupo indígena que ocupa o rio Curuçã.

Embora tenha sido instalado com o objetivo de atrair os Índios localizados no igarapé São Salvador, o PIA Curuçã nunca prestou assistência a estes Índios. Da mesma forma o PIA Curuçã nunca dirigiu sua atenção aos Índios que se encontravam no igarapé Pedro Lopes, e que com a presença da Funai na região saíram para o rio Curuçã, instalando-se em suas margens.

Ao igarapé São Salvador foram dirigidas apenas poucas penetrações que contudo não chegaram até os Índios. Quanto ao igarapé Pedro Lopes, após um contato realizado pela Funai com os Índios que ali se encontravam, este igarapé saiu dos seus planos de trabalho.

Atraídos pela presença da Funai, os Marubo do alto Curuçã começaram a se deslocar para o médio curso do rio, fixando-se no local onde fora instalado o posto.

A oportunidade de emprego na Funai foi o primeiro fator de atração de homens Marubo que se deslocaram para o PIA Curuçã. Posteriormente a própria presença da Funai passou a exercer uma enorme influência sobre as demais famílias Marubo que se deslocaram para o PIA Curuçã atraídos tanto pela assistência que poderiam desfrutar como também pela possibilidade de serem contratados pelo posto.

Com o passar do tempo os trabalhos do PIA Curuçã foram voltando-se cada vez mais para os Marubo, chegando ao ponto de não mais considerarem os Kulina, que haviam sido a razão de criação desta frente de trabalho.

Sem nunca terem recebido os benefícios da atuação que a Funai deveria ter desenvolvido na área, os Kulina mantêm hoje uma relação distante com o Posto, ã ele recorrendo apenas nos casos de doenças, o que, ainda assim, lhes tem servido muitíssimo pouco devido ao completo abandono em que na maior parte do tempo se encontra o PIA Curuçã.

Quando dos trabalhos do GT., o PIA estava sendo transferido para o alto Curuçã.

As razões desta transferência não foram suficiente nem claramente expostas ao GT tanto pelo Chefe da Ajustol como pelo Chefe do Posto. Com esta medida adotada, a situação dos Kulina, assim como a dos Marubo, estava se tornando ainda mais difícil visto que já começavam a tomar as ameaças de invasão da área por madeireiros.

Novamente o Caminho que se abre a estes grupos parece ser o de baixar o rio buscando atender às suas necessidades ou de estreitar relações com brancos estabelecidos na área e comerciantes.

Além de não acompanhar os Kulina nas relações comerciais, a Funai mais uma vez procura se omitir na sua obrigação para com esses Índios, levando para ainda mais distante o atendimento à saúde, que sempre se foi de forma muito precária, e as promessas nunca cumpridas de uma atuação em educação.

IX — Propostas de Atuação

a) Saúde e Comercialização

Em se tratando de um grupo com pequeno contingente populacional, que ocupa área próxima aos Marubo atualmente localizados no médio rio Curuçã e com os quais mantêm relações que não chegam a ser conflituosas, assistência no campo da saúde dos Kulina poderá ser facilmente conjugada com a assistência prestada aqueles Marubo.

Um programa de incrementação das condições de subsistência dos Kulina, principalmente com a implantação de roçados que lhes garanta a autonomia, assim como um programa de acompanhamento nas relações comerciais travadas pelos Kulina e pelos Marubo com a sociedade envolvendo poderiam, da mesma forma, ser desenvolvidos em conjunto com os dois grupos.

Para desenvolver essas ações torna-se necessário que os trabalhos no rio Curuçã se dêem com maior agilidade, de uma forma mais dinâmica através de contatos e atuação junto aos Kulina, não reduzindo as ações da Funai às proximidades da sede do Posto, nem tampouco voltando-se apenas aos Marubo. Isto significa dizer que não é preciso uma estrutura específica para atender os Kulina, mas é imprescindível que uma assistência instalada no médio Curuçã esteja voltada também para este grupo.

Para a realização dos trabalhos propostos não seriam necessários maiores recursos materiais do que aqueles constando no posto tal: 1 motor de centro, para as viagens e o transporte de mercadorias e produtos; 1 motor de popa, para os deslocamentos rápidos em casos de emergência; 1 canoa; e 1 aparelho rádio-transmissor. Fundamental são os suprimentos, sobretudo medicamentos e gasolina, para que os trabalhos não fiquem paralizados como observamos quando de nossa presença na área.

A transferência do Posto para o alto Curuçã não pode significar de forma nenhuma uma paralização dos trabalhos no médio curso do rio tanto pela expectativa que esta presença criou nos Kulina e Marubo, como porque não acreditamos que esta transferência leve consigo os Marubo de volta ao alto Curuçã. E mais, mesmo que os Marubo viessem a acompanhar o PIA Curuçã, seria um absur-

do se pretender que os Kulina se desloquem rio acima, transferindo-se para distante de sua área de origem. Absurdo maior seria abandonar o grupo que, sem conhecer o funcionamento da estrutura política da sociedade brasileira não terá condições de fazer frente à desigualdade com que esta sociedade se relaciona com os grupos indígenas.

b) Educação

Diante da grave situação por que passam os Kulina e do pouco que se conhece sobre eles muito ainda precisa ser feito antes de se pretender levá-los, sob qualquer justificativa, conceitos e valores da sociedade brasileira, isto para que um trabalho em educação não torne um elemento de incentivo à aculturação e para que não seja mais uma imposição da sociedade nacional sobre o grupo.

Por todas estas razões não se poderia pretender que se uma escola for instalada no PIA Curuçã para atender aos Marubo, esta se destine também aos Kulina. Como culturas diferentes, estes dois grupos necessitam de tratamentos diferenciados por parte dos processos de educação sistemática que lhes seja dispensado.

X — Área Indígena

a) Limites da Área Indígena

Conforme um dos principais objetivos deste GT., as áreas dos grupos indígenas foram detidamente estudados, permitindo com isso formular um posicionamento sobre os limites da área ocupada por cada grupo, assim como do Vale do Javari como um todo.

Os limites propostos pelo GT que em 1980 realizou o levantamento do Vale do Javari, não se mostram satisfatórios para a região do rio Curuçá.

Ao estabelecer como limites linhas secas que partindo das cabeceiras do Igarapé Maia, no baixo Curuçá, cortam os afluentes da margem direita do baixo e médio rio Curuçá, até o Igarapé Bela Vista, no médio curso daquele rio, a proposta de área formulada por este GT exclui área original dos Kulina, que ainda hoje é utilizada principalmente em atividades extrativistas. Além da importância desta área para os Kulina, a sua exclusão da proposta de área representa a abertura de um corredor de penetrações que partindo da margem direita do Curuçá atingirá com enorme facilidade a região das cabeceiras do rio Quixito (afluente do rio Itaquai) e do Igarapé Esperança (afluente do rio Curuçá) área ainda não suficientemente conhecida e onde comprovadamente se localizam grupos arredios.

Por estas razões os limites propostos pelo GT de 1980 não são de forma alguma recomendados para a região do baixo e médio rio Curuçá.

Outro limite que além de falho mostra-se extremamente prejudicial aos Kulina e Marubo, é indicado por placas de interdição de área que foram implantadas por funcionários da Ajusol nas margens do rio Curuçá, na altura da foz do Igarapé Bananeira, assinalando o limite inferior da área restrita do PI Curuçá.

Com estes limites é excluída grande parte da área Kulina, inclusive locais de caça, pesca e extrativismo de seringa e madeira, e que vêm sendo utilizados constantemente tanto pelos Kulina como pelos Marubo que se localizam no PIA Curuçá.

Dessa forma os pontos indicados pelas placas de interdição não

devem de forma alguma funcionar como indicadores dos limites de área, assim como aquelas placas devem ser retiradas de imediato, para que não continuem a ser utilizadas pelos brancos como uma espécie de autorização para a penetração até aqueles limites e como uma legitimação da invasão e exploração que fazem da área indígena.

Nos trabalhos de campo realizados no rio Curuçã, além de ouvir os Kulina o GT consultou também os Marubo e as famílias de não-Índios, ali localizados, procurando levantar o maior volume possível de dados sobre a presença dos Índios e a sua área de ocupação na região do médio Curuçã.

As informações levantadas pelo GT, e apresentadas neste relatório, foram então conjugadas com os dados disponíveis em documentos e processos da Funai e na escassa literatura sobre estes Índios e a região, a fim de que fossem estabelecidos os limites da área. Igualmente foi considerado a presença de não-Índios na área o que, como consta do levantamento fundiário realizado por técnicos do Incra e do Iteram, mostra-se praticamente insignificante.

A partir desta análise os limites defendidos por este GT para a formulação de um projeto de área se estende ao longo da margem direita do médio e baixo Curuçã. Estes limites coincidem com aqueles propostos em 1972 por Sebastião Amâncio, e que em novembro de 1984 foi adotado pelo grupo de Estudo Javari para elaboração de uma proposta de intervenção da área, assinada em 08 de abril de 1985, por Nelson Marabuto, então Presidente da Funai.

Quanto aos limites pela margem esquerda do médio Curuçã, permanece a necessidade de um reconhecimento mais detalhado da região das cabeceiras do Santana afluente do Javari, e do Flexeira e Pardo, afluentes do Curuçã. Este levantamento, que inexplicavelmente ainda não foi realizado, previa para 1985 realizar sobre-vãos procurando obter dados que permitam avaliar com maior precisão a presença indígena na área.

A presença de grupos arredios nesta área é fartamente mencionada em documentos e relatórios, sendo que pelo menos no que se refere à região do rio Pardo é fato comprovado, tendo inclusive, no início de 1986, Índios Mayoruna isolados mantidos contatos com madeiros que exploravam aquele rio.

b) Controle de Invasões da Área Indígena

Tão importante quanto a demarcação da área é a garantia da posse destas terras pelos Índios.

Assim torna-se fundamental que dentre a assistência prestadas às Comunidades esteja um programa de controle de invasões, que na área em questão poderá ser desenvolvido pela própria frente de trabalho do PIA Curuçã atuante no médio curso deste rio. Para este trabalho de guarnição da área não seria necessária infraestrutura especial além daquela do próprio Posto. A instalação de um Posto de Vigilância na confluência do rio Pardo com o rio Curuçã é totalmente desaconselhável devido ao grande risco de atrair para suas imediações os Kulina e mesmo os Marubo, o que só faria aumentar os problemas de dispersão e não solucionaria os atuais problemas de assistência.

Da mesma forma, a instalação de um Posto de Vigilância na foz do rio Negro é igualmente desaconselhável. Se por um lado os riscos de atrair os Índios até este ponto são bem menores, por outro a duplicidade de frentes de trabalho, no médio Curuçã e no Pardo, seria totalmente inoportuna, pela própria falta de condições de funcionamento daquela instalada entre os Marubo no Rio Curuçã.

IV MARUBO

I	Introdução	p.	74
II	População		
	1. Rio Ituí	p.	76
	2. Rio Curuça	p.	77
III	Ocupação atual	p.	80
IV	Situação atual		
	1. Economia para a comercialização	p.	88
	2. Saúde	p.	90
	3. Pista de pouso	p.	92
V	Relações sociais		
	1. Relações entre os diversos núcleos Marubos	p.	93
	2. Relações com Kulina e Kanamari	p.	93
VI	Assistência		
	1. Funai	p.	94
	2. Missão MNTB	p.	97
VII	Propostas		
	1. Política indigenista	p.	100
	2. Limites	p.	101

MARUBO

I - Introdução

O levantamento da área marubo foi realizado em dois momentos distintos. Na primeira etapa dos trabalhos, no Curuçã após a conclusão dos trabalhos na área Matsês e na quarta etapa do levantamento no Rio Ituí. A chegada no PI Curuçã se deu no dia 25 de maio de 85 e o Gt dividiu-se novamente em duas equipes de trabalho para realizar:

1. o levantamento etnográfico dos Marubo do Alto Curuçã,
2. o levantamento etnográfico dos Índios localizados no médio Curuçã (Marubo, Kanamari e Kulina) assim como levantamento fundiário desta área.

No dia 03/05/85, as duas equipes se encontraram novamente na foz do Rio Pardo para prosseguir a viagem e finalizar o levantamento fundiário do baixo Curuçã.

A quarta etapa de viagem, no Rio Ituí iniciou de Benjamim Constant no dia 17 de julho chegando no PI Ituí no dia 22.

O Gt novamente se dividiu em duas equipes para realizar:

1. o levantamento etnográfico do Alto Rio Ituí. (dos Marubo e Matsês)
2. o levantamento fundiário dos Rios Negro e Ituí (pelos técnicos do Incra e Iteram).

As duas equipes se encontraram no dia 07/08/85 abaixo da foz do Rio Novo de cima, e descendo o Rio Ituí prosseguiram conjuntamente o levantamento fundiário até a confluência deste com o Itaquai.

Neste levantamento, obtivemos informações junto a população ribeirinha, funcionários da Funai e sobretudo junto ao Missionário da MNTB Jonh Janshma que prestou valiosa colaboração devido ao amplo conhecimento dos Marubo que conhece há mais de 20 anos.

Neste relatório procuraremos evitar a repetição de temas e questões registradas na ocasião de levantamentos anteriores ou de estudos realiza-

dos por Júlio César Melatti e Delvair Montagner Melatti, e cujos resultados já foram divulgados.

II - População

Quando realizamos o levantamento etnográfico dos grupos indígenas do Vale do Javari em meados de 1985, o grupo indígena Marubo totalizou uma população de 594 pessoas.

Esta população distribuída em numerosas malocas "chubu", casas ou aldeias pode ser divididas em quatro núcleos principais localizados no médio e alto Rio Ituí afluente da margem esquerda do Rio Itaquai, e no médio e alto Curuçã, afluente da margem direita do Rio Javari.

Vamos apresentar a população Marubo seguindo a ordem de localização geográfica das malocas encontradas subindo os Rios rumo as suas cabeceiras.

1. Rio Ituí

a) Médio Ituí

1. casa do Mário	15
2. casa do Arnaldo	8
3. casa do José Domingo	6
4. maloca do Paulo	29
5. maloca do Waldir (individual)	07
	<hr/>
	65

b) Alto Ituí

1. maloca do Lauro	33
2. maloca do José Nascimento	42
3. maloca do Firmino (individual)	6
4. maloca do Nicanor	9
5. maloca do Adilson	13
6. maloca do Abel	18
7. maloca do João Pajé	43
8. casa do João José	7
9. casa do Mário Peruano	9
10. Maloca do Raisamon	12

11. maloca do Paulino	33
12. maloca do Américo	21
13. maloca do Mariano	18
14. casa do Antonio	11
15. maloca do Felipe	<u>14</u>
	289

II - Rio Curuçã

a) Médio Curuçã

1. casa do Nilton	4
2. casa do Cêzar	5
3. casa do Antonio	5
4. casa do Casemiro	9
5. casa do Paulo	1
6. casa do Pedro	4
7. casa do Santiago Comapa	14
8. casa do Aurêlio	6
9. maloca do Said	22
10. maloca do Sebastião	<u>16</u>
	86

b) Alto Curuçã

1. maloca do João Aurêlio	12
2. maloca do Misael	30
3. maloca do Vicente	14
4. maloca do Alfredo	54
5. maloca do Alberto	17
6. maloca do Zê Barbosa	<u>22</u>
	149

Neste levantamento populacional, não foram computados brasileiros, Mayoruna ou Kulina casados com mulheres marubo.

Os 2 homens Marubo casados com Kanamari foram incluídos na contagem, assim como os filhos destes como dos outros casamentos interétnicos. Segundo informações do missionário Jonh Janhsma, a Missão recenseou em 1963 uma população total de 323 Marubo.

Em 1975, segundo informação de Júlio Melatti que constam no Vol. Javarí já citado, (p. 40) havia uma população de 397 Marubo, e em 1978, 462 Marubo.

Se compararmos estas informações a respeito do crescimento populacional entre 78 e 85 observamos um crescimento de 28.6%. Em relação a população do Rio Curuçã, Terri Valle de Aquino computou em 1980 180 Marubo, tendo portanto um crescimento da população deste rio de 30,5%.

O levantamento de todas as malocas Marubo, exceto a do Felipe no Ituí e a do Sebastião no Curuçã foi realizado em loco pela equipe do GT. Os dados relativos a maloca do Sebastião foram fornecidos pelo próprio que se encontrava no PI Curuçã, enquanto que as informações a respeito da maloca do Felipe, foram fornecidas pelos seus parentes mais próximos do Alto Ituí.

QUADRO POPULACIONAL MARUBO - 1985

FAIXA ETÁRIA	RIO ITUI						RIO CURUÇÁ						FORA DA ALDEIA			TOTAL
	ALTO ITUI			MÉDIO ITUI			ALTO CURUÇÁ			MÉDIO CURUÇÁ			M	F	T	
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	
0 - 4	29	28	57	10	10	20	14	13	27	6	7	13	-	-	-	117
5 - 9	35	31	66	6	3	9	16	14	30	11	4	15	-	-	-	120
10 - 14	21	14	35	2	2	4	9	7	16	7	7	14	-	-	-	69
15 - 19	13	21	34	2	6	8	9	13	22	3	8	11	-	1	1	76
20 - 24	8	13	21	2	6	8	5	6	11	5	2	7	2	-	2	49
25 - 29	6	8	14	3	1	4	7	3	10	5	3	8	2	-	2	38
30 - 34	6	7	13	1	3	4	3	5	8	1	2	3	-	-	-	28
35 - 39	4	6	10	1	-	1	2	4	6	1	1	2	-	-	-	19
40 - 44	5	3	8	-	-	-	1	1	2	2	1	3	-	-	-	13
45 - 49	8	4	12	1	-	1	1	2	3	5	-	5	-	-	-	21
50 - 54	2	5	7	-	3	3	4	2	6	1	-	1	-	-	-	17
55 - 59	3	4	7	1	1	2	2	-	2	2	2	4	-	-	-	15
60 - 64	1	1	2	-	-	-	1	-	1	-	1	1	-	-	-	4
+ 65	2	1	3	1	-	1	2	1	3	-	1	1	-	-	-	8
TOTAL	143	146	289	30	35	65	77	72	149	44	42	86	4	1	5	594

III - Ocupação Atual

A área de ocupação dos Marubo é basicamente a mesma levantada pelo GT de 1980, e que se encontra com maiores detalhes no Vol. Javari (J. Melatti pag. 38 a 41). Houve algumas modificações quanto a localização das malocas do Alto Curuçã. Em 1980, essas malocas eram situadas nas duas margens do Ig. Maronal, afluente da margem direita do Rio Curuçã. As malocas do Alfredo, Alberto e Zé Barbosa se deslocaram para o Alto do Rio Curuçã, acima do confluência deste com Ig. Maronal, enquanto que as malocas do Misael, Vicente e Aurélio se localizam na margem esquerda do Rio Curuçã, abaixo da foz do Ig. Maronal, sendo que esta última está situada mais abaixo, na foz do Ig. Jacaré.

Aconteceram ainda algumas mudanças quanto a localização de malocas no médio e alto Ituí. Também aumentaram o número de colocação dos Marubo na extração de seringa. Apenas os Marubo do médio Rio Ituí não exercem esta atividade de extrativista.

Em seguida, apresentamos a relação das colocações de cada um dos três núcleos, e seus respectivos mapas onde consta também a localização das moradias permanentes dos Marubo.

A plotagem das colocações de seringa foi realizada pelo GT e complementada pelos próprios Índios. Essas informações foram ainda confirmadas por funcionários da Funai e pelos Missionários.

1. Rio Ituí (alto Ituí)

No alto Rio Ituí, onde colocações de seringa estão localizadas da boca do Ig. Pentiaco até o Ig. Cedrinho, (ambos afluentes da margem direita do Rio Ituí), mais abaixo da primeira maloca Marubo.

Seis outras colocações estão situadas ao longo do Alto Rio Ituí entre as duas últimas malocas Marubo.

Relação das colocações Marubo no Alto Rio Ituí

1. Col. João José, na confluência do Ig. Pentiaco com o Ituí
2. Col. Antonio, na margem direita do Ituí

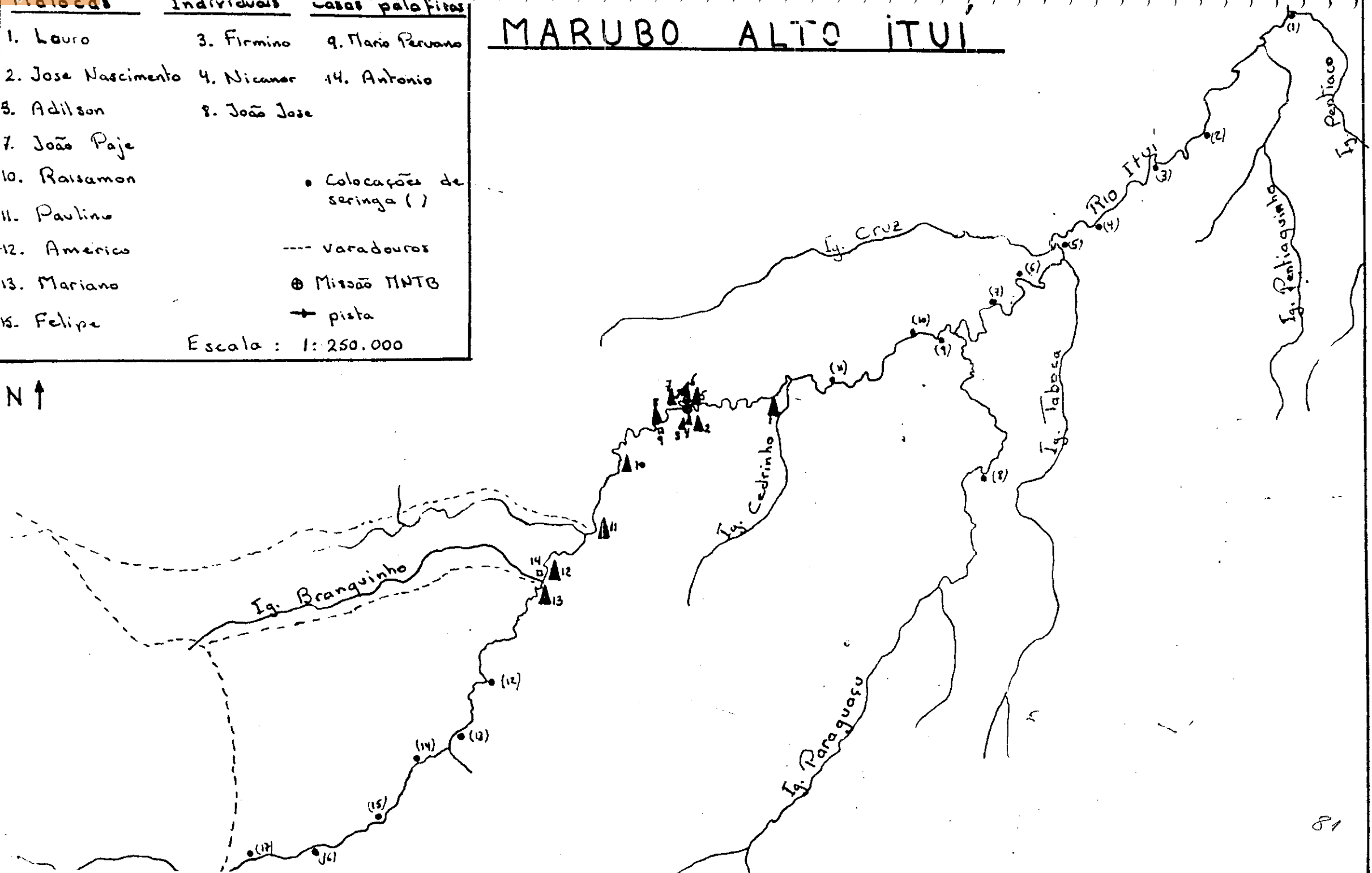
Malocas Individuais Casas palafitas

MARUBO ALTO ITUI

- | | | |
|--------------------|--------------|--------------------------------|
| 1. Lauro | 3. Firmino | 9. Mario Peruano |
| 2. Jose Nascimento | 4. Nicanor | 14. Antonio |
| 5. Adilson | 8. João Jose | |
| 7. João Paje | | |
| 10. Raimon | | • Colocações de
seringa () |
| 11. Paulino | | --- Varadouros |
| 12. Americo | | ⊕ Missão MNTB |
| 13. Mariano | | → pista |
| 15. Felipe | | |

Escala : 1 : 250.000

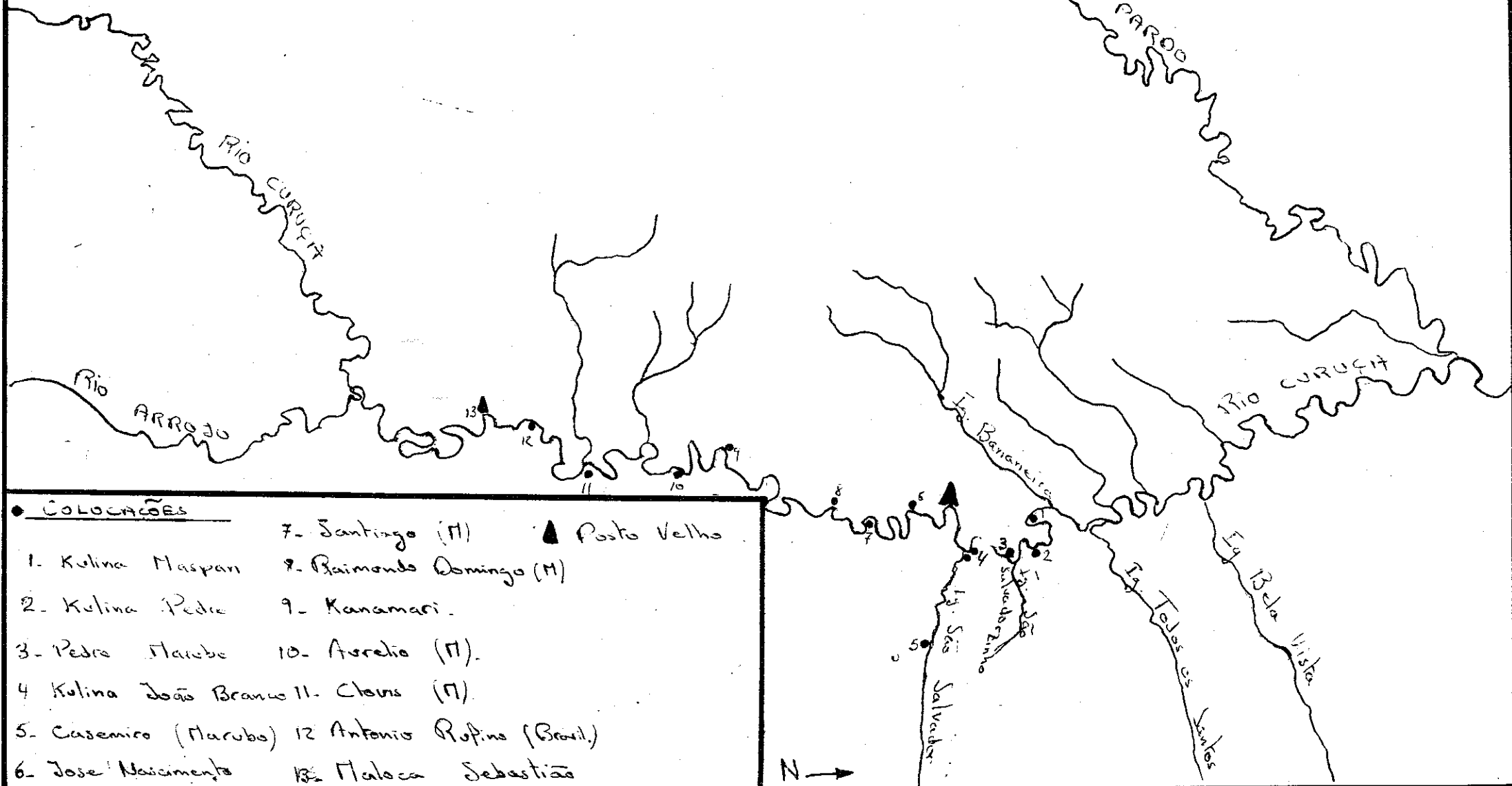
N ↑



3. Col. Roberto, abaixo da foz do Ig. Taboca, margem direita
 4. Col. desativada
 5. Col. Isaac, na margem direita do Ituí, acima do Ig. Cruz (margem esquerda)
 6. Col. Adilson na margem esquerda do Ituí
 7. Col. João Pajê, na margem esquerda do Ituí
 8. Col. Benedito, dentro Ig. Paraguaçu, em sua margem direita
 9. Col. Cristiano, margem direita do Ituí, acima da foz do Paraguaçu
 10. Col. Manuel, na margem esquerda do Ituí
 11. Col. Lauro, na margem esquerda do Ituí
 12. Col. Guilherme (ou Armando), na margem direita do Ituí (acima da maloca do Ma
riano)
 13. Col. Paulino, na margem direita do Ituí
 14. Col. Felipe, na margem direita do Ituí
 15. Col. Waldir, na margem esquerda do Ituí
 16. Col. Alberto, na margem esquerda do Ituí
 17. Col. Ricardo, na margem esquerda do Ituí
2. Rio Curuçã

No médio Curuçã, 6 colocações de seringa estão localizadas entre o posto e a maloca do Sebastião, situada a baixo da foz do Rio Arrojo (afluente da margem direita do Rio Curuçã). Apenas uma colocação Marubo está localizada abaixo do antigo PI Curuçã. Ainda no Curuçã, se encontram aproximadamente a meio caminho entre o PI e a Maloca do Sebastião, uma colocação dos Índios Kanamarí, com três casas, utilizada apenas durante a época do verão. Fora deste período os Kana
marí permanecem no Posto Velho junto a duas famílias de homens Marubo casados com mulheres Kanamarí. Abaixo do Posto do médio Curuçã, há ainda 4 colocações de seringa dos Índios Kulina.

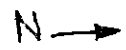
MÉDIO CURUCA



● COLOCACÕES

- | | | |
|-----------------------|-----------------------------|---------------|
| 1. Kulina Maspan | 7. Santiago (M) | ▲ Posto Velho |
| 2. Kulina Pedra | 8. Raimundo Domingo (M) | |
| 3. Pedra Marube | 9. Kanamari | |
| 4. Kulina João Branco | 10. Aurelio (M) | |
| 5. Casemiro (Marubo) | 11. Clovis (M) | |
| 6. José Nascimento | 12. Antonio Rufino (Brasil) | |
| | 13. Maloca Sebastião | |

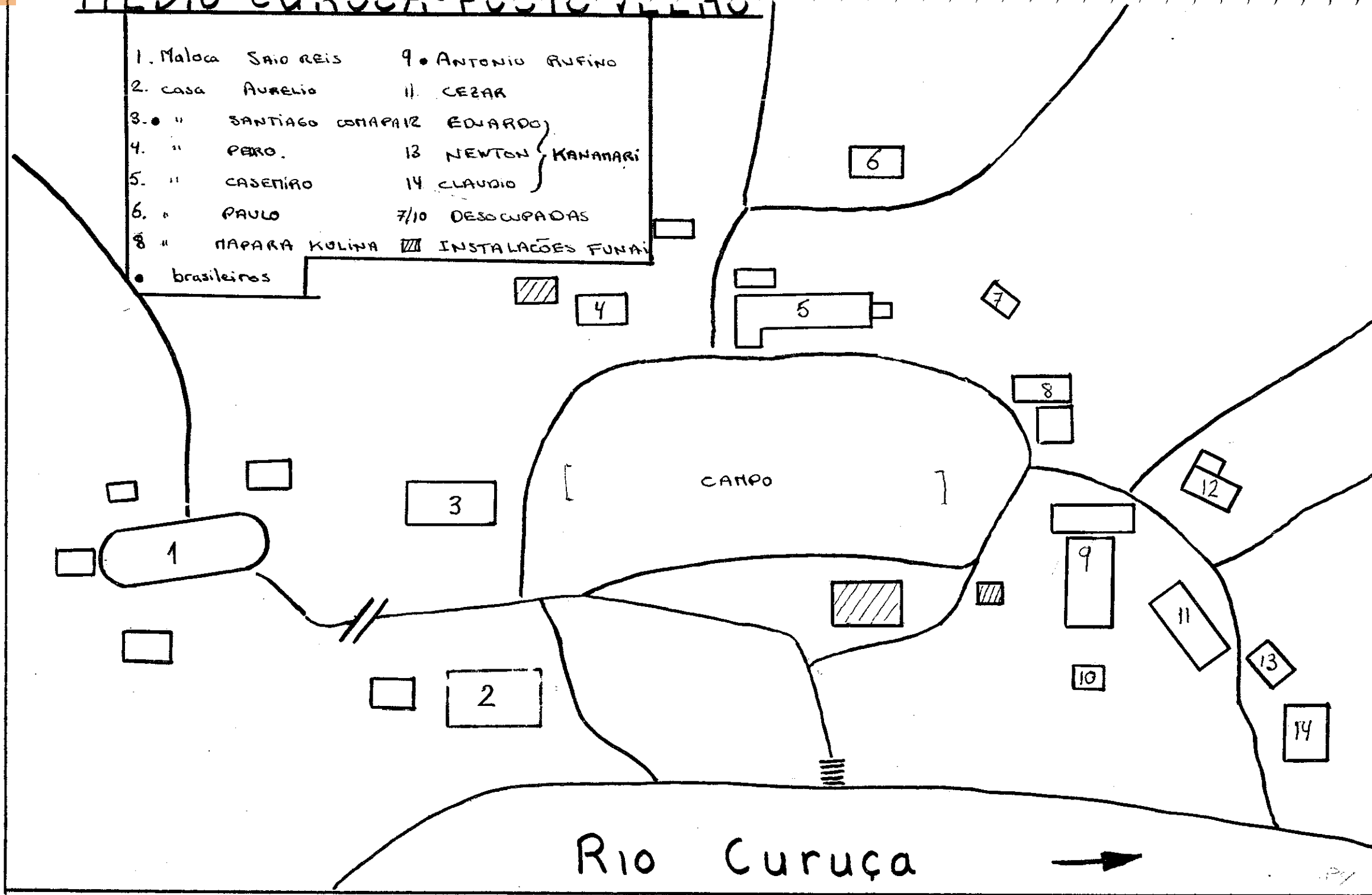
Escala - 1: 250 000



MÉDIO CURUÇA - FORTO VELHO

- | | |
|-------------------------------|-----------------------|
| 1. Maloca São Reis | 9. ANTONIO RUFINO |
| 2. casa AURELIO | 11. CEAR |
| 3. " SANTIAGO COMPAIZ EDUARDO | } KANANARI |
| 4. " PERO. | |
| 5. " CASEIRO | 14. CLAUDIO |
| 6. " PAULO | 7/10. DESOcupADAS |
| 8. " NAPAHA KULINA | /// INSTALAÇÕES FUNAI |

● brasileiros



Relação das colocações do Médio Curuçã

1. Col. Pedro, na margem esquerda do Curuçã, acima da foz do Ig. S. Salvadorzinho
2. Col. Zê Nascimento, na margem esquerda do Curuçã
3. Col. Santiago, na margem esquerda do Curuçã
4. Col. Raimundo Domingo, na margem esquerda do Curuçã
5. Col. Aurélio, na margem direita do Curuçã
6. Col. Clóvis, na margem direita do Curuçã

Observação: A plotagem das colocações entre o posto e a boca do Rio Arrojo é aproximada e baseada no tempo de viagem gasto entre cada uma das colocações. O GT não parou nestas colocações uma vez que todos os Marubo que cortam nestas colocações se encontravam no Posto Velho. Essas informações foram xecadas junto aos próprios marubo.

b) Alto Curuçã

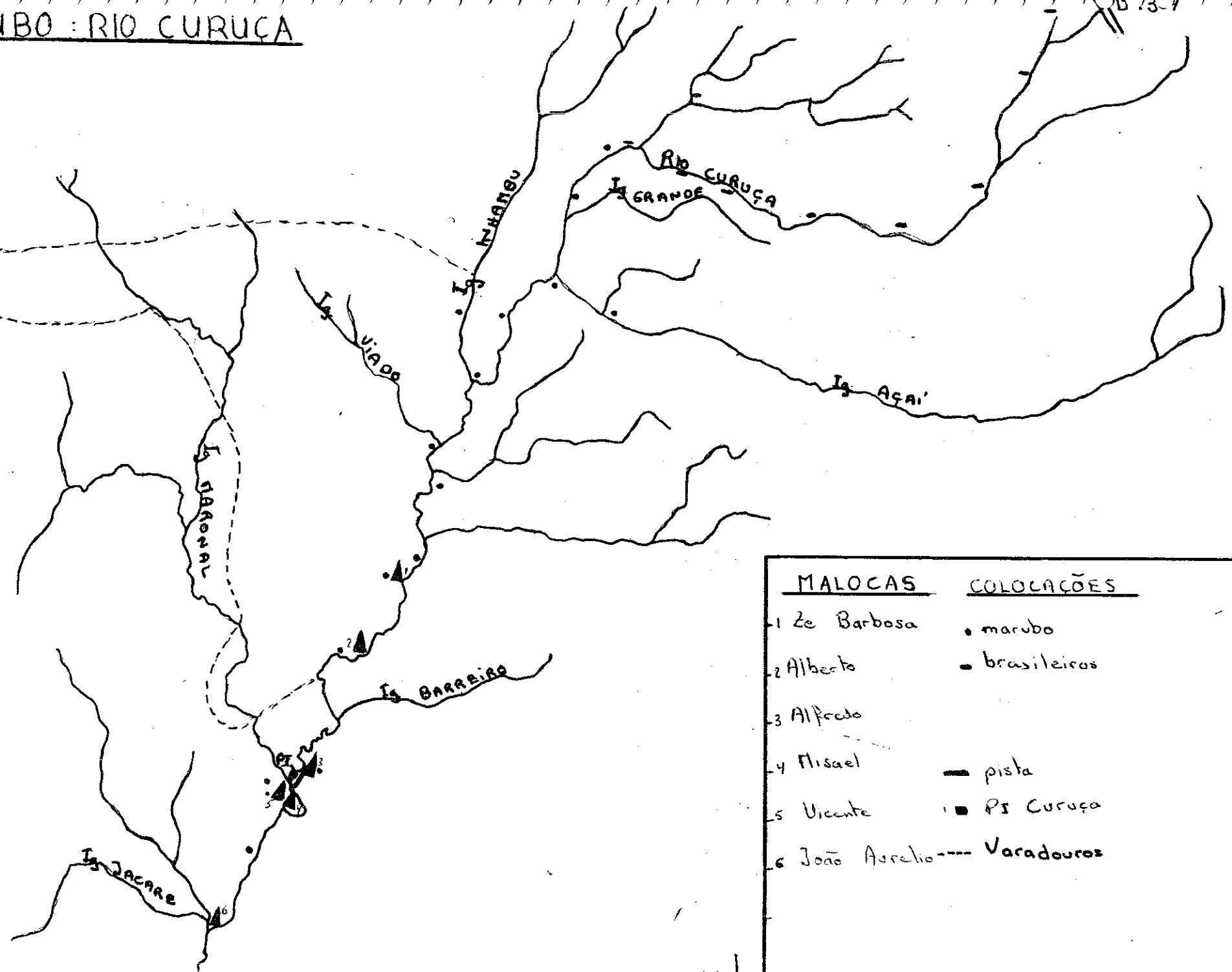
No Alto Curuçã, 17 colocações de seringa estão situadas entre o Ig. Seteachtas até as cabeceiras do Rio, sendo que nove colocações estão localizadas da maloca do Zê Barbosa para cima.

Relação das colocações de seringa no Alto Curuçã

1. Col. Fernando, na confluência do Ig. Seteachtas com o Curuçã
2. Col. Jaime, na foz do Ig. amburus (afluente da margem esquerda do Curuçã)
3. Col. Misael/Lino, margem esquerda do Curuçã
4. Col. Vicente, junto a sua maloca
5. Col. Alfredo, junto a maloca
6. Col. Alberto, junto a maloca
7. Col. Zê Barbosa, junto a maloca
8. Col. Zê Miguel, margem direita Curuçã (ser. Santa Fê)

MARUBO : RIO CURUÇA

B 3.7



<u>MALOCAS</u>	<u>COLOCAÇÕES</u>
1 Ze Barbosa	• marubo
2 Alberto	• brasileiros
3 Alfredo	
4 Misael	— pista
5 Vicente	■ Pt Curuça
6 João Aurelio	---- Varadouros

9. Col. Manuel, margem esquerda Curuçã (ser. Bananal)
10. Col. ? , na foz do Ig. Viado, margem dir. Curuçã (ser. do Viado)
11. Col. Tupampa, na foz do Ig. Inhambu, marg. direita do Curuçã
12. Col. Darcy, dentro do Ig. Inhambu, margem direita do Curuçã
13. Col. Pedro, entre foz dos Ig. Inhambu e Açaí, na marg. esquerda Curuçã
14. Col. Manuelão, boca do Ig. Açaí marge, esquerda do Curuçã
15. Col. Zé, dentro do Ig. Açaí, em sua margem direita
16. Col. Carlos, acima foz do Ig. Grande, marg. esq. do Curuçã
17. Col. Mauro, abaixo do Ig. Itauba, marg. direita do Curuçã.

Além de todas as colocações citadas, alguns outros Marubo cortam ainda em estradas localizadas próximas a suas casas ou malocas, tanto no Rio Ituí como no Rio Curuçã. Não temos dados precisos quanto a estes seringueiros.

IV - Situação Atual

1. Economia para a comercialização

Podemos observar que a produção da borracha entre os Marubo está se intensificando como instrumento de comercialização para que possam adquirir produtos industrializados de sua necessidade.

Nos núcleos Marubo do médio Ituí e médio Curuçã, a borracha é comprada pelos regatões de Benjamim Constant ou Atalaya do Norte. No Alto Ituí e Alto Curuçã a situação é mais difícil, devido ao relativo bloqueio exercido pela Funai, impedindo os regatões de subirem os dois rios acima dos "Postos Velhos". Com exceção do Cabral que, como já vimos, recebeu autorização verbal para subir o Ituí.

Todos estes comerciantes tem total liberdade de ação no que se refere aos preços das mercadorias, a cotação da borracha, a percentagem da tara, sem absolutamente nenhum tipo de controle ou fiscalização por parte do órgão tutor.

Pelo fato de nenhum regatão abastecer diretamente os Marubo do Alto Curuçã, estes se dirigem não só para o seringal boa fé, no Juruã, mas até a cidade acreana de Cruzeiro do Sul, para vender seus produtos e comprar mercadorias.

Já em 1980, Terri Valle de Aquino alertava para a falta de alternativas na aquisição de mercadorias, o que estaria promovendo a formação de patrões entre os Marubo. Pelas observações realizadas tanto no Curuçã como no Ituí, este processo parece ter se firmado, aumentando inclusive o número de "patrões Marubo".

No Alto Curuçã, o Zé Barbosa que possui um pequeno barracão junto a sua maloca, procura manter o monopólio geográfico de todas as colocações existentes no Alto Rio Curuçã, desde a maloca do Alfredo até as cabeceiras. Num documento que encaminhou a funcionários locais da Funai, em 85 o Zé Barbosa pretende ser dono de 16 seringais do Alto Curuçã com um total de 46 estradas. Pretende também abrir novas colocações de seringa abaixo do Ig. Seteachtas.

Na área compreendida justamente entre este Ig. Seteachtas e a foz do Ig. Maronal, é o Marubo Sebastião que é responsável e se diz dono das colocações ali existentes.

O surgimento destes intermediários na comercialização do produto é favorecido tanto pelos patrões do Juruá como pelos regatões provenientes do baixo Javari. O Manuelão, Marubo do Alto Curuça recebeu mercadorias, material de trabalho, assim como outras facilidades pelo patrão apelidado "Felix", Sr. Francisco Pereira da Costa, para que abrisse novas colocações de seringa onde fixaria alguns homens. Toda a borracha produzida seria então diretamente vendida ao dito patrão.

O Manuelão nos apresentou em junho de 1985, uma dívida que havia contraída com um outro patrão do Juruá, o Sebastião (filho do Felix), num valor total de 1.200,00 Cruzados.

O Zé Barbosa trabalha atualmente com o Raimundo Brito, e contraiu na mesma época, uma dívida de 4.115,00 Cruzados.

No Ituí os patrões Lauro, Mário Peruano (não-Índio casado com uma Marubo) e Felipe são os principais intermediários com os patrões do Juruá e com o regatão Raimundo Cabral. Alguns outros Marubos já tentaram negociar com os patrões para obter algum prestígio junto ao grupo, mas sem muito sucesso.

Não foi possível medir as interferências causadas no grupo a partir desta nova situação de comercialização, nem tampouco as relações estabelecidas entre os "novos patrões Marubo" e seus fregueses. Porém, parece claro que esses intermediários procuram se apoiar em seus respectivos grupos familiares, tanto para o próprio corte da seringa, como no respaldo necessário para poder estender a sua área de domínio.

Apesar disto, não podemos esquecer que são meros instrumentos na mão dos patrões, contribuindo sem dúvida para uma maior exploração dos Marubo envolvidos em alguma atividade econômica.

Para podermos ter uma visão objetiva desta realidade, é preciso considerar também a baixa produção de borracha dos Marubo, que produzem ao seu ritmo e apenas o suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas. Um dos motivos dessa baixa produção, se deve segundo o Sr. Jonh Janshma, ao fato de não se adaptarem muito bem a vida isolada em suas colocações. A vida coletiva da maloca está profundamente enraigada entre os Marubo, e por isto mesmo nunca permanecem muito tempo trabalhando na produção de borracha, e longe de suas malocas.

Os patrões incentivam igualmente os Marubo na extração da madeira. Alguns Marubo do Curuçã vendem madeira para o "Zé Filó" (José Rodrigues Pires). Este compra madeira também dos Kulina e da população ribeirinha. No Ituí a madeira dos Marubo é vendida tanto para o Cabral como para o Roberto e o Gilson.

No Alto Curuçã, há nove colocações de seringueiros brasileiros, todos aviados pelo Sr. Felix. Todas estas colocações se localizam em território indígena. (Ver mapa de ocupação dos Marubo do Alto Curuçã). Devem ser tomadas as providências devidas no sentido de retirar esses seringueiros da área indígena, afim de evitar futuros problemas.

Como outra fonte de comercialização, os Marubo confeccionam artesanato que vendem para a Arteíndia através do Ajusol, ou ainda para os Missionários americanos. Estes possuem pequenos comércios em suas próprias casas de moradia.

2. Saúde

A alimentação bastante rica e diversificada dos Marubo contribui sem dúvida para um certo equilíbrio a nível de saúde. Mas isto não é suficiente frente a certas doenças como a Tuberculose que contraem com grande facilidade. Esta é certamente a doença que mais os atinge.

Ainda recentemente, em março de 86, foram diagnosticadas pelo menos 20 casos de tuberculose entre os Marubo do Rio Curuçã.

Isto está ocorrendo por causa da falta de assistência prestado pe

la Funai ou ainda pela Missão Novas Tribos do Brasil.

O tratamento da doença não é conduzido como deveria, isto por causa de vários motivos como:

- pela dificuldade de diagnosticar a doença, o que pode ser feito somente através de exames laboratoriais na cidade de Eirunepé no Juruá ou então em Tabatinga e Benjamim Constant.

- dificuldade de conseguir a medicação necessária para o tratamento de muitos pacientes.

- falta de qualificação profissional tanto dos missionários como dos próprios agentes de saúde da Funai.

- falta de uma programação no atendimento de saúde nesta área.

Em função disto, vários tratamentos foram suspensos antes da cura final do paciente, o que tem provocado uma TB resistente muito mais difícil de ser tratada.

O pastor Jonh reconhece que o tratamento que administram é deficiente. O ideal segundo ele, seria de tratar os pacientes de maneira contínua durante um ano, para obter com êxito a cura completa dos doentes.

Os tratamentos de TB realizados pela MNTB, além de não serem completos, algumas vezes se deram com medicação vencida, conforme nos informou a Dra. Gladis Carapesos, então diretora do posto do SESP na cidade de Eirunepé.

A doença venérea começou a aparecer mais frequentemente nos últimos anos entre os Marubo, por causa do maior contato que vêm tendo com não-Índios após a sua instalação no médio curso dos Rio Ituí e Curuçã, e também por causa dos deslocamentos mais frequentes dos Marubo dos Altos Rios para o Juruá.

O pastor americano diz já ter tratado mais de 60 casos de doenças venéreas. Acontecem também muitas picadas de cobra entre os Marubo.

3. Pista de pouso

Diante das dificuldades de deslocamento ressentidas pelos Marubo do Alto Curuçã, tanto pelo rio devido a grande distância até as cidades do baixo Javari e pela dificuldade de acesso durante o período de verão, como por terra através dos varadouros que levam ao Juruã, resolveram iniciar a construção de uma pista de pouso.

Com o objetivo de que uma pista pudesse atender casos de emergência, e contando com a promessa de ajuda da Funai, os Marubo, liderados pelo Tuchaua Alfredo, começaram a abrir a mata e construir a pista na margem esquerda do Rio Curuçã, paralelamente a um estirão localizado acima da foz do Ig. Maronal.

As promessas da Funai não foram cumpridas. Mas os Marubo não desistiram e com recursos próprios, ferramentas rudimentária muitas vezes fabricadas por eles, conseguiram concluir os trabalhos em agosto de 1985, após meses de atividades ininterruptas.

Nesta época, em acordo anterior feito com os Marubo do Alto Curuçã, o pastor Jonh, acompanhado de outros Marubo, se deslocou do Ituí até o local da pista. Após ter realizado uma minuciosa inspeção da mesma, chamou através da radio-fonia um avião de asas de socorro, baseado na cidade de Eirunepê que aterrisou pela primeira vez nesta pista.

Segundo o pastor, a pista tem 362 m. de extensão e permite no estado atual, decolar com uma carga de 350 Kg, aproximadamente. Solicitou ainda dos Marubo que abrissem mais a extremidade da pista para facilitar a decolagem do avião.

V - Relações Sociais

1. Relações entre os diversos núcleos Marubo

As relações entre os Marubo dos rios Ituí e Curuçã estão sempre menos frequentes, e se reduzem hoje a contatos esporádicos de poucos elementos na ocasião de visitas ou tratamentos com pajés.

Os dois núcleos do Rio Ituí mantêm até hoje laços bastante estreitos, com frequentes visitas mútuas.

Observamos ainda que os contatos entre os dois núcleos do Rio Curuçã, não são tão frequentes como os que ocorrem entre os Marubo do Ituí, apenas uma parcela dos Marubo localizados no Posto Velho se relacionam com os do Alto Curuçã. Esta situação tem a sua origem no incidente em que o ex-funcionário da Funai Vitor Batalha foi morto pelos Marubo do Alto Rio.

2. Relações com Kulina e Kanamari

As relações dos Marubo com os Kulina originários do médio Curuçã se deram a partir da instalação do PIA Curuçã em 1974. Atualmente há 3 casamentos entre esses grupos. Apesar destes casamentos e da proximidade e mesmo do convívio entre os 2 grupos, os Marubo demonstram uma certa insatisfação quanto a estas relações, principalmente devido ao uso que os Kulina fazem de suas roças.

As relações com os Kanamari estão bem recentes e se deram a partir do casamento de uma mulher Kanamari com um homem Marubo, o que não implicou, pelo menos até o momento, na chegada de outros Kanamari no Posto Velho. No início de 1985, ocorreu um novo casamento entre estes dois grupos. Embora as duas mulheres Kanamari sejam aceitas pelo grupo, os Marubo já solicitaram ao chefe de posto a retirada dos demais Kanamari do Rio Curuçã, acusando-os de mexerem em suas roças e seus pertences e de interferirem na vida da aldeia.

VI - Assistência

1. Funai

A assistência da Funai junto aos Marubo, igualmente aos outros indígenas, sempre foi precária.

No Rio Ituí, a assistência aos Marubo se deu através do PIA Ituí, cuja estrutura foi montada para atrair os Matís. Com a instalação de algumas famílias no posto da Funai, ocorreu um processo migratório do alto para o médio Ituí, o que contribuiu para o aumento da população do PV. A descida de outros Marubo se deve às visitas que estes realizavam aos seus parentes já instalados, ao atrativo pelas novas possibilidades de comercialização com os regatões, ou ainda para beneficiar da assistência do PI.

Mas com a mudança do posto indígena Ituí para o Boeiro os Marubo do posto velho permaneceram praticamente sem assistência por parte do órgão tutor. Apenas os dois funcionários braçais Marubo ficaram morando no PV, se tornando com o tempo pequenos patrões à serviço dos comerciantes.

Esses fatores provocaram sem dúvida sérias interferências no grupo, tais como:

- dependência sempre maior dos Marubo para com os invasores de suas terras (madeireiros, regatões, pescadores, etc.)

- situação de saúde sempre mais precária

- maior descaracterização do grupo em relação à sua própria cultura

- introdução de novos hábitos prejudiciais ao grupo (como por exemplo o uso de bebidas alcoólicas).

O que nos parece mais incompreensível, é que a Funai não fez absolutamente nada para impedir essa migração, apesar de já ter tido experiência similar no Rio Curuçã, poucos anos antes. Ali a Funai montou o PIA Curuçã com a finalidade de atrair os índios supostamente chamados de Kulina, dos Ig. São Sal

vador e Pedro Lopes, mas foram os Marubo do Alto Curuçã que foram atraídos pelos mesmos motivos citados.

Em 1980, segundo informações levantadas por Terri Valle de Aquino 44 Marubo moravam no PI Curuçã. Comparando esses dados com aqueles que levantamos, observamos um acréscimo populacional de 60%. Isto sem que sejam incluídos os habitantes da maloca do Sebastião, a fim de realizar uma estimativa real da migração Marubo neste Rio.

Por isto mesmo pensamos não se tratar de mera coincidência, mas de um plano cuja finalidade pretendia provocar a descida dos Índios dos Altos Rios. Este plano consta inclusive em relatório datado de 1969, onde é formada uma proposta de ocupação da fronteira.

Em termos de política indigenista, a iniciativa foi desastrosa provocando transtornos irreversíveis para os grupos atingidos.

A situação do PI Curuçã é certamente mais complexa devida a instalação de elementos de outros grupos no PI assim como a presença de brasileiros.

Desde a época de sua criação até o início de 1985, o posto permaneceu no médio Curuçã, atendendo exclusivamente os Índios que ali se encontravam sendo que os Marubo do Alto Curuçã eram obrigados a descer até o PI para receber alguma assistência, ou se deslocarem por varadouro até o Alto Ituí, a fim de serem assistidas pela Missão. Foi justamente na época da nossa passagem no Curuçã, que o posto estava em fase de transição do médio para o Alto Curuçã.

Acreditamos ser esta transferência mais um ato incoerente da Funai, que deslocou uma assistência precária de um local para outro, permanecendo desta vez o núcleo Marubo do Médio Curuçã totalmente abandonado e desassistido, com o agravante, de ter sido a Funai a principal responsável pela fixação dos Marubo no médio curso do rio e pela dependência criada desde então entre os Índios pela sua ação paternalista.

A permanência desses Marubo do médio Curuçã tem que ser considerada praticamente como fato consumado, não havendo possibilidades de retorno para

o alto Rio. E a Funai tem o dever de prestar uma assistência à altura das necessidades desse Índios, que não são poucas. Pois se os Marubo do médio Curuçã já estavam a mercê dos comerciantes e patrões quando o posto ali era instalado, nem ousamos imaginar a situação desse Índios d'aqui para diante.

No Posto Velho, houve várias queixas dos Índios contra os comerciantes e os patrões que os exploram demais, facilitam a introdução de bebidas alcoólicas e a realização de festas na aldeia.

No que se refere a infraestrutura, a situação se repete.

Observamos concretamente:

- falta de rádio fonia
- falta de transporte (motor de popa 15 HP em pane)
- sem combustível
- farmácia sem medicamentos
- motosserra quebrado etc.

A Funai adquiriu um motor de centro para o posto, este estava sendo reformado em Atalaya do Norte.

No Alto Curuçã, a Funai ainda não havia montado as suas instalações.

Ainda quanto a assistência da Funai junto aos Marubo, queremos abordar dois outros aspectos que julgamos particularmente sério.

O primeiro se refere aos projetos econômicos injetados em malocas Marubo sem qualquer programação ou acompanhamento de todo o processo de produção e comercialização.

Um desses projetos foi levado pela Funai para os Marubo do Alto Ituí, onde encarregaram simplesmente o Índio Raimundão de tomar conta da mercadoria assim como de realizar a distribuição das ferramentas, fornos, motosserra etc. O projeto não atendeu a todos, favorecendo apenas a alguns Índios, provavelmente parentes mais próximos do intermediário.

Encontramos um tambor de 200 litros de combustível, lacrado, na casa do missionário Jonh, e pertencente a Funai. Segundo este nos informou, a Fu-

naí teria deixado o combustível lá, até chegar um motor Tietê incluído no projeto, que nunca chegou, evidentemente .

A cantina que funcionava no PV Curuçã está falida por causa da má administração do antigo chefe de posto.

Os Índios Kanamari e Marubo o acusam de ter levado o dinheiro da borracha que lhe haviam entregado para vender na cidade, quando ele foi transferido para outra área. O segundo aspecto diz respeito ao bloqueio exercido tanto por funcionários locais da Funai como pela chefia da Ajusol, na organização interna dos próprios Marubo. Em maio de 1985, vários Tuchau^s Marubo queriam descer até Atalaya do Norte, e caso fosse preciso até Manaus ou Brasília, preocupados com a situação de suas terras frente aos boatos espalhados por patrões madeireiros de que a terra não era mais dos Índios e que eles poderiam invadir sem problema. Os funcionários quiseram impedir a descida dos Tuchaus, e finalmente os Índios resolveram viajar por conta própria.

Novamente em novembro de 85, alguns marubo foram impedidos pela Ajusol de participar de um encontro de lideranças Ticuna do qual haviam sido convidados.

Parece obvio o receio da Funai na organização dos Índios. Receio este que denuncia a sua intranquilidade quanto as reivindicações e cobranças dos Índios para uma assistência mais adequada e uma política menos anti-indígena da Funai.

2. Missão MNTB

A Missão Novas Tribos do Brasil subvenciona o seu trabalho com recursos próprios. Não há convênio com a Funai, já houve algumas tentativas de convênio, chegando até a ser assinado, mas nunca vigorou. Os missionários atendem os Marubo que chegam na Missão, fornecendo gratuitamente os remédios ali administrados. Os Marubo tem que comprar os remédios que são levados para suas malocas.

As relações com os Marubo são restritas aos moradores das proximidades da sede da Missão Vida Nova, não se estendendo sequer a todos os Marubo do Alto Ituí.

Isto se dar tanto na assistência como nas relações comerciais que estabelecem com os Índios. Os missionários possuem pequenas lojas ou comércios onde fornecem aos Marubo artigo de primeira necessidade, que podem ser adquiridos com o dinheiro proveniente das transações comerciais com outros comerciantes, ou ainda de prestação de serviço (conservação da pista de pouso, trabalhos domésticos e outros serviços prestados) e da venda de alimentos, artesanato ou borracha para os missionários.

A Missão conta com uma infraestrutura ampla e muito mais completa do que qualquer um dos posto indígena da Funai.

A única assistência educacional sistemática entre os Marubo, é dada pela Missão Novas Tribos de Vida Nova. Segundo os Missionários informam, as crianças Marubo começam a serem alfabetizadas com 9 anos de idade. A parte de alfabetização é introduzida na própria língua, através de cartilhas elaboradas pela Missão, e cuja assimilação dura aproximadamente 2 anos. Uma vez alfabetizados na própria língua, iniciam então o ensino da língua portuguesa, assim como noções elementares de aritmética.

Afirmam que há uma grande porcentagem de desistência nas aulas e que os Marubo não aguentam estudar mais de 6 semanas seguidas. Já vários deles conseguem se comunicar através de carta em sua língua.

A Funai não desenvolve nenhuma atividade neste setor.

Houve uma experiência isolada, no Alto Curuçá, onde o Tuchau Zé Barbosa convidou um professor não Índio de Cruzeiro do Sul para vir lecionar em sua maloca. Este atuou um ano entre os Marubo, e depois retornou para a cidade.

Alguns Marubo, de modo isolado manifestaram a vontade de aprender a ler e escrever.

Segundo informações fornecidas pelo atendente O. da Silva, a rádio-fonia da Missão Nova Vida, no Alto Ituí é capaz de captar todas as comunicações interna da Funai entre os diversos postos e a Ajusol, assim como as comunicações desta como outras rádios da Funai, como Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Rio Branco, Porto Velho, Guajara Mirim.

VII - Propostas

1. Política indigenista

Conversamos com os Marubo do Posto Velho no Rio Ituí, sobre a situação dos mesmos e as necessidades por eles ressentidas. Após longo debate, apareceu-nos que ainda haveria a possibilidade de um retorno da maioria desses Marubo para o Alto Ituí, o que solucionaria a difícil realidade por eles enfrentada e a problemática de contatos e interferência causada por eles nos Matís. Mas para isto os Marubo da maloca do Paulo deixaram bem claro que retornariam unicamente no caso em que a Funai lhes desse as condições necessárias não só para a sua transferência como para atender as suas necessidades uma vez reinstalados em sua área tradicional. Estão cansados de promessas e não acreditam mais na Funai, baseados na experiência dos últimos anos.

Portanto, esse deslocamento requereria por parte do órgão muita habilidade e dedicação no sentido de um apoio efetivo, proporcionando-lhes alternativas de comercialização, e uma assistência que atenda as reivindicações do grupo.

No Curuçã, a Funai tem que tomar consciência que precisa considerar a situação de dois grupos Marubo cada qual com necessidades específicas, e que precisa montar algum tipo de estrutura para atender os Índios do médio Curuçã, principalmente no setor de saúde, e no controle da área.

Para pensar numa atuação indigenista eficaz junto aos Marubo, a Funai vai ter que se defrontar com o problema de pessoal nas áreas, considerando que há um grande número de funcionários braçais, principalmente índios.

Na atuação que a Funai venha a desenvolver junto aos Marubo é preciso ainda considerar as suas experiências e fracassos anteriores, para que a história não se repita.

Neste sentido deveriam ser ouvidas as palavras de João Tuchia Marubo, quando diz:

"No tempo que a Funai não cuidava, em que vivia no mato, não tinha doenças, não tinha gripe, não tinha catapora, não tinha coqueluche, não tinha doenças de branco. Aí convidou para vir fazer um posto, e prometeu escola, professor, chefe de posto, atendente, remédio, caixa d'água, motor, agora abandonar não está bom".

2. Limites

Nas atribuições do Posto Velho, no médio Curuçã, é preciso incluir o controle da área do baixo Curuçã, de sua foz até a sua confluência com o Rio Pardo e a montante deste até a foz do Rio Negro. Esta fiscalização deverá ser reforçada no início da safra da madeira.

Não propomos, e somos totalmente contrários a instalação de um posto de vigilância, na confluência do Pardo com o Curuçã, a fim de evitar que isto provocasse, mais uma vez, a descida dos índios junto a uma nova infraestrutura montada pela Funai com outra finalidade.

Somos do parecer que o limite da área Marubo com a bacia do Juruá, seja efetuada pelo divisor de águas entre os afluentes da margem esquerda do Juruá e as cabeceiras dos Rios Ituí e Curuçã, conforme optado na interdição da área.

V MATÍS

I	Introdução	p. 103
II	Histórico do contato	p. 104
III	Ocupação Matís	p. 107
IV	Lingua Matís	p. 111
V	População	p. 112
VI	Situação atual	
	1. Saúde	p. 115
	2. Economia de subsistência	p. 116
	3. Economia para a comercialização	p. 118
VII	Relações sociais dos Matís	
	1. Relações inter-grupal	p. 120
	2. Relações interétnicas	p. 120
VIII	Relações com não-Índios	
	1. Histórico	p. 123
	2. Regatões	p. 124
	3. Madeireiros	p. 125
	4. Grupos de trabalho	p. 125
IX	Assistência da Funai	
	1. Transferência dos Matís	p. 129
	2. PIA Ituí	p. 130
	3. Assistência de saúde	p. 132
X	Propostas	
	1. Infraestrutura	p. 135
	2. Saúde	p. 135
	3. Política indigenista	p. 136
	4. Limites da área	p. 137

MATIS

I — Introdução

O levantamento etnográfico da área Matis se deu no início do mês de maio de 1985. Levantamos informações junto a alguns funcionários da Funai assim como junto aos Srs. Philippe e Helene Erikson, pesquisadores franceses que se encontravam entre os Matis na ocasião de nossa passagem.

Outras informações foram obtidas com o Sr. Antonio Reginaldo (ex-funcionário da Funai) e outros moradores da região. O Sr. Jonh Janshma teceu algumas considerações importantes baseadas no seu conhecimento da região.

Contudo, a contribuição maior na realização deste levantamento Matis foi prestada por Odinor da Silva, atual responsável pelo PI Ituí, que com muita dedicação prestou valiosas informações que nos permitiram obter uma noção ampla da realidade Matis. Sem esta colaboração, teria sido difícil num curto espaço de tempo realizar um levantamento tão completo, já que os Matis não falam a língua portuguesa.

Enquanto realizávamos o levantamento etnográfico nas duas malocas Matis, os técnicos do Incra e do Iteram realizaram o levantamento do Rio Negro, do Novo de Cima e do Ituí até a foz do rio Negro (descendo o rio). Uma vez terminado esta parte do levantamento subiram novamente o rio Ituí, vindo ao nosso encontro.

O levantamento fundiário do baixo rio Ituí, da foz do rio Negro até a confluência do Ituí com a Itaquaí foi realizado em conjunto.

II — Histórico do Contato

Desde o início da criação da Ajudância do Alto Solimões a Funai recebeu informações sobre a existência de grupos arredios na área compreendida entre os rios Ituí e Itaquai. Não se sabia na época de quantos grupos se tratava. Em 1974 a Funai decide realizar um levantamento in loco com a finalidade de conseguir informações complementares para definir o início dos trabalhos de atração.

Os trabalhos de atração foram iniciados pelo rio Itaquai. No rio Ituí as informações e o auxílio prestado pelo "Baya" Sr. Antonio Reginaldo, antigo morador desta área, foram de fundamental importância na localização e posterior contatação dos Índios arredios do Ituí. Em junho de 1974, foi fundado o Posto Indígena de atração PIA Ituí, num local situado na margem esquerda do mesmo rio, acima do foz do rio Novo de Cima. O encarregado da atração era o sertanista Rubens Pastana Tavares. Em julho de 1974, o Sr. Baya levou o sertanista pró centro da mata, na terra firme localizada na margem direita do rio Ituí, até alcançar uma picada utilizada pelos Índios arredios. Ali foi construído um tapiri onde foram colocados diversos brindes.

Em dezembro de 1974, o sertanista verifica que os brindes tinham sido levados pelos Índios. O Raimundo Reginaldo, filho do Sr. Baya, que participou dos primeiros trabalhos de atração, nos informou que os Índios pegaram os brindes deixando no mesmo lugar "casca de pau desenhado tipo terçado. Assim como outros objetos cavados na madeira como se estivessem pedindo tais ferramentas". Por 5 vezes consecutivas os Índios levaram os brindes, só não levaram redes, cobertores, toalhas, seguramente devido o medo de contrair doenças de "brancos". Os brindes passaram então a ser colocados mais para o centro da mata, num local situado próximo de um tapiri dos Índios.

Foi nesta ocasião, no dia 25 de agosto de 1975, que foi estabelecido o primeiro contato com esses Índios isolados, nas águas do igarapé Aurélio, afluente da margem direita do rio Ituí. Foi contatado uma mulher, com uma criança no colo, num papiri. A mulher viu os brindes e mandou deixar no chão, pegando

apenas alguns objetos. Este primeiro contato durou 2 horas.

Cinco dias depois, a equipe de atração que atuava pelo rio Branco entrou em contato com 5 índios arredios no centro da mata. Essas informações foram confirmadas por funcionários que participaram diretamente dos primeiros contatos, e diferem dos dados apresentados no relatório de Delvair Melatti GT/80 (pág. 80/81) e no volume do Javari publicado pelo CEDI (Júlio Melatti 1981, pág. 86) quanto a época dos primeiros contatos que situam apenas em 21 de dezembro de 1976.

O posto do rio Branco foi desativado no final de 1975, e os trabalhos de atração continuaram pelo lado do rio Ituí. Odinor Garcia da Silva nos informou que iniciou a sua atuação no Ituí em junho de 1976. Pouco tempo depois de sua chegada, foram iniciados os trabalhos de abertura de uma picada rumo ao varadouro dos índios. Na mesma época foi morto o sertanista Jaime Pimentel por outro grupo arredio. Depois deste incidente, a Funai suspendeu imediatamente os trabalhos de atração do PIA Marubo, no Itaquai, e suspendeu temporariamente as penetrações no Ituí. O sertanista foi então substituído na direção dos trabalhos de contatação pelo Sr. Pedro Coelho, então auxiliar de serviços gerais.

Em dezembro de 1976, se deram os 3º e 4º contatos com esses índios já identificados como Matís. No início de 1977, são realizados 3 outros contatos, os índios apareceram na área do posto, pedem mais brindes, inclusive cachorros.

Em março de 1978, servidores se dirigem até as malocas dos índios, onde passam alguns dias. Nesta ocasião morre uma mulher de hemorragia após o parto. Esta foi a primeira morte registrada após os primeiros contatos. A partir desse momento os contatos se tornaram mais frequentes e os índios começam a recorrer ao posto para pedir remédios contra as doenças que os atingem, principalmente a gripe. O. da Silva relata que quando havia doentes, os Matís vinham avisá-los no posto, para que o atendente os acompanhasse até o local onde se encontrava o doente, e em alguns casos, os índios já vinham carregando o doente para a beira do rio.

Para poder realizar os tratamentos com mais facilidade, foi montado

pela Funai uma casa no rio Jacurapã. Os contatos e a maior aproximação com os Marubo que já moravam no posto, contribui sem dúvida para o agravamento do estado de saúde dos Matís.

Informações suplementares a respeito dos posteriores contatos com os Matís, já constam no relatório do GT/80 assim como no volume do Javari citado.

III — Ocupação Matís

Os Matís que estão ainda vivos hoje não lembram onde moravam os seus ancestrais no passado. Todos os velhos morreram e a memória dos Matís remonta a uma época em que eles já viviam na área compreendida entre os rios Ituí e Branco (afluente da margem esquerda do rio Itaquai).

Segundo informações de Raimundo Reginaldo, ex-servidor da Funai que participou dos primeiros contatos, a área de ocupação central dos Matís se situa numa faixa de terra estreita onde convergem as cabeceiras dos igarapés São Bento Aurélio, Jacurapã e Coarí. E ele acrescenta "mas antes esses índios não ficavam todo tempo ali, que nem estão ficando agora, ali firme, só naquela maloca. Formavam a maloca plantavam, mas com um ou dois dias de viagem ali tinham outra roça. Onde tinham canamã (barreiros), onde tinha igarapé bom de peixes, que nem no Coarí, onde tinha moradia antes, pupunhais, eles iam comer".

A colocação do Reginaldo demonstra que eram semi-nomades, se deslocando regularmente a procura de alimentos dentro de seu território. Odino da Silva informa que antes viviam em grupos localizados ao longo do trecho do rio Coarí até o igarapé Boeiro. Diz ainda que a origem dos Matís é no Coarí e nunca ultrapassavam o igarapé Boeiro, para cima, antes do contato.

O Reginaldo explica que a área Matís é cortada de varadouros que usavam frequentemente em seus deslocamentos à procura de alimentos. Conheceu um varadouro que vai do igarapé Boeiro até certa mediação do igarapé São Bento de onde seguiam outros, rumo ao rio Jacurapã (as cabeceiras) e o rio Branco.

Foi no varadouro do São Bento que em 1974, servidores da Funai colocaram brindes e que em 1975 foi realizado o primeiro contato com os Matís.

Os deslocamentos principais dos Matís se dão em circunstâncias específicas que podemos classificar da seguinte forma:

a) Busca de Veneno

Para adquirir as plantas necessárias ao preparo do veneno utilizado nas caçadas com a zarabatana, os Matís se deslocavam em vários locais distintos, sendo principalmente:

- na foz do igarapé São Bento, de onde atravessam o rio Ituí até as terras banhadas pelo igarapé Santa Fé (afluente da margem esquerda do rio Ituí);

- próximo a boca do rio Coarí, afluente da margem direita do Ituí;

- nas terras localizadas em frente da foz do igarapé Aurélio, na margem esquerda do rio Ituí.

Podemos observar que a busca do veneno implicava na maioria das vezes na travessia do rio Ituí, que realizavam de cochos de paxiúba barriguda.

b) Pesca e Caça

Cada ano, na época do verão, os Matís desciam até os lagos adjacentes ao rio Ituí onde permaneciam durante vários dias em acampamentos. Nesta ocasião coletavam ovos de quelônios nas praias do Ituí. Da mesma forma procuravam ovos e "bichos de casco" no rio Branco e no rio Coarí, sempre na época do verão.

Durante o restante do ano, eles pescam com timbô e uáca em igarapés localizados nos mais diversos pontos do seu território tradicional.

Em suas caçadas os Matís se deslocam até os rios Coarí, Jacurapã, Aurélio etc., em outras caçadas atravessam o rio Ituí na sua margem esquerda, e alcançam o rio Novo de Cima, afluente da margem esquerda do Ituí.

c) Colheita

Periodicamente os Matís se deslocam até os seus pupunhais antigos, situados em locais de antigas moradias. Os pupunhais que mais frequentam estão localizados no rio Jacurapã e próximo ao Coarí.

Em 1980, os Matís ainda possuíam milhares na área do rio Coarí. Eles costumavam se deslocar até o rio Branco que atravessavam à procura do Tatchi, um cipô com o qual preparavam uma espécie de chá, que tem uma função muito importante nas caçadas, sendo que tomavam todos os dias para melhorar a agilidade do caçador.

Uma descrição mais detalhada das áreas de caça, pesca e colheita dos ocupantes de 3 malocas antigas, consta no relatório do GT/80 (D. Melatti pág. 121 a124).

Após o contato ter sido efetivado, a Funai resolveu transferir os índios e todas as instalações do PIA Ituí para o igarapé Boeiro, a fim de solucionar o problema causado pela presença de Marubo no posto. A fixação maior dos Matís no igarapé Boeiro, afluente da margem direita do Ituí modificou de certa forma a sua ocupação territorial.

A dependência sempre maior criada principalmente em termos de saúde impossibilitou aos Matís deslocamentos muito distantes e de longa duração, contribuindo para que algumas áreas de seu território passassem a ser utilizadas com menos frequência.

Pela primeira vez os índios se encontraram diante da dificuldade de conseguir veneno para as suas setas, devido a maior distância dos locais onde são extraídos os ingredientes necessários ao seu preparo.

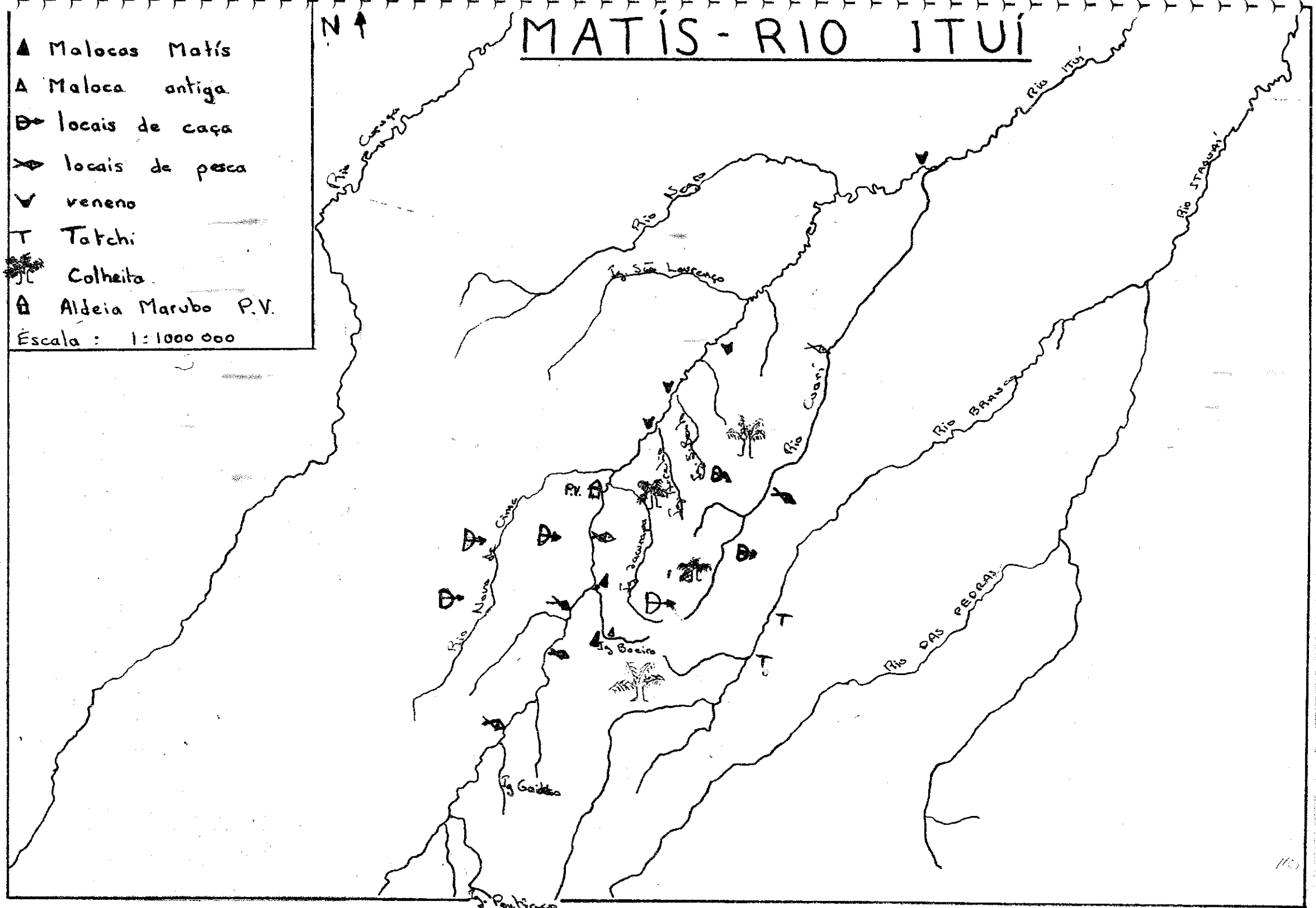
A Ajustol tenta solucionar o problema levando os índios de embarcações, criando assim mais uma dependência dos mesmos.

Desde 1982, ano da transferência do grupo, os Matís vivem em duas malocas localizadas às margens do igarapé Boeiro. A primeira na beira do rio Ituí e ao lado do PIA Ituí. A segunda localizada a 45 minutos de varadouro rumo as cabeceiras do referido igarapé.

Desde então os Matís usaram também a área localizada acima do igarapé Boeiro, ocupando atualmente uma faixa de terra que se estende ao longo do Ituí, desde o rio Coarí até o igarapé Gaiato, afluente da margem direita do Ituí.

MATIS - RIO ITUI

- ▲ Malocas Matís
 - A Maloca antiga
 - ▷ locais de caça
 - ↘ locais de pesca
 - ▼ veneno
 - T Tatchi
 - ☪ Colheita
 - △ Aldeia Marubo P.V.
- Escala : 1:1000 000



IV — Língua Matís

Apesar de D. Melatti fazer referência a passagem da linguísta Ruth Wallace Paula entre os Matís, não consta no relatório do GT/80 nenhuma informação a respeito da língua Matís. Não tivemos acesso ao relatório da linguísta, e o curto espaço de tempo disponível durante o levantamento, não nos permitiu obter informações a este respeito.

Segundo O. da Silva, a língua dos Matís é próxima da língua dos Korubo. Um Matís foi contratado pela Funai como interprete na atração dos Korubo no Itaquai, e conseguiu entender muitas palavras faladas pelos Korubo. O. da Silva compara ainda a diferença entre as línguas Korubo e Matís àquela existente entre o espanhol e português.

V — População

As informações que conseguimos levantar junto a funcionários do órgão assim como de moradores ribeirinhos, são bastantes diversificadas e algumas vezes contraditórias quanto a estimativa populacional dos Matís na época do contato.

Odinor da Silva afirma que os Matís totalizavam uma população aproximada de 150 índios como os quais manteve contato diretos.

Já o R. Reginaldo afirma que havia aproximadamente 300 índios, baseando a sua estimativa no tamanho das malocas e o número de "apartamentos" (divisões no interior da maloca) que nelas encontrou.

O Sr. Jonh Janhsma, missionário Americano da MNTB (Missão Novas Tribos do Brasil) que atua na Missão Nova Vida do Alto Ituí, acredita que antigamente havia mais de 1000 índios, sendo que destes, aproximadamente 200 foram contactados. Em 1975, na ocasião de um sobrevôo, ele conseguiu identificar 12 malocas Matís.

Tradicionalmente, os Matís vivem em grupos familiares, que moram em malocas distantes uma das outras e espalhadas em seu território de ocupação. O da Silva diz que na época do contato havia 5 famílias ou grupos Matís.

- a família do Darupa;
- a família do Tucumã;
- a família do Turu;
- a família do Papiuaça;
- a família do Binã.

Devido a morte de um grande número de índios de cada grupo familiar por causa das diversas epidemias e doenças contraídas no contato com o nosso mundo, os Matís tiveram que se reestruturar adaptando inclusive as suas regras de casamento e relações sociais entre os diversos grupos.

Odinor conta que "da família do Darupa, sobreviveram apenas dois meninos. Da família do Papiuaça sobreviveram poucos, foi da família do Tucumã que menos morreu gente".

Vários Matís das duas outras famílias também morreram. Assim todos os Matís que conseguiram "escapar" das epidemias, reuniram-se e formaram basicamente dois grupos que se mantem até hoje. As famílias do Turu e do Tucumã se aliaram, e a família do Binã se juntou com os sobreviventes da família do Papiuça.

Um outro funcionário da Funai deu o parecer que 50% da população Matís foi dizimada desde a época dos primeiros contatos. Raimundo Reginaldo afirma que durante este período mais de 150 Índios desapareceram.

Os próprios Matís falam que antes da Funai chegar, eles eram muita gente. Disseram que muitos Índios morreram numa febre que deu e até chegaram a mostrar para o Sr. Reginaldo o local onde morreram. Atualmente a população total dos Matís é de 101 Índios (ver quadro populacional anexo).

Se torna difícil estabelecer a distribuição da população Matís de cada uma das malocas, uma vez que a maioria das famílias se deslocam regularmente de uma para outra maloca passando períodos indeterminados em cada uma delas.

Em agosto de 1985, 8 mulheres Matís estavam gestantes, para a alegria do grupo. Isto pode significar o início de uma nova fase de crescimento populacional, caso não haja novamente nenhuma epidemia que os atinja.

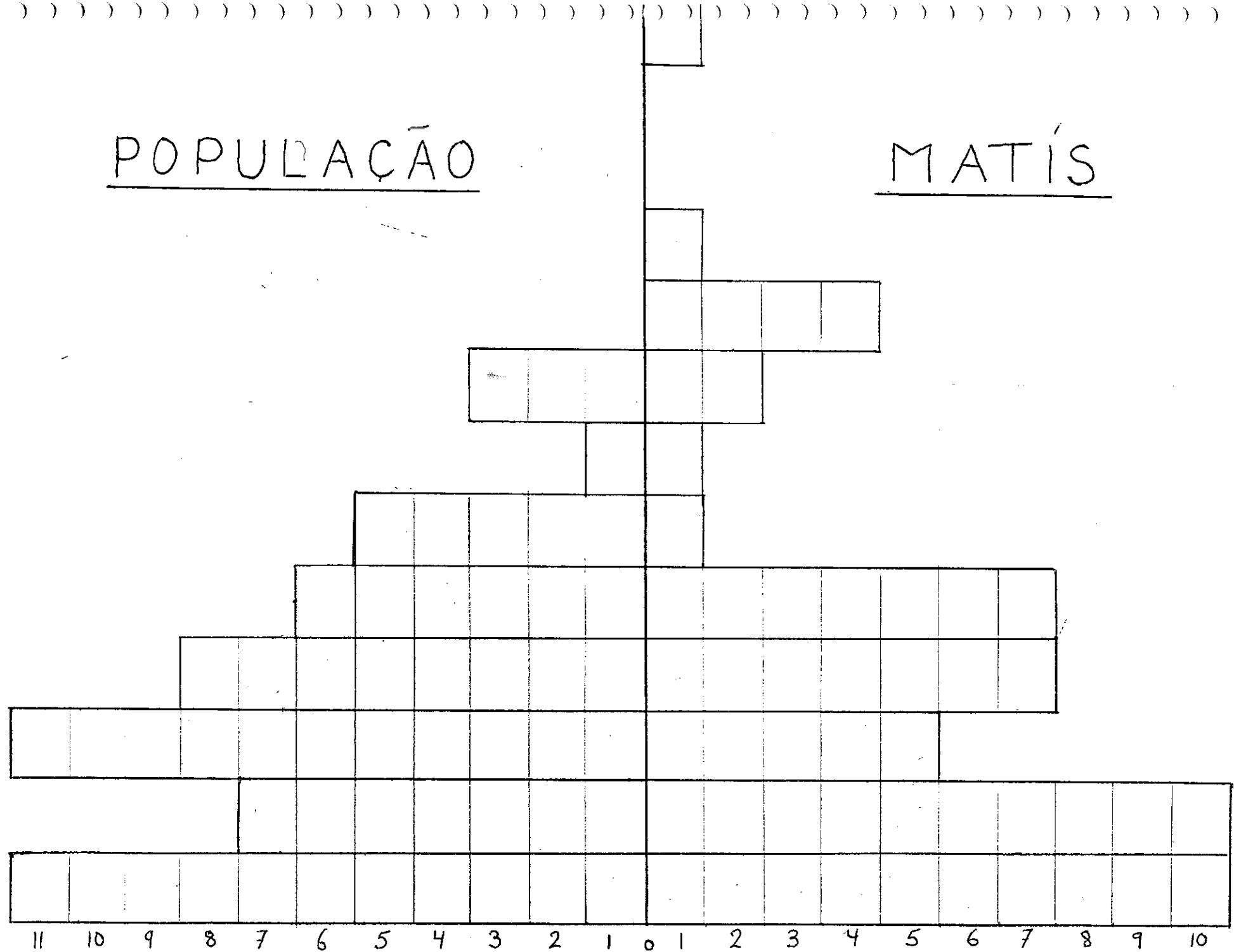
Os Matís dizem que não tem outros parentes naquela área, que são só eles. A este respeito o missionário Jonh Janshma argumenta dizendo acreditar na presença de outros grupos Matís arredios, baseando esta afirmação nos próprios sobrevôos da área Matís por ele mesmo realizados, onde teria localizado 12 malocas. Da mesma forma acredita que o Fidel, menino Matís órfão de 7 anos aproximadamente, recolhido e criado pelos funcionários locais da Funai, que segundo o grupo teria desaparecido durante uma caçada no início de 1985, teria sido levado para outra maloca de Matís arredios.

60-65
55-59
50-54
45-49
40-44
35-39
30-34
25-29
20-24
15-19
10-14
5-9
0-4

POPULAÇÃO

MATIS

60-65
55-59
50-54
45-49
40-44
35-39
30-34
25-29
20-24
15-19
10-14
5-9
0-4



NÚMERO DE PESSOAS

VI — Situação Atual

1 — Saúde

A situação de saúde dos Matís é um problema nunca solucionado pela Funai que não encara a questão a não ser com medidas paliativas. Esse grupo indígena pelo seu pouco tempo de contato tem a sua resistência as doenças oriundas da nossa sociedade extremamente limitada. É justamente por este motivo que este grupo sofreu demais por diversas epidemias e perdeu praticamente a metade de sua população.

O. da Silva atuou como atendente de enfermagem de 1976 a 1980 e neste período, segundo informou, morreram entre 10 e 12 Índios. Duas mortes foram causadas por pneumonia, e outras por diversas doenças.

Em 1980, antes portanto da transferência dos Matís para o Boeiro, devido a uma epidemia de gripe morreram, segundo informações de O. da Silva, 53 Matís de uma só vez. As estatísticas da Funai falaram de 18 a 19 mortes. Mas todos aqueles que conheceram os Matís antes afirmam que este dado é falso, servindo apenas a minimizar o fato perante a opinião pública.

Quando a gripe atingiu os Matís, eles viviam espalhados em diversas famílias. Começou a morrer Índios em vários lugares na ocasião "muitos não foram nem enterrados. Foi urubu quem comeu, porque não tinha quem fizesse o enterro" afirma Odinor da Silva. As crianças e os velhos foram os mais atingidos. Entre os mais velhos sobreviveu apenas uma mulher chamada Tucumã. O maior problema para os Matís é realmente a gripe. Ficam com muita febre suando, e de sentirem tanto calor faz com que se joguem nas águas do igarapé e em seguida voltarem junto ao fogo para se aquecer. O servidor Luis, da Funai, diz que em várias oportunidades teve que segurar Índios doentes para impedir-lhes de tomar banho. Se não houver cuidados imediatos, a gripe se transforma em pneumonia, da qual os Matís dificilmente conseguem se recuperar.

De 1982 a 1985, faleceram ainda pelo menos 10 Matís, por motivos de gripe, febre, disenteria, vômito e problemas de parto.

Os Matís já sofreram também de sarampo, malária, leishmaniose, doença venérea, etc... Segundo dados coletados na Sucam de Benjamim Constant, durante o ano de 1982 foram identificados 25 casos de malária. Em 1983 mais de 50 casos (isto é mais da metade da população Matís), nos anos de 84 e 85 não conseguimos obter informações precisas, mas o atendimento de enfermagem revela que tem sido frequente a incidência de malária neste período.

A doença venérea apareceu entre os Matís a partir de 1982, sendo transmitida principalmente pelos Marubo do Posto Velho.

Esta doença é normalmente tratado no próprio posto, sendo que em casos mais graves, e quando as condições o permitem, os pacientes foram removidos para o hospital de Benjamim Constant.

2 — Economia de Subsistência

Os Matís, igualmente aos outros grupos indígenas da família linguística Pano, vivem basicamente de caça, colheita e um pouco de agricultura. Com a maior sedentarização dos Matís no Boeiro ocorreram também algumas modificações na própria subsistência do grupo. Torna-se mais difícil conseguir a caça sempre mais arisca. A dependência para com o posto, e principalmente a assistência de saúde não lhes permite caçadas tão demoradas e distantes como outrora. Consequentemente conseguem menos caça e tentam suprir a falta de carne, pescando mais em afluentes e lagos adjacentes do Rio Ituí, e adaptando novas técnicas em suas atividades agrícolas.

Os Matís caçam com diversas armas, a mais utilizada parece ser a zarabatana, através da qual propõem pequenas setas envenenadas para matar animais de pequenos portes, como macaco, aves, reodores, etc... Usam arcos e flexas com pontas de taboca na caça de animais maiores. Usam também diversos tipos de armadilhas.

Segundo O. da Silva as caças maiores como anta e queixada foram mais procuradas pelos índios após a introdução do cachorro que acua a suas presas e facilitam o trabalho dos caçadores. Como foi visto, para as caçadas com as

zarabatanas, eles estão dependentes do veneno que encontram em locais distantes do Boeiro. Em 1985 permaneceram meses praticamente sem veneno, na expectativa de uma lancha da Funai que os levaria até o local desejado. Durante este tempo tiveram que caçar mais com cachorros e espingardas, que já aprenderam a manejar. Baseando-se nas informações de D. Melatti quanto ao uso da espingarda, observamos que um número bem maior de homens já sabem manejar armas de fogo em suas caçadas. No PIA existem 6 espingardas de propriedade do posto.

Nas pescarias os Matís costumam usar timbõ ou uãca para envenenar os peixes, que apanham com um puçã, tecido de tucum. Este tipo de pescaria era sempre realizado em pequenos igarapês. Para suprir as suas novas necessidades de subsistência, os Matís já começam a colocar estes tipos de venenos em pequenos lagos da beira do Ituí.

A pesca con flexas foi também introduzida após o contato, utilizando bicos de aço na extremidade das Tacanas.

Em suas roças, os Matís plantam macaxeira, milho e pouca banana. Sempre fazem uma roça em volta de suas malocas, e outras mais distantes. Segundo O. da Silva, os pés de macaxeira eram plantados de modo muito espaçoso, o mesmo acontecia com as bananeiras. Os funcionários da Funai lhes ensinaram a plantar os pés mais próximos um dos outros, para poder obter uma maior produção. Próximo a lugares onde vão buscar o veneno, de pupunhais, os Matís plantam milhais.

Plantam ainda certo tipo de batata, mamão branco, um pouco de abacaxi e uma planta parecida com tajã que chamam de "Ichbi". Os Matís contaram ao Odinor que antes eles não comiam frutas doces como mamão e abacaxi, e que gostavam mais de comidas fortes como o Ichbi e pimenta.

Os índios da maloca localizada junto ao posto tem atualmente 5 roças e estavam abrindo uma outra. Na segunda maloca eles tem duas roças produzindo e uma que estava sendo plantada em torno de nova maloca,

Outras informações a respeito dos meios de subsistência dos Matís constam no relatório de D. Melatti (GT/80 pág. 96, 97).

3 — Economia para Comercialização

Os Matís produzem até hoje somente para a sua subsistência. Os produtos de caça, pesca, agricultura servem para alimentar o grupo e não são comercializados.

No tocante a outras formas de produção, os Matís fizeram algumas tentativas isoladas que lhes permitiram adquirir artigos de sua necessidade.

Duas vezes foram realizadas vendas de artesanato Matís, pelo intermédio do chefe do PIA Ituí. Foi a própria Funai quem comprou o artesanato para ser revendido em suas lojas da Arteíndia. Foram vendidos zarabatana, peneiras, colares, pulseiras, redes, etc. Com a primeira venda arrecadaram cerca de 700 cruzados. Com este dinheiro foram comprado artigos que os Índios pediram, deixando uma sobra para compra de sabão que é distribuído ao grupo pelo chefe do posto em exercício. A segunda vez foi o chefe da Ajusol João Silverio Dias que intermediou a venda do artesanato e realizou as compras solicitadas pelos Índios.

A Funai tentou implantar uma cantina para os Marubo do Posto Velho, mas como não havia quem tomasse de conta ali, a cantina foi instalada no Boeiro. Na época em que o atendente voltou do Lobo para atuar novamente entre os Matís, a cantina estava com um débito de cem cruzados, e restava como única mercadoria 20 m de tecido. Logo acabou esta cantina sem ter trazido absolutamente nenhum proveito para os Índios. Através dos chamados projetos econômicos os Índios receberam também ferramentas, munição, forno para torrar a farinha, sendo que os Matís não faziam nem consumiam farinha. O que sem dúvida os influenciou a iniciar tal atividade.

O. da Silva manifestou certa preocupação, e com justa razão, quanto a venda de artesanato, e no hábito que isto pode criar entre os Índios que já tem algumas expectativas em querer vender mais artesanato. Ele pergunta, "o que acontecerá no caso em que a Funai não queira mais comprar o artesanato, e não tivesse quem comprasse?" Ele acrescenta "vai chegar o dia em que a Funai não vai querer esse artesanato". Por este motivo já está se preocupando em encontrar outros canais de venda caso isto venha a acontecer.

Em janeiro de 1985, a campanha cinematográfica Fuji realizou filmagens entre os Matís, cujos direitos autorais foram pagos a Funai como representante e tutora dos Índios. Parte deste dinheiro teria sido aplicado no concerto e reforma da lancha "Mayoruna" que desservia o PIA Ituí e se encontrava em péssimas condições. Para complementar a verba destinada ao concerto de barco, os Matís extraíram madeira, ajudados por funcionários braçais da Funai. Extraíram um total de 56 toras de madeira, sendo 35 de cedro de 2ª e o restante de Marupá. Essa madeira foi vendida num total de aproximadamente 1.600,00 cruzados.

Odinoz afirma que os Matís ainda não precisam de trabalhar na extração da seringa ou da madeira. O que precisam é de certas ferramentas como terçados, machados, facas, enxadas, etc... , e isto eles estão conseguindo comprar através da venda de artesanato.

Até o momento apenas um dos homens saiu da aldeia em função de trabalho. Se trata de Binã, que atuou como interprete na tentativa de atração dos Korubo no Itaquai, e mais tarde trabalhou com madeireiros brasileiros.

VII — Relações Sociais dos Matís

1 — Relações Intergrupais (entre Matís)

O dinor da Silva nos disse o seguinte "eles estão se misturando, quando vieram para cá. No Jacurapã depois das mortes, eles começaram a se misturar, porque tem família que não sobrou nenhum homem para caçar". O agrupamento e a maior fixação dos Matís provocou profundas modificações na organização social do grupo, seja nas suas relações políticas, na adaptação das regras de casamento à nova realidade ou seja na mudança de ritmo nas relações estabelecidas entre os diversos grupos familiares Matís.

O agrupamento maior dos Matís foi prejudicial no equilíbrio das relações sociais que mantinham, ocasionando hoje maiores conflitos no grupo.

O casal de pesquisadores franceses acreditam que os Matís brigam mais e tem mais problemas do que quando eles andavam, se deslocavam mais, e afirmam "como eles gostavam muito de andar, eles não brigavam antes".

2 — Relações Interétnicas

Os Matís contam que antes do contato só conheciam o grupo indígena "Korubo" que habita ao nordeste de seu território, não conheciam nenhum dos outros grupos desta área, vieram a conhecê-los só depois.

a) Korubo

Os Matís dizem que tiveram conflitos com os Korubo, há muitos anos. Realizaram uma incursão em território Korubo com a finalidade de raptar mulheres. Chegaram numa maloca Korubo onde mataram vários índios e raptaram duas mulheres. Após o ataque se distanciaram mais da área do Coarí para evitar represálias por parte dos Korubo. Os Matís dizem que os Korubo não revidaram por medo, pois possuem como armas apenas bordunas e lanças.

Durante a atração dos Matís, estes pediram várias vezes espingardas aos funcionários da Funai para poder matar os Korubo.

O Pajé Papiuaça falou para o Sr. R. Reginaldo que os Matís contraíram uma febre muito forte que provocou a morte de vários índios e que foi cau-

sada por um feitiço lançado pelos Korubo. As duas mulheres raptadas entre os Korubo, já faleceram. Os filhos oriundos de seu casamento com homens Matís se encontram no grupo e não aprenderam a falar a língua de suas mães.

Nunca mais os Matís tiveram qualquer tipo de contato com os Korubo.

b) Marubo

Os primeiros contatos entre Matís e Marubo se deram em 1978 quando Marubo atuaram na frente de atração como interpretes.

Com a descida de Marubo do Alto Ituí e a sua permanência no antigo posto, os Matís os conheceram de mais perto passando a ser mais intensos os contatos entre os dois grupos. Com isto, logo se fizeram sentir entre os Matís, as consequências dessa aproximação, sobretudo no tocante a saúde e nas interferências causadas a nível cultural. É preciso lembrar a grande diferença do grau de contato entre os dois grupos, os Matís em processo de contatação e os Marubo com uma relação de mais de um século com a sociedade nacional. Frente a precária situação dos Matís a Funai os transferiu para o lugarapê Boeiro com a finalidade de evitar o contato com os Marubo.

Infelizmente essa transferência não impediu a continuação das relações entre os dois grupos.

Os Marubo se deslocam frequentemente para o Boeiro, seja para passar ou ainda para receber alguma assistência em termos de saúde. Em outras ocasiões, eles penetram na terra dos Matís com a finalidade de procurar alimentos, como caça, peixes, ovos de tracajá, etc., tanto para a sua própria subsistência como principalmente para comercializar com os regatões.

O francês P. Erikson revelou que na época da pupunha, muitos Marubo vêm passear entre os Matís para tomar caissuma. Através destes contatos, várias vezes os Matís já contraíram doenças venéreas, tratando-se principalmente da relação de homens Marubo com mulheres Matís.

No início de 1984, 3 moças Matís fugiram para o Posto Velho (aldeia Marubo onde era localizada o antigo PIA Ituí e hoje denominado Posto Velho). O. da Silva diz que não queriam mais voltar para o seu grupo porque: "Elas disseram que não vinham porque os Marubo diziam para elas que os índios não prestavam, que

eles andavam nus, essas coisas, era vergonha, por isso disseram que elas não vi-
nham'', com muitos esforços e chefe do posto conseguiu convencê-las a voltar no
grupo.

Devido a influência dos Marubo podemos constatar uma alteração no
corte de cabelo tanto dos homens como das mulheres, assim como sérias interfe-
rências nos hábitos do grupo. Pudemos observar concretamente essa situação no
Boeiro quando 5 Marubo doentes estavam no posto, em contato constante com os
Matís. As mulheres Marubo trocavam roupas usadas com os colares e outros objetos
dos Matís, e queriam a todo custo ir passear na segunda maloca, o que não lhes foi
consentido pelo atendente O. da Silva.

c) Matsés (Mayoruna)

Os Matís não conheciam este grupo indígena antes do contato. Os úni-
cos contatos que mantiveram com elementos Matsés foi através dos interpretes Pat
cha, Nakua e Pedro Mayoruna. Este último casou-se com duas mulheres Matís acarre-
tando sérios problemas no grupo inclusive dividindo os índios pela sua atuação.
Este problema que já havia sido levantado por Delvair Melatti no relatório do
GT/80, foi tragicamente solucionado pelos Matís que mataram o Pedro Mayoruna.

VIII — Relações com não-índios

1 — Histórico

"Os Matís viam tudo, mas não apareciam". Este comentário realizado por O. da Silva reflete muito bem o modo como os Matís procuravam evitar o contato com a população ribeirinha. Eles conheciam todos os moradores da margem do rio, mas não apareciam. Hoje, quando eles se deslocam pelo rio, eles mostram ainda os lugares onde havia casas e citam o nome de seus moradores.

Os índios dizem que há muito tempo tinham tido contatos com brasileiros e peruanos, no rio Branco. Dois homens e três mulheres Matís foram levados de barco (inclusive uma menina), e tempos depois somente voltaram as mulheres, sem notícia dos homens, a menina faleceu na viagem.

Eles contam ainda outros acontecimentos em que Matís foram mortos por brancos.

R. Reginaldo ficou sabendo pelos próprios índios, que eles saíram várias vezes na roça de seringueiros, na bacia do rio Branco (afluente da margem esquerdo do Itaquai), "começaram a pegar banana e milho. Foi numa época de muita fome, e se chegaram para tirar mais rancho". Uma mulher idosa que viu os Matís começou a atirar ferindo um índio. Eles reagiram e mataram a velha. Segundo Odionor, este incidente deve ter acontecido por volta de 1965.

Em outras ocasiões eles saíram nas casa de moradores ribeirinhos e relatam outros conflitos deste gênero. Mas na maioria das vezes eles apareciam para conseguir alimentos ou ferramentas. O Sr. Baya diz que as suas filhas viram os índios tirar macaxeira de sua roça, mas não fizeram nada. Ele afirma conhecer os Matís há tempo, e que nos 5 anos em que mora nesta colocação, os Matís nunca mexeram com eles, nem com os seus vizinhos moradores da beira do Ituí.

O missionário americano informou que um casal de Matís havia feito amizade com seringueiros, e que regularmente apareciam de casa em casa. Atravessavam o rio Ituí em cochos de paxiúba.

O Sr. Jonh relata ainda que antes da sua chegada àquela área, em 1962, os seringueiros moravam somente até a mediação do rio Novo, com medo de

estabelecer as suas colocações mais para cima, por causa dos Índios. Com a permanência dos Missionários no Ituí, os seringueiros criaram coragem e começaram a abrir as suas colocações mais rio acima.

Muitas estórias circulam entre os moradores do Ituí a respeito dos Índios, e algumas outras mortes são diretamente atribuídas aos Matís. Mas todas as pessoas que conheceram esses Índios de mais perto, desmentem catagoricamente tais afirmações, principalmente devido a índole muito "pacífica" dos Matís.

Os pesquisadores franceses informaram que na época do verão, madeireiros e regatões penetraram em território Matís com a finalidade de tirar ovos de tracajã. Até moradores de Atalaya do Norte, como é o caso do Sr. Chapiama, sobem o rio Ituí até a área indígena Matís onde fazem o que bem entendem.

2 — Regatões

O fato dos Matís terem sido transferidos não impediu a penetrações de regatões acima do posto velho, já que a Funai local, por falta de infraestrutura adequada, se encontra totalmente dependente dos regatões, para atender as necessidades tanto dos Índios como dos funcionários. Isto significa que os Matís continuam sofrendo interferências direta por parte destes regatões, tanto na sua situação de saúde como de subsistência.

O Sr. Raimundo Cabral, regatão comerciando há vários anos neste rio, parece ser o único autorizado pela Ajudância da Funai, para subir até o alto rio Ituí. Mas tudo indica que esta autorização é apenas verbal, e não há nada mais oficializado. Os franceses observaram durante a sua permanência junto aos Matís (entre 1985/86), que a cada dois meses, o Cabral se desloca para o alto, onde permanece vários dias comerciando com os Marubo. Encosta e comercia da mesma forma no Boeiro e no Posto Velho. Além do Cabral, os regatões Roberto e Aldemiro sobem até o PIA Ituí com a mesma finalidade.

A presença destes regatões é nociva aos Matís que começam a se interessar por bujigangas sem valor que lhes são apresentados. O Matís Binã é o primeiro a querer se relacionar com os regatões, talvez por dominar melhor do que os outros o nosso mundo, devido a um longo tratamento a que foi submetido na

cidade de Tabatinga. A sua atitude influencia sem dúvida os outros Índios, e favorece a presença dos comerciantes na área.

Pudemos registrar a subida do Cabral pelo Ituí com o objetivo de tirar ovos de tracajã. Vimos em sua embarcação muitos paneiros de ovos já salgados, num total superior de 20 mil ovos. Da mesma forma procuram bichos de casco e caça na área indígena, contratando muitas vezes para isso, Marubo do Posto Velho, principalmente os dois servidores braçais que ali se encontram.

A carne é salgada e todos estes produtos são comercializados na cidade.

3 — Madeireiros

Os Matís falam que tiveram que abandonar uma maloca no rio Jacurapa, devido a penetração de madeireiros em seu território. Eles viam muitas vezes os madeireiros e roubavam ferramentas de seus tapiris de trabalho.

Eles contam ainda que no igarapé Sapota, afluente do rio Novo, um madeireiro atirou neles e matou 5 homens. Para se vingar seguiram o madeireiro até o seu tapiri, e esperando a noite, o mataram em sua própria rede de flecha.

Uma vez os primeiros contatos com os Matís estabelecidos estes manifestaram preocupações por causa da penetração dos madeireiros no igarapé São Bento e nos rios Branco e Ituí, e pediram para os funcionários da Funai que não os deixassem mais invadir a sua área.

Em 1985, apesar da interdição da área indígena do vale do Javari, os madeireiros continuam invadindo a área Matís, tanto pelo rio Coari, como pelo rio Branco. Em 85 e 86 várias turmas de madeireiros atuaram no Coari, com a pretensão de extair muito cedro. Só uma turma de 8 homens previa para 86 uma safra de pelo menos 300 toneladas de madeira.

4 — Grupos de Trabalho

Além do perigo representado pelos contatos com as frentes de atração habituais, tal como madeireiros regatões, seringueiros, os Matís já foram submetidos ao contato não menos violento com grupos de trabalhos, equipes de pesquisas científicas e cinematográficas.

Em 1983, uma equipe de pesquisadores da Companhia Jacques Cousteau permaneceu alguns dias junto aos Matís do igarapé Boeiro.

Esta permanência foi motivada pelo interesse que representa para pesquisadores estrangeiros a experiência de observar um grupo indígena recém-contatado. Além de não reverter em nada para os Matís e causar sérias interferências no grupo, a divulgação feita pela Companhia Jacques Cousteau transmitiu uma visão distorcida e preconceituosa dos Índios, que inclusive, recebeu sérias críticas por parte da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e por professores da Universidade Federal do Amazonas. Além disto o próprio caráter científico das abordagens realizadas por esta Companhia é fortemente questionável por cientistas do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia) que acompanharam a expedição.

Mais tarde, no início de 1985, foi a vez de uma equipe cinematográfica Japonesa da Fuji, que obteve autorização para realizar um filme sobre a realidade Matís. A numerosa equipe despreparada para tal contato, com um grande aparato tecnológico, provocou violentas perturbações culturais na vida do grupo.

Devido ao pouco tempo disponível para a realização das filmagens na aldeia, a equipe Fuji influenciou os Índios a encenarem alguns de seus rituais e manifestações culturais desprovido de seu real significado e fora do contexto Matís, divulgando noções errôneas desse povo. A atuação da Fuji na área foi severamente criticado tanto pelos funcionários locais, como pelos pesquisadores franceses que naquela ocasião já se encontravam na aldeia.

Em julho de 1985, os dois pesquisadores já citados receberam uma autorização para realizar uma pesquisa antropológica a respeito Índios Matís. Permaneceram na área até janeiro de 86. Por terem sido mal informados sobre o valor que a cultura material tem para os Matís, os pesquisadores trouxeram para a aldeia grande quantidade de missangas de plástico assim como outras bugigangas que utilizaram como instrumento de troca para adquirir objetos da cultura material dos Índios.

Os diversos GT da Funai que passaram na área, tendo que levantar

muitas informações em um curto espaço de tempo representam também uma violência para o ritmo da aldeia. Somos conscientes disto, pois sentimos constantemente esse problema durante toda a duração do levantamento.

Em relação a todas estas interferências, fazemos questão de transcreever o pensamento do chefe de posto em exercício, O. da Silva, "Olha, em geral eu falo, Funai, Cousteau, Fuji, vocês, eu acho que o que trazem para eles, é deles criarem, vamos dizer de verem vocês com calção, ver vocês com gravador, só criando ambição para eles terem alguma coisa para eles querer".

Ele ainda acrescenta: "o Cousteau vem aqui, filma, eles também não vê nada, entendeu. Só faz é criar ambição para eles. Se eles vê, puxa fulano tem aquela faca! Cousteau trouxe uma série de facas bonitas para eles. Quando quebra aquela, puxa eu quero a faca ..., se ele vê outra ele vai roubar. Então se quisesse que os índios permanecesse como eles eram. Vamos dizer, vem a equipe fulano de tal, aqui, entravam em contato com quem estivesse no posto, explicando assim, o que vem fazer, etc., Vem atender problema de saúde, só traz material de saúde, negócio de facas coisas que atraí e eles que não trouxesse nada. E sempre tá vindo gente diferente. E se, vamos dizer, a gente queria alguma coisa deles, a gente tem que dar alguma coisa em troca. As vezes não queria ir atrás do fulano, mas eu quero adquirir deles. Mesmo contra a vontade as vezes a gente dar, para adquirir o que é deles". E termina dizendo, "Eu acho que eles (o pessoal da Ajudância) podiam comunicar quem tivesse no posto. Que falasse, olha fulano de tal, vem fazer isso, se os índios aceitassem bem! Se eles não aceitassem, eles tem todo o direito, não é?"

A partir de todas as informações levantadas observamos que as causas principais de todas as interferências e violências provocadas no grupo são:

- equipe muito numerosas como uma parafernália de aparelhagens assustadores, representando uma violência no ritmo de vida dos índios;
- equipes formadas por elementos na sua grande maioria não falantes da língua nacional e totalmente despreparado no que se refere ao conhecimento tanto do grupo indígena como do contexto regional.
- trocas de bugigangas com os índios com a finalidade de adquirir pe

ças de sua cultura material, sem maior preocupação da dependência que isto traz para os Índios, sem falar da desvalorização da própria cultura relegando a arte e seu simbolismo a um simples objeto de comércio;

- descaso total da Ajustol que não fornece as orientações necessárias em termos de aplicação de uma metodologia de trabalho que procurasse interferir o menos possível no grupo;

- Falta de articulação e informação entre a base e os funcionários locais, a respeito dos objetivos dos trabalhos e serem desenvolvidos na área, do cunho da pesquisa, do tipo de autorização recebida, de auxílio a prestar aos pesquisadores no bom encaminhamento da proposta sem trazer prejuízos aos Índios, etc...

- Nunca é considerada pela Funai a opinião dos próprios interessados, e nunca os Índios são consultados para que eles tenham oportunidades de se posicionar quanto a chegada ou permanência de estranhos em seu meio.

IX — Assistência da Funai

1 — Transferência dos Matís

A transferência dos Matís para o Boeiro se deu sob a responsabilidade do novo encarregado do PIA, Pedro Coelho. Os Matís foram transportados numa lancha da Funai do Posto Velho até o local escolhido para a sua nova moradia.

Achamos oportuno lembrar a proposta elaborada em 1980, Sr^a D. Melatti, sugerindo a transferência dos Matís para o rio Jacurapá, local ideal para isolá-los do contato com os Marubo e forçar estes últimos a retornar para o alto Ituí. Esta sugestão não foi acatada pela Funai, e os Matís foram transferidos para um local inadequado sem as mínimas condições para tal mudança.

Qual a finalidade então de relatórios, grupos de trabalhos, estudos técnicos, se a irresponsabilidade, a desorganização administrativa e a burocracia da Funai não permitem que sugestões e propostas elaboradas a partir da realidade local sejam revertidas para a assistência e o bem estar da comunidade indígena?

Uma vez no Boeiro, em diversas oportunidades os Matís tiveram que roubar alimentos nas roças da população ribeirinha ou dos Marubo, para poder se sustentar. O. da Silva conta que os Índios tinha vontade de retornar para onde tivesse macaxeira, banana, enfim comida, e os funcionários tiveram que insistir muito para eles não irem embora. O motivo principal que deteve os Matís foi, segundo Odinor, a necessidade do remédio do qual já haviam criado certa dependência, constatando que os seus meios tradicionais de cura não funcionavam contra as doenças dos "Nauã" (brancos civilizados).

Analisando hoje todo o processo desta transferência chegamos as seguintes conclusões:

- a transferência não atendeu aos objetivos propostos de afastar o grupo Matís do contato com os Marubo. Problema este que se transformou num impasse muito maior ameaçando a própria sobrevivência e segurança física dos Matís.

- a mudança para um local inadequado, na beira do rio Ituí, que os Matís não gostam devido a grande quantidade de "pragas" existentes, principalmente piuns (borrachudos) que deixa os seus corpos todo ferimentos;

- a maior distância de seus locais tradicionais de caça, pesca e colheita, como no caso do veneno mais difícil de conseguirem hoje;

- pela dependência criada para com a Funai principalmente no que se refere a administração de remédios que os doentes recebem normalmente no posto pelo menos duas vezes por dia, os Matís abandonaram a prática de certos rituais, devido a dificuldade de conseguir os ingredientes necessários para o seu preparo, como no caso do Tatchi, que encontram somente no rio Branco;

- a transferência dos Matís para o Boeiro não foi conjugada com o retorno dos Marubo para o alto Ituí, reforçando assim ainda mais a presença destes no Posto Velho, onde um número maior de Marubo tem se instalado. Por não ter sido tomado nenhuma providência no sentido de inverter essa migração, e por manter ali dois funcionários braçais Marubo, a Funai avalizou a permanência contínua desses índios no médio Ituí.

2 — PIA Ituí

A infraestrutura montada no PIA Ituí, para a atração dos Matís era composta de muito equipamento e contando com um quadro amplo de funcionários. Mas logo se fizeram sentir problemas de infraestrutura que, segundo O. da Silva, dificultaram sempre mais o bom andamento dos trabalhos de atração. A medida que os contatos iam sendo realizados, o interesse e as condições de assistência iam diminuindo, tanto as condições de trabalho para os próprios funcionários como o atendimento aos índios. Informações incluídas no relatório de D. Melatti (1980) relatam a falta de infraestrutura no PIA Ituí já desde 1976. Vários radiogramas e relatórios comprovam a constante falta de condições mínimas de trabalho.

A falta destas condições por parte da Funai provocou inevitavelmente um processo de dependência para com os regatões ou mesmo moradores daquele rio. Os servidores lotados no PIA se viam na obrigação de recorrer a estes últimos em casos de emergência. Isto se dava das mais diversas formas, desde a utilização de meios de transportes, ao fornecimento de alimentação e até aos cuida-

dos prestados por uma família ribeirinha para criar uma criança Matís órfão que lhe foi confiada pelos funcionários da Funai.

Da mesma forma a própria Ajusol, pela ausência de qualquer condição de atuação, teve que recorrer em inúmeras ocasiões a ajuda dos comerciantes para envio de material, medicamentos e transporte dos próprios índios, etc.

Esta dependência da Funai, em função dos serviços prestados, permite aos regatões, madeireiros, seringalistas etc., o livre acesso às áreas indígenas para desenvolver as suas atividades econômicas sem qualquer restrição, já que a Funai não se encontra em condições de "controlar" estas penetrações e "feche os olhos". Acontece ainda que a própria Funai facilita a atuação destes elementos, fornecendo-lhes meios como motor de poupa para poder se deslocar na área indígena com objetivos exclusivamente depredadores e comerciais. Constatamos pessoalmente tais relações nas áreas.

O posto conta com uma casa de madeira com dois cômodos e a farmácia. O rádio está instalado numa casa de palha ao lado, e o carregamento da bateria se dar desde agosto de 85 com um acumulador de energia solar. No posto, há um motor de poupa de oito HP mas não há nenhuma canoa. O barco Mayoruna como já foi visto, foi reformado com o dinheiro dos próprios Matís, mas nunca chegou a destinação. Estalancha se encontrava em Atalaya do Norte onde estava sendo vagorosamente concertada, quando foi levada pelos índios Ticuna, junto com outras embarcações da Funai que ali se encontravam, em represálias as promessas feitas pelo órgão e nunca cumpridas.

A Funai não tomou absolutamente nenhuma medida para solucionar esta questão e os Matís permanecem até hoje na maior necessidade de um meio de transporte adequado.

Neste PIA estão atualmente lotados o atendente O. da Silva, que há dois anos responde também pela chefia do posto, e três servidores braçais, sendo que dois são Marubo e habitam no posto Velho.

O trabalho dos funcionários Marubo deveria atender as necessidades do posto, contudo parece evidente que a sua atuação se faz mais no sentido de atender os seus próprios interesses. Considerando ainda a influência que estes tem sobre

os Matís e as interferências constantes causadas por eles no grupo, a Funai deveria observar esta situação mais de perto, a fim de tomar medidas adequadas.

Em algumas ocasiões outros funcionários também atuaram neste PIA, mas praticamente sempre o atendente tem permanecido só no posto como aconteceu na passagem do GT no Boeiro.

Em 1984, o atendente teve que se ausentar do posto durante um período de 8 meses, sendo substituído por funcionários braçais que não possuíam nenhum preparo para atender os índios em termos de saúde.

3 - Assistência de Saúde

Infelizmente a saúde e a sobrevivência dos Matís são dependentes da política indigenista estabelecida pela Funai, do interesse que esta demonstra em criar condições favoráveis de assistência, e ainda da seriedade dos funcionários em desenvolver o seu papel.

A realidade revela que nunca todas estas condições estiveram reunidas na assistência dos Matís, principalmente no setor de saúde.

Vários funcionários da AJUSOL concordam em afirmar que houve displicência da Funai no caso da epidemia que matou mais de 50 índios. Quando os índios começaram a ficar doentes, não havia remédios no posto e o atendente que ali atuava na época foi incumbido de descer até a base para ir buscar a medicação necessária. Este conseguiu os remédios mas teve que esperar alguns dias na cidade por causa de problemas meramente administrativos. Este atraso foi suficiente para os Matís morrerem totalmente desassistidos.

Em outras ocasiões ficou comprovada a morte de índios por desinteresse de funcionários, que não tinham vontade de fazer o esforço de se deslocar até o local onde os doentes se encontravam.

A falta de remédios acontece frequentemente no PIA Ituí. Para exemplificar esta situação O. da Silva relata que em fevereiro de 1985, havia encaminhado a AJUSOL um pedido de medicamentos que somente chegou no fim do mês de julho, através do regatão Raimundo Cabral, sendo que muitos dos quais não correspondiam as necessidades do posto nem a relação solicitada. Na ocasião recebeu apenas uma caixa de expectorante, o que não dá nem para iniciar um tratamento,

afirma Odinor.

O casal de pesquisadores franceses presenciaram na base da Funai em Atalaya do Norte em junho de 1985, várias comunicações por rádio-fonia entre o então chefe da base e o atendente de saúde que solicitava a remessa mais breve possível dos remédios que havia pedido há tempo. Diante da insistência do mesmo, o rádio foi simplesmente desligado sem fornecer maior satisfação.

Em várias oportunidades, o atendente necessitou deslocar índios seriamente doentes para o hospital, mas se encontrava sem nenhum meio de transporte e sem possibilidade de comunicação.

Exemplificou esta situação relatando o caso de 3 Matís atingidos por leishmaniosa e que não tinha nenhuma condição de serem tratados no local, nem de deslocá-los.

O: diz ainda "o pessoal da base sempre alega que não tem condições dizem que as vezes não tem avião" as vezes não tem motor. Pode estar morrendo aqui, vai morrer!!!, porque não tem condições. As vezes podem ter muita boa vontade lá, mas não tem condição. Se fosse o caso agora, teria morrido todo mundo".

O ex-funcionário R. Reginaldo diz ainda "acontecem absurdos e que muitas coisas permanecem camufladas na atuação da Funai na área".

No tipo de tratamento que a Funai vem administrando aos Matís, existem sérios perigos quanto a grande quantidade de antibióticos utilizados, sendo necessário doses cada vez mais elevadas para surtir o efeito desejado. Este fato foi constatado recentemente pelo Dr. Paulo, chefe da equipe médica da Ajusol.

Quanto ainda a assistência prestada aos índios e aos deslocamentos de doentes que são realizados, O. da Silva reconhece que: "se o atendimento deles tivesse mais condições aqui, eles nunca precisavam de ir em cidade. Nunca eles tiveram uma doença que fosse para operar, que quebrasse uma perna, problemas que exigisse mesmo ir na cidade, nunca eles tiveram".

No relatório de D. Melatti (GT/80) é demonstrada claramente a fragilidade dos Matís, citando rádios que se referem inclusive a vários casos de mortes ocorridas entre 1978 e 1980, por motivo de doença e falta de assistência

por parte da Funai.

Delvair Melatti conclui dizendo "estes radiogramas demonstram que a assistência médica que PIA recebeu é deficiente, provocando a morte de Índios: Este desinteresse e desleixo por parte da Ajudância e por sua vez da 19 DR é imperdoável!"

É preciso notificar que os Matís não foram vacinados até hoje, e que a assistência da Funai tem piorado muito nos últimos anos, cabendo à Funai a total responsabilidade pelo genocídio de pelo menos 50% dos Índios Matís.

X — Propostas

1 — Infraestrutura

O descaso da Funai frente as sugestões já encaminhadas nos questionou sobre a validade de formular novas propostas neste relatório Matís.

Optamos por incluir essas sugestões devido ao nosso compromisso para com os Índios, e para responder ao apelo feito por funcionários que manifestaram real preocupação quanto ao futuro deste povo e sentem as dificuldades aqui apresentadas.

Afim de poder atender devidamente esse grupo de poucos anos de contatos e cujas necessidades em termos de saúde são vitais, é imprescindível que a comunicação e o transporte funcionem de modo permanente e seguro e que jamais ocorreu até o momento.

Para o funcionamento adequado do PIA é preciso reequipá-lo com a seguinte infraestrutura:

- além do motor de 8 HP que o posto já possui, um outro motor de poupa de pelo menos 15 HP, para deslocamentos mais rápidos;
- duas canoas para poder atender qualquer tipo de emergência, e para nunca acontecer que o posto permaneça sem transporte.
- uma reserva de combustível permanente no PIA, sendo reabastecida periodicamente.

o retorno da lancha Mayoruna que foi levada pelos Ticuna. Caso isto não ocorra, porque a Funai demonstra incapacidade em recuperar a embarcação originalmente destinada aos Matís, ou mesmo porque o seu estado de conservação não seja satisfatório, é fundamental que a Ajustol providencie de imediato uma nova embarcação para atender as necessidades desses Índios.

2 — Saúde

O atual atendente de saúde Odinor da Silva, atua junto aos Matís há vários anos, e ganhou a confiança dos Índios, contudo criando certa dependência dos Índios no seu trabalho.

Por este motivo e pelo fato dele ter manifestado a possibilidade de deixar este trabalho a médio prazo, sugerimos que seja formado outro atendente de saúde para atuar entre os Matís. Seria necessário que o novo atendente permanecesse alguns meses junto com o atual servidor, com a finalidade de conhecer melhor o trabalho realizado, assim como a realidade Matís. O seu estágio, assim como a atuação de qualquer atendente deveria ser acompanhado regularmente por um profissional que pudesse orientar a sua atuação e assim evitar que absurdos sejam cometidos.

O abastecimento de remédios deve ser regular e atender especialmente os pedidos realizados pelos agentes locais.

3 — Política Indigenista

Em nada resolveria uma melhoria da infraestrutura a assistência da Funai aos Matís, se não for solucionado o problema de invasões de seu território e interferência contínua por parte da população ribeirinha, comerciantes e dos Marubo do Posto Velho.

É preciso tomar medidas enérgicas no sentido de isolar a área Matís e impedir o ingresso de elementos que prejudicam o equilíbrio do grupo.

Uma infraestrutura adequada pode quebrar a dependência da Funai com os regatões (e outros) que deverão se submeter as novas medidas aplicadas. A situação de contato dos Marubo com os Matís somente poderá ser solucionado se repensar seriamente a situação do Posto Velho, e definir uma política de atuação junto aos Marubo.

Acreditamos neste sentido, que a única alternativa possível seria o retorno dos Marubo para o alto Ituí, a sua área de origem (ver relatório Marubo).

Pudemos também observar que a permanência prolongada dos Matís no Boeiro trouxe uma série de dificuldades na sua subsistência, favoreceu contatos in devidos com elementos não Matís, e que a localizações dos Matís na beira do rio é tolerada apenas em função do atendimento de saúde.

Somos então do parecer que é necessário deslocar o PIA para outro local que oferecesse melhores condições e que seja do agrado dos próprios Índios.

Os Matís sempre dizem que gostam muito do rio Jacurapá, pensamos que este local pode ser ideal como nova moradia dos Índios, pelos seguintes motivos:

- o Jacurapá é localizado numa área mais central do território Matís, possibilitando-lhes um maior controle da mesma;

- a mudança de local resolveria durante alguns anos o problema atual de subsistência já que haveria caça, pesca e colheita, em maior abundância;

- do Jacurapá haveria maiores facilidades de deslocamentos em busca do veneno por exemplo;

- neste local, em terras firmes isentos de pragas os Matís poderiam viver mais tranquilo e sem ser constantemente molestados como na beira do Ituí.

Queremos recordar-lhes que esta proposta já tinha sido levantada por D. Melatti em 1980.

Tal deslocamento teria que ser muito bem programado, preparando inicialmente as roças no local assim como a construção das malocas, estrutura da Funai etc., para que quando as roças já estiverem no ponto de produzir, os Matís pudessem se mudar para lá.

Observações:

Este deslocamento só deverá ser efetuado no caso em que já estiver solucionado o problema dos Marubo do Posto Velho. Caso contrário, tal transferência apenas aproximará os Matís dos Marubo, tornando a situação ainda mais problemática do que está atualmente.

4 — Limites da Área

Na definição de uma proposta de delimitação para os Matís é preciso considerar a atual área de ocupação do grupo assim como também o direito que tem no seu território tradicional.

Os limites da ocupação Matís, como foi visto, inicia-se no rio Coarí e se estende até o igarapé Gaiato. No seu extremo sudeste a área inicia no rio Novo de cima, afluente da margem esquerda do Ituí, e atravessando este último

se estende além do rio Branco, afluente da margem esquerda do Itaquai, sendo que a faixa de terra existente entre os rios Branco e Itaquai tem que ser considerada área indígena.

Também a área compreendida entre o rio Negro e rio Novo de cima ambos afluentes da margem esquerda do Ituí, deve ser considerada como área indígena, sendo em parte ocupado pelos Matís na busca do veneno.

Para estas duas áreas deve ser considerada a proposta nº 1 elaborada pelo GT/80.

A área Matís localizada no centro da área indígena do vale do Javari forma uma área contígua ao norte com o território Kulina do médio Curuçã, a leste com o território Korubo, ao sul e ao oeste com o território Marubo dos altos rios Ituí e Curuçã.

ÍNDIOS ISOLADOS DO RIO QUIXITO

VI INDIOS DO QUIXITO

I	Introdução	p.	141
II	Histórico do contato	p.	142
III	Situação atual	p.	146
IV	População e localização	p.	149
V	Aspectos culturais	p.	152
VI	Invasão da área	p.	154
VII	Atuação da Funai na área	p.	157
VIII	Limites e propostas de atuação na área	p.	160

I — Introdução

A presença de índios com pouco contato na região do rio Quixito e afluentes não é mais segredo e já se tornou do conhecimento de todos na região do alto Solimões e Javari.

Tão evidente está a existência de grupos ainda hoje isolados, que mesmo pessoas diretamente interessadas na posse e exploração da área não mais omitem informações sobre os índios.

A ocupação da área do rio Quixito na última etapa dos trabalhos efetuados pelo GT, tem sido realizado, principalmente, após o levantamento do alto curso do Ituí, durante a baixada neste rio, e no próprio Quixito, onde penetramos até a última casa de seringueiros, a montante deste rio, bem acima de sua confluência com o igarapé Esquerdo.

O levantamento fundiário dos não-índios no rio Ituí e seu afluente, Rio Negro, foi realizado pelos técnicos do INCRA e ITERAM, enquanto que o levantamento do rio Quixito foi realizado apenas pelo representante do ITERAM. Para a sua não participação nesta etapa do levantamento fundiário, o técnico do INCRA alegou que o reduzido número de moradores no rio Quixito tornava desnecessário o seu acompanhamento nos trabalhos, uma vez que tanto ele pessoalmente, como representante do INCRA no GT, e o próprio INCRA, reconheciam a validade do levantamento realizado pelo engenheiro do ITERAM.

Além das informações existentes no Processo FUNAI/BSB/1074/80 e na Revista de Atualidade Indígena nº 11 (1978: 2-8), conjugados com povos indígenas no Brasil, V.5 - Javari (1981: 103-109), outros dados sobre a ocupação indígena desta área foram obtidos por este GT através de ribeirinhos dos rios Ituí e Quixito, e seus afluentes, de funcionários da AJUSOL que conhecem a área e sua história; e de dois índios que participaram da expedição da FUNAI que em 1978 realizou breve contato com alguns índios.

II — Histórico do Contato

A omissão de informações, tendo como objetivo ocultar ou, quando isto não é mais possível, dificultar a localização de malocas, tática bastante comum percebida em outros pontos do Vale do Javari, não é mais utilizada pelos madeireiros e seringueiros, pois a existência de grupos isolados na região do rio Quixito já é de domínio público tanto no rio Ituí e seu afluente da margem esquerda, o Rio Negro, como no médio Curuçá, no próprio rio Quixito e nas cidades próximas.

De modo geral as informações que se pode obter em toda a área apresentam poucas variações entre si e parecem narrar um pequeno número de contatos dos Índios com a população envolvente. Tais variações, que algumas vezes chegam a apresentar contradições entre narrativas de um mesmo fato, parecem ser decorrentes da própria intensidade com que a população regional troca entre si informações sobre os acontecimentos e também pela conotação lendária que começa a tomar conta de alguns fatos e seus personagens.

As notícias amplamente difundidas entre a população destes diferentes locais registram indícios ou vestígios encontrados na mata ou mesmo contatos que no passado estes Índios teriam travado com madeireiros e comerciantes nos rios Negro e Quixito, principalmente. Notícias de um tempo mais próximo indicam contatos esporádicos que alguns madeireiros dizem manter com os Índios nas cabeceiras dos rios Quixito e Esquerdo.

Sobre o histórico do contato do grupo as informações que o GT obteve não diferem muito daquelas expostas pela antropóloga Delvair Montagner Melatti no "Relatório de Eleição das Áreas Indígenas dos rios Itacoai e Ituí" (1980: 07-12) e que acrescidas de alguns fatos são retomadas por Júlio César Melatti no volume que trata do Vale do Javari, no levantamento Povos Indígenas no Brasil (1981), não havendo, portanto, necessidade de serem recolocadas neste relatório. Por esta razão limitaremos a apresentação aos novos dados que

possam contribuir para o aumento do conhecimento do processo de contato deste grupo com a sociedade brasileira ao longo do tempo.

"Estes Índios ainda estão por aí, o pessoal que trabalha aí vê o vestígio"; é a afirmação do senhor Hilário Batista de Andrade, que desde 1943 trabalha como seringueiro e madeireiro no rio Quixito, onde diz sempre ter visto sinais dos Índios.

Embora nunca tenha estado na maloca, Seu Hilário conta que vários seringueiros encontraram-se com os Índios no rio Esquerdo e no rio Quixito, sendo do conhecimento de todos a existência de 2 malocas e de velhos pupunhais.

Segundo Seu Hilário, um seringueiro conhecido como Moraes, que se localizava no igarapé Anta, afluente do Quixito, foi flechado pelos Índios. Apesar de andar com sua espingarda, Moraes não teria agredido os Índios, que o atingiram no peito. Ferido, Moraes ainda chegou até o barracão de Prisciliano de Souza, seu patrão, que queria mandá-lo para o baixo rio para ser atendido. Achando que não era grave o seu ferimento, Moraes insistiu em ficar no rio Quixito, vindo a falecer 4 dias depois, devido tratar-se de flecha invenenada.

O mesmo Prisciliano de Souza, criou 2 Índios, a quem deu os nomes de Ventura e João Florestal de Oliveira (ou João Caboclo), sendo este último inclusive batizado.

Além deste 2 homens outros Índios mantinham relações com Prisciliano, como era o caso de Domingos da Mata, morador do igarapé Francoforte, no alto Quixito.

Seu Hilário foi casado com uma filha de Domingos, Isabel Batista de Andrade, com quem teve um filho, Almiro, de aproximadamente 35 anos. Quando Almiro tinha 1 ano de idade, Isabel faleceu. João Florestal e Ventura, parentes de Isabel, também já estão mortos, enquanto que outros 2 Índios foram levados por Prisciliano para fora do rio Quixito não tendo mais havido notícias deles.

Entre si estes Índios falavam a sua língua, porém não conservavam os laços com seus parentes que moravam nas malocas, aos quais nunca visitavam.

Com o objetivo de introduzir os Índios de Quixito no extrativismo, Prisciliano levou para aquele rio um Índio peruano, Pancho, que deveria ensiná-los a cortar seringa. Pancho teria ficado na área durante um ano, sendo que depois da sua chegada, sob sua orientação, os Índios começaram a roubar os freqüentes de Prisciliano. Descontente com essa situação, Prisciliano enviou 8 homens para matar os Índios. Tomando de surpresa a maloca, estes homens mataram todos os Índios que lá se encontravam, tendo sobrevivido apenas os que naquele momento estavam fora. Depois disso os Índios foram para o igarapé Quixitinho, sendo, segundo seu Hilário, "aqueles que se encontram ainda no Quixitinho".

Diz Seu Hilário que os Índios roubavam machados, terçados e outros instrumentos, mas nunca puzeram fogo em tapirís nem roubaram mulheres.

Outra referência a grupos indígenas do Rio Quixito foi feita por João Cipriano da Silva, morador na margem direita do rio Ituí, logo acima da foz do Rio Negro, que diz: "esses Índios que estão morando no Quixito, antigamente moravam no igarapé dos Índios", afluente do Rio Negro e cerca de um dia de viagem da confluência deste com o Ituí.

João Cipriano registra a presença destes Índios morando no igarapé dos Índios há 33 anos, sendo que a partir de certa época passaram a frequentar a beira do Negro quando então tinham o costume de roubar macaxeira dos roçados, panelas, roupas e machado. dos seringueiros moradores na região, de madeiros e comerciantes.

Certa ocasião Oscar Gomes, comerciante da região, também citado pelos Mellati, queria levar um desses Índios para Benjamin Constant. Este Índio, que atendia pelo nome de Milton, queria ir com Oscar Gomes, porém 2 de seus irmãos, que também estavam na beira do Rio Negro, não queriam que ele viajasse. Como não conseguisse convencer os 2 homens, Oscar Gomes usou da força para jogá-los dentro d'água e baixou o rio com Milton, que estava escondido no bar-

co. Mais tarde, já em Benjamin Constant, Milton ficou doente, com febre e caxumba. Então o próprio Oscar Gomes o trouxe de volta para o Rio Negro, mandando que um outro homem o levasse até a maloca no igarapé dos Índios, onde não mais encontraram os Índios. Milton, que estava bastante doente a ponto de não ter conseguido voltar sozinho para o igarapé dos Índios, foi deixado na maloca abandonada, tendo o homem que foi levá-lo voltado a baixar o Rio Negro.

Depois disso "nunca mais deram sinal", como disse João Cipriano, até que em 1983 começaram a aparecer Índios na margem do rio Ituí, tendo o mesmo João Cipriano visto dentre estes um dos homens que conheceu morando no igarapé dos Índios.

III — Situação Atual

Como já foi assinalado pelos Melatti (1980:9; 1981:104), o processo de contato dos Índios de Quixito parece compor-se de períodos intercalados de aproximação e isolamentos na mata.

Após um período de contatos, desde 1982 os madeireiros que trabalham na região do rio Quixito não tiveram mais nenhum encontro com os Índios, sendo que exatamente a partir deste ano eles começam a aparecer a alguns madeireiros que se localizam em igarapés da margem direita do baixo Ituí.

Sem dúvida os Índios continuam ocupando a mesma região, apenas voltando-se mais para os madeireiros que entravam em sua área pelo rio Ituí do que para aqueles outros que continuavam atuar a partir do rio Quixito. A razão disso pode estar ligada a um conflito que teriam tido com 2 madeireiros da turma de João Carneiro (ou João Sulamba) que teriam ameaçado os Índios com espingardas e a morte de um membro do grupo, ocorrida provavelmente em 1981, vitimado por febre contraída dos madeireiros; ou ainda ao contato que mantiveram com a expedição da FUNAI, que segundo informantes não teria sido do agrado dos Índios.

Além dos contatos mantidos com os homens que trabalhavam em igarapés que desaguam no Ituí, os Índios do Quixito estiveram na margem deste rio em 1983 e 1984, a convite de um dos madeireiros que os incentivava a estabelecerem roçados ali. Da segunda vez os Índios permaneceram na beira do Ituí por alguns dias, retornando para a sua maloca alegando insatisfação com a quantidade de piuns e carapanãs.

Um dos madeireiros que teve contato com estes Índios informou que em 1983, aproximadamente, os Korubo atravessaram o rio Ituí e atacaram os Índios de Quixito, queimando-lhes a maloca. Com medo dos Korubo, a quem chamam de "caceteiros", por nítida influência dos regionais, os Índios de Quixito teriam se mudado mais para os lados do rio Ituí. Este madeireiro conta que logo

após o ataque dos Korubo, os outros índios chegaram ao seu tapiri no centro da mata, mostrando-lhe machados e terçados que haviam sido queimados. Segundo este mesmo informante não houve morte em nenhum dos dois grupos neste conflito.

Dois antigos moradores do rio Ituí, dizem que em julho de 1984, reconheceram entre os índios que ali estiveram, um dos homens do grupo que há muitos anos se localizava no igarapé dos índios, afluentes do Rio Negro.

Um desses informantes disse que os índios estavam todos com saúde quando chegaram ao Ituí, mas que pegaram uma "gripezinha que não foi forte não". Ao voltarem para o mato os índios teriam dito que quando passasse 8 dias voltariam à casa deste homem para trazer pupunhas. Contudo, quando da passagem do GT pelo Ituí, em agosto de 1985, já havia passado 13 meses e os índios não voltaram mais, talvez em decorrência da "gripezinha" que pegaram.

No início dos trabalhos deste GT, João Silvério Dias, então chefe do AJUSOL, contou-nos que alguns madeireiros que trabalharam no igarapé Todos os Santos, afluente do médio rio Curuçã, informaram da presença dos índios do rio Quixito naquele igarapé.

No rio Curuçã, obtivemos a confirmação deste fato, onde 3 índios desconhecidos mantiveram contatos com homens Kulina originários daquela região. Nestes contatos os Kulina entenderam muito pouco da língua falada pelos desconhecidos, mas informaram que os 3 homens vinham do rio Quixito por varadouro que vai dar nas cabeceiras do igarapé Todos os Santos.

Apesar de em certas ocasiões realizarem alguns contatos, os índios do Quixito não estão numa fase de proximidade com a população envolvente. O que se dá não é propriamente uma busca de contato, uma vez que mesmo conhecendo os varadouros os índios não têm saído ao encontro de pessoas que já lhes são conhecidas e que portanto não representam um perigo imediato. Na verdade os índios parecem aceitar o contato apenas com um pequeno número de invasores de sua área, tanto por se tratarem de pessoas que já conhecem como pelo atrativo dos presentes

que ganham nestas ocasiões, como principalmente pela experiência histórica de que uma reação frontal às invasões pode lhes ser prejudicial devido a desigualdade de forças.

Embora Melatti assinale que "não parece que os madeireiros que trabalham na área tenham até agora engajado os índios no trabalho de derrubada de árvores e nem em tarefas auxiliares", (1981:106), há vários anos a AJUSOL é sabedora de que João Sulamba utiliza mão-de-obra dos índios de Quixito no extrativismo da madeira. Esta prática nos foi confirmada pelo próprio João Sulamba e por outros madeireiros, que em troca de panelas, machados, terçados ou roupas têm sido ajudados pelos índios tanto na localização de árvores a serem abatidas como na derrubada e transporte de toras para dentro d'água, para mais tarde serem escoadas pelos igarapês e rios.

Dos contatos que realizaram, os índios aprenderam um português que embora seja muito ruim permite que entendam e se façam entender pela população ribeirinha. Nestes contatos aprenderam também a dançar forró e a cantar, o que, segundo os não-Índios, muito apreciam. Entre si os índios de Quixito falam sua própria língua, que não é entendida por nenhuma das pessoas que com eles tem contato.

Segundo um madeireiro, todo os índios, exceto o homem mais velho, manifestaram o desejo de conhecer a cidade de Benjamin Constant.

IV - População e Localização

As informações sobre estes índios indicam uma grande variação quanto ao número de pessoas que têm se apresentado durante os contatos ao longo dos anos com os madeireiros.

A partir de 1977, quando se inicia um novo período de aproximação com a sociedade nacional, os registros desses contatos indicam um grupo geralmente em torno de 8 pessoas, sendo 3 homens adultos.

Os índios que em 1983 e 1984 saíram na beira do rio Ituí são os mesmos que matinham contato com o madeireiro João Sulamba e que se apresentaram à equipe da Funai em abril de 1978. Isto se comprova com as palavras dos próprios índios que, segundo um informante, dizem conhecer João Sulamba e pelos nomes adotados por eles, bastante semelhantes àqueles mencionados por João Sulamba anteriormente.

Apesar de nunca terem falado de seu contato com a Funai, o mesmo informante reconheceu nas fotos publicadas no capítulo sobre os índios do Quixito, de Povos Indígenas no Brasil, volume 5, os índios que a seu convite vieram até o rio Ituí.

Este madeireiro que tem contato com os índios informou que a última vez que esteve com o grupo este era formado por 3 homens adultos, uma jovem mulher, 1 rapazote e 2 meninas, sendo que estes quatro últimos são filhos de um dos homens com uma mulher que morreu de gripe provavelmente em 1981. Este madeireiro conta ainda que numa ida à maloca passou por uma capoeira onde havia uma maloca que fora queimada pelos índios após a morte desta mulher.

Apesar dos contatos mais recentes terem ocorrido com um pequeno grupo formado sempre pelas mesmas pessoas, não podemos esquecer que isto parece tratar-se de uma tática adotada pelos índios para não permitir que sejam quantificados nem localizadas as suas aldeias, como também para se proteger contra a transmissão de doenças (Montagner Melatti: 1980.19).

Contudo existem outras informações que dão conta de um número bem maior

de índios, como é o caso daquela que foi fornecida pela família Mariano que diz ter contado 55 homens, numa população onde a predominância era de mulheres (Montagner Melatti: 1980, 12). João Sulamba, que é talvez o homem branco que mais conhece estes índios, informou que devido a um incidente entre 2 homens que trabalhavam na sua turma de madeireiros e os índios, chegou ao seu tapiri um grupo formado de 50 homens e 8 mulheres que pretendiam ajustar contas com os madeireiros que haviam ameaçado 2 índios.

Coincidentemente ou não, os índios que no começo de 1985 mantiveram contato com Kulina no igarapé Todos os Santos, eram 3 homens que disseram ter vindo do rio Quixito.

As informações sobre estes índios isolados indicam a existência de um grande número de malocas na região do rio Quixito, sendo que somente João Sulamba fala de 8 malocas que teria encontrado num único varadouro frequentado pelos índios.

Embora não seja impossível estabelecer com precisão a localização das várias malocas de que se refere, o certo é que tendo o alto e médio curso do rio Quixito como eixo central elas se estendem por toda a área compreendida entre o baixo Curuçã e o baixo Ituí com rio Negro, seu afluente da margem esquerda.

A maior parte das informações falam de malocas que se assemelham bastante com aquela visitada pela equipe de atração da Funai, que foi descrita pelo índio Marubo que participou deste contato como sendo de duas águas, com cobertura de palheira e sustentada apenas por esteios centrais se estendia até o chão, não havendo nenhum esteio lateral. Mais baixas que as casas usadas pelos regionais ribeirinhos, a maloca dispunha de duas portas diametralmente opostas. Um dos madeireiros que disse já ter estado na maloca dos índios apresentou uma descrição basicamente idêntica a anterior, acrescentando que a maloca tinha aproximadamente 7 metros de comprimento por 4 metros de largura, sendo formada por um único ambiente, não havendo "repartição de cozinha", como assinalou.

Vale observar que os madeireiros que tinham contato com os índios na ocasião em que a Funai esteve na área, dizem que na verdade aquela não era propriamente uma maloca, mas um tapiri que era usado pelos índios em algumas oca-

siões.

Apesar de temerem os Korubo, os Índios que estiveram na margem do rio Ituí disseram que poderiam atravessar o rio para ir caçar em território Korubo pois se estes matassem alguém, os que ficassem vivos iriam a uma maloca onde estão muitos dos seus parentes e os trariam para atacar os "caceteiros", como se referem aos Korubo.

Em diversas ocasiões os Índios mencionaram um tuxãua que mora numa maloca grande, com muitas pessoas, e que não quer o contato com os brancos. João Sulamba disse que uma vez os Índios o convidaram para ir até a maloca onde se encontrava este tuxãua, porém, como seriam gastos vários dias para esta jornada, acabou não aceitando o convite. Outra vez os Índios teriam solicitado a João Sulamba que os acompanhasse levando seus madeireiros e suas armas para matarem "Índios brabos que são inimigos deles, que moram nas cabeceiras do Quixito, no Quixitinho.

Mesmo que não se disponha de dados concretos sobre a população e as malocas de Índios isolados na região do rio Quixito, e de sua localização, é inquestionável que o seu número é bem maior do que aquele que tem se apresentado nos contatos mais recentes. A possibilidade de existência de mais de um grupo isolado nesta área é indicada pelas várias informações de que se tem conhecimento, que assinalam a presença de Índios principalmente entre a região das cabeceiras do rio Esquerdo com o rio Ituí, nas cabeceiras do rio Quixito; e nas cabeceiras do Igarapé Quixitinho com o Rio Negro.

O pequeno grupo de Índios que tem se apresentados a madeireiros, à equipe da FUNAI e aos Kulina, no igarapé Todos os Santos, tanto pode ser uma facção que deseja o contato como também pode ser uma função estratégica de fiscalização da área, acionando os outros membros do grupo em situações de ameaças, como na ocasião em que 2 Índios foram intimidados pelos madeireiros de João Sulamba.

V — Aspectos Culturais

As informações sobre aspectos culturais destes Índios não são muito detalhadas constituindo-se apenas de observações de aspectos materiais e físicos dos Índios que não permite traçar um quadro mais aprofundado sobre o grupo. Todas as informações apresentam pontos bastantes comuns, principalmente por se tratarem aspectos registrados em contatos com um pequeno grupo de indivíduos.

Os poucos dados sobre a cultura material, hábitos alimentares e prática agrícola destes Índios, leva a crer que seja um grupo de cultura Pano, devido as semelhanças que apresentam com alguns desses grupos que se localizam em regiões próximas. Reforçando este pensamento está o fato de que assim como o intérprete Mayoruna que participou do contato realizado pela FUNAI, outros 3 homens Mayoruna que trabalhavam com madeireiros do rio Ituí, entenderam algumas palavras faladas pelos Índios quando estiveram em sua maloca.

Como armamentos tradicionais os Índios de Quixito dispõem de zarabatanas, bordunas, arcos e flechas, lanças e faca de taboca, com a qual retalam os animais. Segundo um madeireiro do rio Ituí, a borduna usada por esses Índios é parecida com a dos Korubo, apenas mais facetada, enquanto que as zarabatanas e aljavas são semelhantes às dos Matis. Este mesmo homem informou que quando estão ajudando os madeireiros, estes Índios já caçam com espingardas, porém a sua arma preferida continua sendo a zarabatana e a borduna.

Os madeireiros que tem tido contato com os Índios disseram que eles não tem nenhum tipo de tatuagem. Apesar de usarem estiletes de paxiúba nas orelhas e narinas, nenhum deles estava com estes adornos quando estiveram no rio Ituí.

Durante este período no Ituí, os Índios experimentaram o feijão e macarrão, que não conheciam e que disseram ter gostado. Um dos informantes falou que estes Índios não tomam cachaça pois dizem que "queima", porém um outro homem disse que todos, inclusive as crianças, tomaram cachaça uma noite; "tomam igual nós mesmo, não tem conversa", e completou "mas não ficam bêbados, só con-

versador".

Diferentemente do que registrou o GT anterior (Montagner Melatti: 1980, 19), durante este período no Ituí os Índios mantiveram um contato estreito com os ribeirinhos, tendo participado de refeições conjuntas onde comeram arroz, feijão e macarrão, que não conheciam e que disseram ter gostado; comida com sal, que era uma de suas restrições; café com açúcar; e óleo. Quanto ao sal, apesar de lhes ter sido oferecido, os Índios não levaram para sua maloca, ao que o madeireiro explica dizendo que eles só comem comida temperada com sal quando em companhia de brancos; sendo que o açúcar também só é consumido com café.

Um fato que é comentado como engraçado por todas as pessoas do rio Ituí, é que os Índios do Quixito "remam feio", o que quer dizer que eles não sabem remar.

Também comentado por todos é que os Índios usam roupas. Contudo algumas pessoas que os conhecem mais de perto dizem que eles não gostam de roupas e que é comum esquecerem de vesti-las após as haver tirado por algum motivo.

Além da carne de caça e de frutas de coleta, e de suas armas que são os principais objetos utilizados na troca por panelas, machados, terçados e roupas, os Índios também tem cedido sua força de trabalho para a conquista destas mercadorias. Em relação as panelas, os Índios tem agido de forma curiosa, pois apesar de ser muito solicitadas parece que só as utilizam como "enfeite", como observou João Sulamba que disse haver encontrado na maloca, várias panelas que lhe dera, todas sem nunca ter sido usadas. Para cozinhar, guardar água e comida, e mesmo para comer, os Índios usam vasos de cerâmica.

VI — Invasão da Área

Na área de ocupação dos Índios do Quixito encontrava-se em agosto de 1985 um número menor de invasores do que o observado pelo GT anterior, sendo este fato decorrente da redução de financiamentos e incentivos bancários, principalmente para extrativismo da madeira. A invasão da área se dá por 3 flancos: pelos rios Quixito e Esquerdo, onde a exploração ocorria principalmente nos seus afluentes e pelo Rio Negro, por onde os madeireiros atingiam as cabeceiras do igarapé Tigre, afluente do médio Ituí.

A invasão ocorre através de seringueiros estabelecidos na área e de madeireiros que se ocupam do trabalho extrativista apenas durante alguns meses do ano.

A invasão da área indígena do rio Quixito pode ser descrita da seguinte maneira:

— no rio Quixito: 7 casas localizadas nas margens do rio.

23 madeireiros explorando os igarapês Figueiredo, Anta, Quatro Boquinhos, Quixitinho e o próprio Quixito.

4 turmas de madeireiros explorando igarapês João Grande e Quatro Bocas.

2 turmas de madeireiros que apesar de ainda não estarem estabelecidas deslocavam-se para o igarapé Piaçava.

— no rio Esquerdo: 11 madeireiros no igarapé Samauma.

1 turma de madeireiros no próprio rio Esquerdo.

4 turmas de madeireiros que apesar de ainda não estarem estabelecidas, deslocavam-se para o próprio rio Esquerdo e para o igarapé Samauma.

— no igarapé Tigre: 4 madeireiros nas cabeceiras deste igarapé.

Além destas presenças dentro da área de ocupação dos índios do Quixito, localizavam-se ainda no rio Negro, 14 casas de seringueiros e 29 madeireiros, cujos trabalhos, ao que parece, até aquele momento não atingiam os índios isolados.

Considerando que cada turma de madeireiro é formada em média por 5 homens, e que em cada casa de seringueiro pelo menos 2 homens se ocupam do extrativismo do látex, podemos estimar que a área dos índios do Quixito estava invadida em 1985 por: 14 seringueiros e 43 madeireiros, no rio Quixito; 36 madeireiros no rio Esquerdo; 28 seringueiros e 29 madeireiros no rio Negro; 4 madeireiros no igarapé Tigre.

Segundo um dos moradores do rio Quixito, no último período de extração de madeira "trabalhou muita gente no alto Quixito, no rio Negro e no Quixitinho, mas os índios não mexeram não".

Apesar de não existir notícias de conflitos recentes entre estes índios e invasores de sua área, não pode ser esquecido o risco que contatos discriminados representam para grupos isolados.

O madeireiro João Sulamba contou que em 1980 um dos homens que trabalhava em sua turma de madeireiros, por brincadeira, fingiu que ia atirar em 2 índios que chegaram ao local onde trabalhavam. Com medo os 2 índios voltaram para outro local onde se encontravam João Sulamba e, reclamando do madeireiro, disseram que iam buscar outros índios para matar aquele homem que os ameaçara. Procurando contornar a situação João Sulamba falou aos índios que iria castigar o madeireiro e que ia mandá-lo embora do rio Quixito. Com medo da reação dos índios, o madeireiro quis ir embora, porém João Sulamba o convenceu de que isso não seria preciso pois os "índios não iam fazer nada". No dia seguinte 50 índios todos pintados de urucú chegaram correndo e gritando, tomando de surpresa o acampamento onde se encontravam os madeireiros. João Sulamba conta "aí eu enfritei de peito aberto os índios. Aí eles me rodearam dizendo que queriam matar o fu-

lano. Aí falei que já tinha mandado dar cipoada no cara e que mandei embora". Os Índios insistiram em perguntar a João Sulamba se havia mandado bater no madeireiro, o que, novamente, João Sulamba disse que sim. Com isso os Índios se acalmaram e voltaram para a mata. Segundo João Sulamba entre os 50 Índios havia 8 mulheres.

Um antigo morador do rio Quixito narrou este mesmo incidente, citando que o problema teve origem quando 2 madeireiros, um conhecido como Sidomar (piauí) e um filho do madeireiro Dando, ameaçaram os Índios que haviam se manifestado descontentes com os madeireiros que mexeram em seus pupunhais de onde retiraram muitos cachos de pupunha. Quanto ao restante da narrativa ela é basicamente igual à de João Sulamba, que nitidamente procurou ocultar a origem do incidente e os nomes dos envolvidos, que aliás, disse ser apenas um madeireiro.

Outra consequência imediata da invasão da área indígena são os prejuízos na saúde advindos do contato mantido com os madeireiros e seringueiros.

Nesse sentido cabe lembrar a informação de um madeireiro que penetrou na área a partir do rio Ituí, que diz ter passado por uma antiga maloca que fora queimada após a morte de uma mulher do grupo. Esta morte teria ocorrido em 1981, devido a uma gripe pega no contato que o grupo manteve com madeireiros que trabalhavam nas cabeceiras do rio Esquerdo, afluente do rio Quixito.

Quando estiveram no rio Ituí, em julho de 1984, os Índios, que ali haviam chegado em perfeito estado de saúde, pegaram uma "gripezinha", como falou um dos moradores do rio. Mostrando-se preocupados, os Índios retiraram-se do Ituí, não mais retornando à sua beira como prometeram, ao que parece indicar que tiveram problemas com a "gripezinha" que levaram para a mata.

VII — Atuação da FUNAI na área

Assim como em outros pontos do Vale do Javari, a atuação da FUNAI no rio Quixito, tem sido marcada pela falta de um planejamento amplo. A única atuação até hoje desenvolvida e as poucas propostas apresentadas para esta área não foram fundamentadas em conhecimentos reais da situação dos índios e do contexto nacional. Sob o pretexto de desenvolver uma ação indigenista, sempre estiveram voltadas para a satisfação de anseios ou interesses pessoais, não condizentes com as necessidades dos índios.

Não fazendo parte de uma programação ampla, nem sequer contando com uma proposta para o desenvolvimento de atividades, em abril de 1978 uma equipe da FUNAI realizou um único e brevíssimo contato com os índios do Quixito. Na verdade esta expedição constituiu-se, apenas numa visita aos índios com a finalidade de aumentar os índices de grupos contatados oficialmente não representando nenhuma contribuição à política indigenista desenvolvida (ou que deveria ser desenvolvida) pela AJUSOL na área. No máximo a sua contribuição, e ainda assim de pequena monta, limita-se a considerações sobre aspectos materiais observados.

Nas referências sobre os índios arredios do rio Quixito, o relatório do GT de 1980 apresenta sugestões concretas de ação da AJUSOL na área (1980:22).

Ao se manifestar sobre a retirada dos madeireiros que se encontram na área indígena, o relatório aborda o ponto básico que ainda hoje se constitui na maior necessidade de uma atuação nesta área.

Por outro lado a sugestão de que antes mesma da demarcação da área o grupo indígena seja contatado mostra-se totalmente equivocada uma vez que a contatação de grupos isolados nunca foi uma forma de garantir e assegurar os seus direitos e a sua sobrevivência. Pelo contrário, o que temos assistido são contatações que sem estarem inseridas numa atuação indigenista programada e consistente funcionaram como a forma mais eficaz de aniquilamento e extermínio de sociedades inteiras, ou, quando não, levaram os grupos recém-contatados à margi

nalização e ao abandono de suas culturas.

Em relação à instalação do que chamou PIA Quixito, não vemos a necessidade de formação de uma equipe tão numerosa, e, quanto a sua localização nos parece totalmente imprecisa uma vez que situado acima dos limites de área não atenderá um dos seus objetivos que seria de impedir a invasão da área indígena. Acreditando que uma contatação deve representar mais do que apenas uma aproximação de grupos indígenas com a população envolvente, não concordamos que a instalação de uma frente de trabalho desta natureza possa se dar de forma parcial e precária, nem tampouco que a sua equipe seja formada por pessoal despreparado, o que, em se tratando de uma atuação da AJUSOL, requer uma atenção toda especial.

Através dos servidores da FUNAI tomamos conhecimento da existência de um plano de instalação de uma frente de contatação dos Índios do rio Quixito, que estava sendo desenvolvido a nível de AJUSOL. João Silvério Dias, então Chefe de Ajudância, falou vagamente deste plano dizendo que sua intenção era localizar e contatar os Índios; retirar os madeireiros e proibir a sua entrada na área; e ver quais as necessidades a serem atendidas. Como razões para implantação deste plano foi alegado que os Índios já apresentam alguma dependência e que procuram contato com a sociedade envolvente.

Como já foi assinalado neste relatório anteriormente não achamos que os Índios do Quixito estejam buscando o contato, e por todas as informações que obtivemos, se existe dependência esta é tão pequena que poderia ser atendida através de um esquema que não as tradicionais formas de contatação, que só tem levado os grupos contatados ao aumento da dependência.

Apesar deste plano apresentar uma boa proposta no que se refere ao desentrusamento da área e a proibição à invasões, não acreditamos na eficácia destas medidas por se tratar aqui, mais uma vez, de uma ação isolada e restrita ao rio Quixito, e que não tem sido posta em prática em nenhuma área da jurisdição da Ajudância do Alto Solimões.

Durante os trabalhos deste GT, num contato na sede da AJUSOL, em Atalaia do Norte, o sertanista Pedro Coelho de Oliveira defendeu a implantação deste plano de contatação dos Índios de Quixito, assinalando que o objetivo que acrescentava a este trabalho era a posterior transferência dos Índios para a área compreendida entre a confluência dos rios Ituí e Itaquai. Esta proposta do sertanista, a qual não sabemos se chegou a ser formulada oficialmente, mostra-se de uma total improcedência tanto pela prática condenável de transferir grupos de suas áreas originais, como principalmente pelo fato de não considerar as diferenças culturais entre os Índios do Quixito e aqueles outros isolados localizados na confluência do Ituí com o Itaquai. Acima de tudo tem que ser considerado o histórico de conflito entre estes dois grupos, o que significa dizer que colocá-los numa mesma área seria estabelecer uma guerra que acarretaria profundos prejuízos a ambos os grupos.

A implantação do plano de contatação do Índios de Quixito pela AJUSOL estava prevista para o final de 1985, sendo que a sua concretização não ocorreu devido a transferência de João Silvério Dias, o autor e maior interessado no plano de contatação.

VIII — Limites e Propostas de atuação na Área

A evidência da presença indígena na região do Rio Quixito foi ponto determinante para a inclusão desta área nos limites da interdição do Vale do Javari.

Os trabalhos deste GT confirmaram a ocupação indígena da área que se estende aos igarapês da margem direita do baixo rio Curuçã e da margem esquerda do baixo rio Ituí, e ao rio Negro, afluente do Ituí.

Por esta razão, no que se refere à área do rio Quixito, os limites defendidos por este GT coincidem com aqueles indicados pela Portaria nº 1849/E, de 06.04.85, que interdita a área indígena do Vale do Javari.

Para as faixas entre os rios Quixito e Ituí, acreditamos que sem acarretar prejuízos para os grupos indígenas, poderá ser efetuada uma adequação da linha seca aos limites naturais, isto pela maior facilidade tanto na determinação como na conservação de limites.

Ao memorial descritivo da Portaria de Interdição de Área deve ser feito uma correção na sua região Norte, uma vez que o nome do igarapé que estabelece os limites entre os Pontos 10 e 11 é na verdade igarapé Figueiredo e não Tauari, como consta na descrição.

Consonante às proposições formuladas no relatório do Grupo de Estudos Javari (1985: 02), uma atuação na área de Quixito não deve estar voltada para a realização de contatos com os Índios, mas sim efetuar o controle de invasões, impedindo que a área indígena continue a ser dilapidada por madeireiros e seringueiros. Para esta tarefa torna-se necessário a criação de um Posto de Vigilância, sendo que a sua instalação deve ser feita no limite inferior da área no rio Quixito, portanto na foz do Igarapé Figueiredo. Para os trabalhos transcorrerem com eficiência não é preciso uma equipe numerosa, bastando, a nosso ver, 2 ou 3 homens que dispor de meios tradicionais para este tipo de trabalho (rádio-fonia, motores, canoas e combustível) impeçam a invasão da área lo-

calizada acima do PV e realizem um programa de fiscalização contra invasões a partir do baixo rio Quixito.

Devido a sazonalidade das invasões no rio Quixito, que ocorrem no início dos períodos de extrativismo de madeira, o trabalho do Posto de Vigilância poderia ser realizado apenas nestes períodos, não sendo necessário durante o período de seca dos rios.

VII KANAMARI

I	Introdução	p.	162
II	Histórico	p.	164
III	Localização das aldeias e população	p.	167
	- quadro de distribuição por idade	p.	171
IV	Situação atual	p.	173
V	Aspectos culturais	p.	175
VI	Atividades econômicas	p.	177
VII	Relações sociais		
	a) Entre os grupos Kanamari	p.	179
	b) Entre os Kanamari e outros grupos	p.	179
	c) Entre Kanamari e população envolvente	p.	180
VIII	Assistência		
	- Funai	p.	182
	- OPAN/CIMI	p.	184
IX	Invasão da área	p.	185
X	Límites da área e propostas de atuação		
	a) Limites da área	p.	187
	b) Propostas de atuação	p.	188

KANAMARÍ

I — Introdução

No vale do Javari os Kanamarí se encontram em vários pontos diferentes, localizados em grupos segundo relações de parentesco. Um pequeno número de pessoas estão fixadas na cidade de Benjamin Constant.

O levantamento etnográfico do grupo Kanamarí localizado no médio rio Curuçá foi realizado na 1ª etapa dos trabalhos, simultaneamente ao levantamento dos Índios Marubo, junto aos quais se estabeleceram os Kanamarí: Na área Kanamarí do baixo Javari, ocupada pelos grupos que se localizam no antigo PIA São Luis e na boca do igarapé Irari, os trabalhos foram realizados entre os dias 22 e 26 de junho de 1985, sendo que neste período o levantamento fundiário dos não-Índios localizados na área foi feito pelo representante do Iteram.

Na segunda etapa dos trabalhos, abrangendo o rio Itaquai, o levantamento dos Kanamarí do alto rio foi realizado entre os dias 06 e 10 de julho de 1985.

O levantamento dos grupos Kanamarí no alto rio Jutai, programado para a quarta etapa dos trabalhos, não foi realizado devido os representantes do Inca e Iteram terem se retirado do GT. Quanto a isto vale assinalar que mesmo antes da realização da 1ª etapa estes técnicos já haviam manifestado sua insatisfação de terem sido indicados, pelos Órgãos dos quais são funcionários, para participar deste trabalho, previsto de grande duração. Assim principalmente o representante do Inca passou a tentar criar uma situação de animosidade com os demais membros da equipe. Não tendo conseguido o seu intento os técnicos do Inca e Iteram apresentaram acusações infundadas principalmente contra os responsáveis pelo levantamento etnográfico, como pretextos para o seu afastamento do GT.

Os relatórios dos GTs de 1980 tratam os Kanamarí com superficialidade. Isto se deve tanto ao próprio ritmo empreendido a este tipo de levantamento pela Funai e ao fato dos seus técnicos que visitaram os rios Itaquai e

Jutaí serem conhecedores mais profundos de outras culturas que não a destes grupos, como também pela pouca bibliografia específica até então disponível sobre os Kanamarí. Júlio Cesar Melatti (1981) retoma os dados apresentados nestes relatórios acrescentando informações contidas em outros documentos administrativos da Funai.

Somando-se à estes a proposta de área Kanamarí do rio Juruá (Proc. Funai/BSB/2704/84), o trabalho de Araci Maria Labiak e Lino João de O. Neves, sobre a cultura Kanamarí, e ainda os documentos, relatórios e ofícios encaminhados à Funai pelo Projeto Kanamari - Opan/Cimi, os Kanamarí encontram-se hoje satisfatoriamente descritos.

Por esta razão o presente relatório não apresenta uma descrição do histórico e da cultura dos grupos Kanamarí, o que poderá ser encontrado no conjunto das referências anteriores.

Uma visão geral da situação dos diversos grupos é formulada a partir de informações obtidas pelo GT através dos próprios Índios, no médio Curuçã, no baixo Javarí, no alto Itaquaí e nas cidades de Benjamim Constant e Atalaia do Norte; através do atendente de enfermagem que por um curto tempo trabalhou no alto Itaquaí; e através das informações fornecidas por membros da equipe do Projeto Kanamari - Opan/Cimi, que deste 1979 atua junto aos grupos no alto Jutaí, onde não foram realizados os levantamentos por este GT., devido a suspensão dos trabalhos em decorrência da retirada dos técnicos do Incra e Iteram.

II — Histórico

Vários grupos indígenas de línguas diferentes foram apelidados pelo nome genérico de Kanamarí. O presente relatório trata dos Kanamarí da Família Linguística Katukina, que tradicionalmente dominavam toda a área formada pelos vales dos altos e médios rios Juruá e Jutai.

"Os Kanamarí permaneceram praticamente isolados até a segunda metade do século XIX, quando as frentes extrativistas principalmente da seringa penetraram no rio Juruá e regiões limítrofes. Esta ocupação, sem outro interesse além da exploração e comercialização da borracha, não dispensava aos índios nenhum tratamento especial, utilizando-se tanto da mão-de-obra indígena, como de domínio de seus territórios." Estas palavras apresentadas no histórico do Processo Funai/BSB/2074/84 dizem respeito também aos Kanamarí localizados na área indígena do vale do Javari, originários daquela área mencionada.

Com a chegada dos brancos em sua área os Kanamarí passaram a conhecer doenças até então inexistentes, o extrativismo do látex e a ocupação de suas terras pelo invasor. Em troca, os índios passaram a experimentar processos de depopulação, de dispersão e de transferência para outras áreas.

A fixação da maior concentração populacional destas frentes de ocupação no médio Juruá se deu na localidade atualmente denominada Eirunepê, no coração da área Kanamarí. Com isto os grupos que se encontravam neste ponto transferiram-se para as cabeceiras do rio Jutai, estabelecendo-se junto aos Kanamarí originários desta área. A migração dos Kanamarí da beira do Juruá, na região de Eirunepê, para o rio Jutai foi a primeira etapa do processo migratório que passou a caracterizar este povo na sua busca de um abrigo seguro contra as invasões por parte dos brancos.

Outras migrações continuaram a ocorrer, sempre tendo como razão básica a tomada do território Kanamarí pelos seringueiros e seringalistas. Um dos relatórios do Posto Indígena do rio Gregório, que atendia principalmente os Kulina no médio Juruá, assinala na década de 20 a migração de famílias Kanamarí que deixando a região do rio Juruá transferiram-se para as cabeceiras do rio Itaquai para se dedicarem ao extrativismo da seringa, sendo que a comer

cialização da produção era feita no rio Juruá.

Pela falta de interesse imediato das frentes de penetração em relação às áreas que ocupavam, estes grupos gozaram de um período de relativa tranquilidade.

Pelo fato de não ter ocorrido situação mais trágica envolvendo estas duas sociedades e pelo total descaso de uma atuação mais sistemática junto aos índios, por longo tempo não são observadas referências sobre estes grupos. Por esta razão acontecimentos marcantes nas suas vidas são registradas apenas na lembrança dos índios, o que torna bastante difícil precisá-los no tempo.

Nesse sentido os processos migratórios seguintes enfrentados pelos Kanamarí que se localizaram no rio Itaquaí não podem ter suas datas precisas.

Após um período de relativo isolamento no alto Itaquaí, de onde só se deslocavam para o Juruá para vender a produção de borracha, os Kanamarí transferiram-se para perto da foz do rio das Pedras, onde começaram a comercializar com o "patrão" que aí se localizava. Este deslocamento ocorreu depois da morte do "patrão" do rio Juruá.

Proavelmente nos anos 50, uma parte dos Kanamarí do alto Itaquaí se transferem para o alto rio Curuçã, para onde são levados por um comerciante para quem trabalharam. No Curuçã permaneceram pouco tempo, retirando-se para o igarapé Irari, afluente do baixo Javarí, após a morte do comerciante que os levava.

Outros Kanamarí que haviam ficado no alto Itaquaí deslocam-se, provavelmente no final dos anos 50 para o igarapé Mirim, afluente da margem esquerda do médio Javarí, em território Peruano. Devido a desentendimentos com o madeireiro que os levava para trabalhar no igarapé Mirim, os Kanamarí deixam esta área e se estabelecem na localidade denominada São Luis, na margem direita do baixo Javarí.

A maior parte dos Kanamarí retornam para o Itaquaí, permanecendo no São Luis apenas algumas poucas famílias e no Irari um grupo que é praticamente a base do grupo que atualmente se localiza naquele igarapé.

No Itaquaí os Kanamarí novamente se localizam no alto curso do rio,

sendo que apenas em 1972 a Funai toma conhecimento da existência deste grupo.

Em 1973 a Funai instala o Subposto Massapê, no alto rio Itaquai para atender os Kanamarí que ali se encontravam. A partir de um primeiro momento lembrado pela disponibilidade de atendimento e até pela fartura de mercadorias e de outros gêneros, o Subposto Massapê passa a viver o abandono de suprimentos que foi tornando cada vez mais precário o atendimento. Em 1975 o Subposto é desativado, dando início a um período que é marcado pelas frequentes reativações e desativações dos Postos destinados ao atendimentos dos Kanamarí.

Em 1977, em consequência da indefinição do Posto, os Kanamarí são levados para o São Luis, onde já moravam alguns Kanamarí remanescentes de migrações anteriores, e onde a Funai instala o PIA São Luis.

Em 1978, novo fluxo migratório leva de volta uma parte dos Kanamarí para o rio Itaquai, marcando a última grande divisão do grupo.

III — Localização das Aldeias e População

Em 1985 os Kanamarí se encontravam localizados como grupos em 4 diferentes pontos da área Indígena do vale do rio Javari: no alto Jutaí, no alto rio Itaquaí, no baixo rio Javari, e médio rio Curuçã.

A grande maioria da população Kanamarí na área do vale do Javari vive aldeada em 9 grupos locais, sendo 3 no rio Jutaí, 3 no rio Itaquaí, 2 no rio Javari e 1 no rio Curuçã. Apenas um pequeno número se encontrava fora das aldeias.

Os contatos de visita entre os grupos são bastante comuns, principalmente entre aqueles localizados nos rios Itaquaí, Javari e Curuçã, isto pela maior facilidade de locomoção. Contudo vale frisar que no alto Itaquaí se encontravam 2 famílias moradoras do rio Juruá, enquanto 3 homens do grupo do Itaquaí estavam em visita aos grupos do Juruá.

Nas visitas, normalmente a parentes próximos, por vezes se prolongam durante meses seguidos, ocorrendo uma verdadeira inserção dos visitantes no grupo como se ali estivesse fixados.

Por esta razão os dados a seguir apresentam cada grupo local, segundo o número de casas e famílias, quando da passagem do GT.

GRUPO LOCAL	Nº DE CASA	Nº DE FAMÍLIAS	T. DE PESSOAS	
ALTO RIO JUTAÍ				
Aldeia do Nauã	8	21	76	
Aldeia do Caraná	7	10	28	121
Aldeia do Davi	2	6	17	
ALTO RIO ITAQUAÍ				
Massapê Velho	8	11	51	
PIA Massapê	17	39	164	224
Colocação Sibiro	1	3	9	
BAIXO RIO JAVARÍ				
Antigo PIA S. Luis	14	25	80	107
Boca Ig. Irari	5	6	27	
MÉDIO RIO CURUÇÃ				
Antigo PIA Curuçã	6	6	21	21
TOTAL	68	117	473	

Além das 3 aldeias do rio Jutaí, usadas pelos 3 grupos locais na época do verão, durante os trabalhos de extração da látex da seringueira, existe uma outra grande, a aldeia do Queimado onde os 3 grupos se reúnem durante a época das chuvas, para o período de festas. Fora estes período, a aldeia do Queimado fica praticamente vazia.

Nos dados de população da aldeia do Nauã, não foi incluída uma mulher branca, casada com homem Kanamarí, estando porém computado o filho do casal.

Na população da aldeia do Caraná, foi incluída uma mulher Tsohom Dja pa, devido ao fato destes dois grupos apresentarem uma grande proximidade cultural.

Em maio de 1985 havia 4 mulheres gestantes no rio Jutaí, sendo 2 da aldeia do Nauã e 2 da aldeia do Caraná.

No rio Itaquaí, além dos 3 locais onde se encontram fixadas famílias Kanamarí existem algumas colocações de seringa que são utilizadas em alguns momentos durante o período propício ao extrativismo. Os 3 locais fixos são: Massapê Velho, local do antigo PIA Massapê, desativado; Massapê pouco acima da foz do igarapé São Vicente, local onde o Posto foi instalado na sua última reativação, e colocação Sibiro, abaixo do igarapé Sibiro.

Além das 2 famílias oriundas do rio Juruá, 2 homens vindos do rio Javarí também se encontravam em visita aos seus parentes. Pelas razões já expostas, estes visitantes, que perfaziam um total de 6 pessoas foram computados na população do grupo local do Pia Massapê.

Por outro lado, não foi computada uma família, de 2 adultos e 2 crianças, que estavam morando abaixo do rio das Pedras, afluente da margem esquerda do Itaquaí, trabalhando com um não-índio, para quem cortava seringa.

No alto Itaquaí, em 1985 havia, 8 mulheres gestantes, sendo 3 do grupo do PIA Massapê e 5 do Massapê Velho.

O grupo da Boca do igarapé Irari ocupava até bem pouco tempo este igarapé, de onde deslocou suas casas para fixá-las na margem direita do rio Javarí, pouco acima de sua confluência com o Irari.

Os dados populacionais não incluem uma mulher casada com um dos homens Kanamarí. Não conhecendo muito bem a sua origem, esta mulher disse ser filha "caboclo Maricawa" e, ao procurar explicá-la faz alguma relação com os Ticuna do alto Solimões. Os 4 filhos deste casal, sendo 3 meninas e 1 menino, foram computados na população do grupo.

Duas mulheres moradoras na Boca do igarapé Irari estavam grávidas em julho de 1985.

O grupo do PIA São Luis está localizado na margem esquerda do baixo Javarí, abaixo da foz do rio Curuçã, no local daquele antigo Posto, hoje desativado.

Duas famílias ligadas ao grupo do São Luis moram em casa separadas da aldeia. Uma dessas famílias, formada por homem Kanamari casado com não-índia, mudou-se recentemente para a ponta de baixo do estirão, ainda bem perto de São Luis. A outra família, formada por homem branco separado de mulher Kanamarí, e por 2 filhos deste casamento, mora no verão abaixo da foz do igarapé Maia, afluente do rio Curuçã, e no inverno se transferem para junto do grupo.

No levantamento populacional não foram incluídos este homem e esta mulher não-índio, sendo contudo computado os filhos de seus casamentos com Kanamarí. Não foram incluídos também um homem que se encontra trabalhando como madeireiro no alto rio Javarí, uma menina que mora com família peruana no baixo Javarí e uma moça que trabalha em Benjamim Constant.

No antigo PIA São Luis apenas uma mulher estava grávida em julho de 1985.

No curuçã: os Kanamarí se estabeleceram junto aos Marubo originários do alto rio, que por vez se fixaram no local onde se instalou o o PIA Curuçã, que estava sendo transferido para o alto curso deste rio em junho de 1985.

Além das 3 casas que ocupam no pátio do Posto, os Kanamarí trabalham durante o verão numa colocação para o corte de seringa no médio Curuçã, a montante do Posto, onde se encontram as outras 3 casas.

Duas mulheres Kanamari são casadas com homens Marubo, sendo que uma

delas era única Kanamarí do médio Curuçã que estava grávida. Estes homens Marubo não foram computados no levantamento populacional Kanamarí, o mesmo ocorrendo com um menino e uma menina, filhos de um dos homens Marubo com a mulher gestante. Também não foi incluído um menino, filho desta mesma mulher com homem Kanamarí e que mora atualmente com uma irmã de sua mãe em Benjamin Constant. Tanto os homens Marubo como aquelas duas crianças foram incluídas no levantamento dos Marubo do médio Curuçã.

Todas as aldeias Kanamarí são formadas hoje por casa no estilo regional, com cobertura de palha (normalmente caraná) e assoalho de troncos de paxiúba batidos. Quando existem paredes, estas também são de paxiúba, porém as casas Kanamarí dificilmente são cercadas em toda a sua volta, também muito dificilmente existem divisões internas nas casas Kanamarí.

Na distribuição da população por sexo e faixa etária a tabela a seguir mostra um animador incremento populacional entre os Kanamarí no vale do Javari, onde, em 1985, 195 pessoas (41,2% da população) tinha menos de 15 anos e entre estas 31 eram crianças com menos de 1 anos de vida, dando um percentual de 6,5%.

A força de trabalho ativa dos grupos, representada por 205 pessoas é de 43,3% da população total.

No que se refere à cultura Kanamarí, a tabela fornece índices também animadores, uma vez que que 12,0% da população é representada por 57 pessoas idosas, que são aquelas que fazem a transmissão da história deste povo aos mais jovens.

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

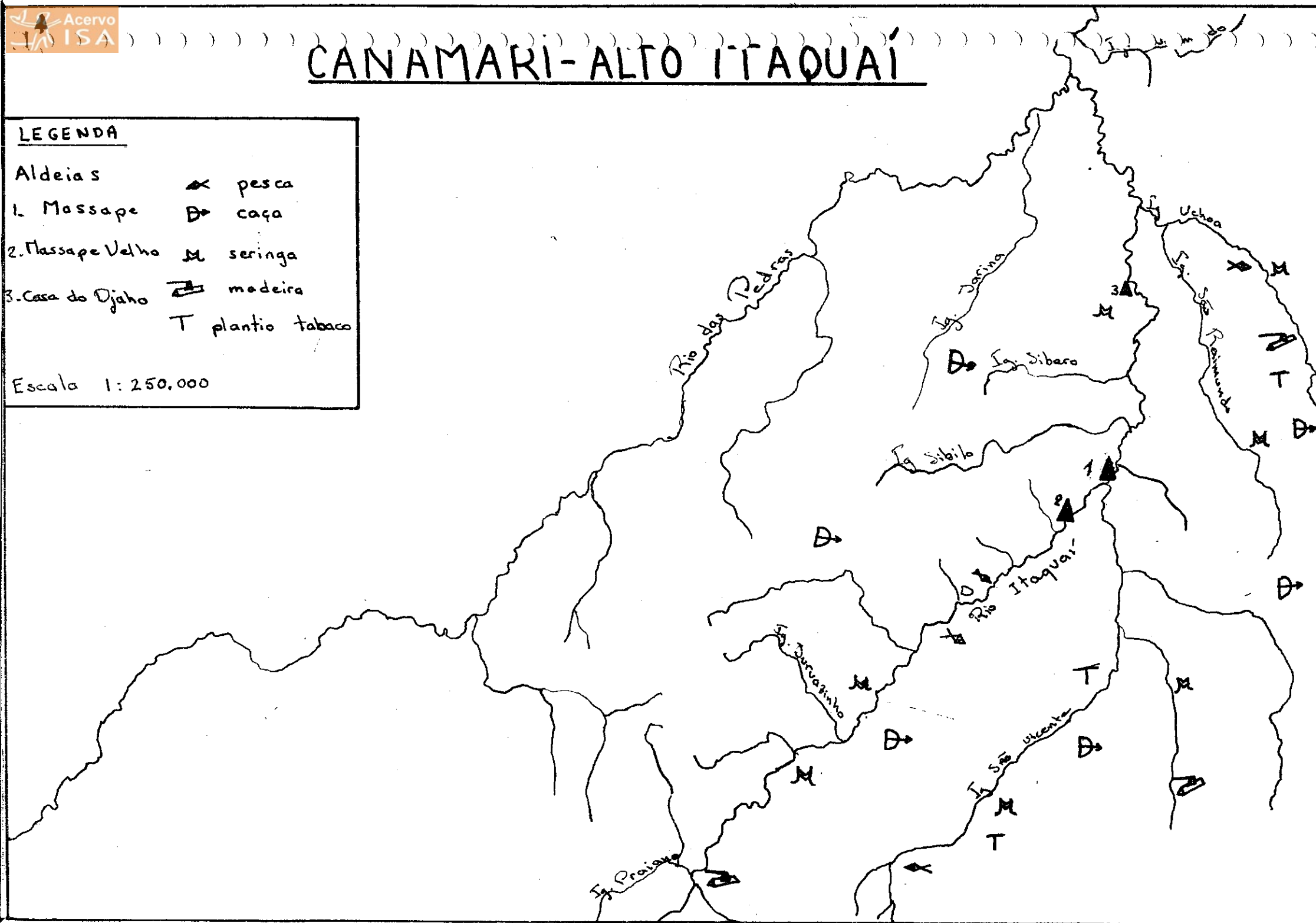
FAIXA ETÁRIA	RIO CURUÇÁ		BAIXO RIO JAVARÍ				ALTO RIO ITAQUATÍ						ALTO RIO JUTATÍ						TOTAL
			ANT. PIA S. LUIS		BOCA IG. IRARÍ		MASSAPE VELHO		PIA MASSAPE		COL. SIBIRO		ALD. DO NAUÁ		ALD. DO CARANA		ALD. DO DAVI		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
0 - 11 m	1	-	3	2	2	2	-	1	5	6	-	-	4	3	-	1	-	1	31
1 - 4	2	1	4	1	3	1	5	3	10	10	1	-	5	6	1	2	2	-	57
5 - 9	2	-	6	6	3	1	2	6	18	4	1	1	3	4	2	1	1	1	62
10 - 14	2	2	4	6	1	-	3	3	3	11	-	-	4	3	2	-	-	1	45
15 - 19	3	1	7	3	3	1	2	2	9	10	-	-	3	2	1	5	1	1	54
20 - 24	1	-	4	1	-	1	-	-	4	3	-	-	4	6	2	1	1	1	29
25 - 29	-	2	3	5	1	2	1	5	11	10	-	-	3	6	1	-	2	1	53
30 - 34	1	-	2	2	1	-	1	1	5	5	-	-	4	2	1	-	-	-	25
35 - 39	-	1	4	2	1	-	5	1	3	2	-	1	3	1	1	2	1	-	28
40 - 44	-	1	-	-	-	1	1	3	2	3	-	-	1	2	1	1	-	-	16
45 - 49	1	-	2	1	-	-	-	-	2	4	-	-	-	1	1	-	-	-	12
50 - 54	-	-	-	-	-	-	-	1	6	3	1	-	3	1	-	-	1	-	16
55 - 59	-	-	1	2	-	-	2	-	3	1	-	-	-	-	1	-	-	1	11
+ 60	-	-	3	3	1	1	1	2	2	1	-	-	1	1	1	-	1	-	18
Sem informação	-	-	2	1	1	-	-	-	5	3	2	2	-	-	-	-	-	-	16
SUB-TOTAL	13	8	45	35	17	10	23	28	88	76	5	4	38	38	15	13	10	7	
TOTAL GERAL	21		80		27		51		64		9		76		28		17		473

CANAMARI-ALTO ITAQUAÍ

LEGENDA

Aldeias	✕	pesca
1. Massape	▷	caça
2. Massape Velho	M	seringa
3. Casa do Djaho	▣	madeira
	T	plantio tabaco

Escala 1:250.000



IV — Situação Atual

Desde a chegada das primeiras frentes de ocupação que atingiram seu território, os Kanamarí têm procurado manter relações pacíficas com a sociedade envolvente. Esta atitude foi a responsável tanto pela entrada cada vez maior de não-Índios nas áreas dos grupos, como pelo seu envolvimento no processo, extrativista.

Contudo devido a forma como se envolveram neste processo, resguardando a cultura e os hábitos do seu povo, estas relações são fortemente marcadas pelo conceito de que os Kanamarí não gostam de trabalhar, isto porque se dedicam ao extrativismo em menor escala que os seringueiros brancos, empregando o restante do tempo em manifestações culturais próprias.

Tão prejudicial para os Kanamarí quanto seu envolvimento no extrativismo é a expectativa que os grupos fizeram em relação ao inúmeras vezes prometido atendimento por parte da Funai. O frequente fracasso das frentes de trabalho que diversas vezes foram instaladas e posteriormente desativadas de suas áreas, transformou o que era expectativa em frustração, responsável pelo surgimento entre os Kanamarí de um sentimento de abandono por considerarem que ninguém efetivamente se interesse por sua situação.

Deste sentimento os grupos passam a procurar uma aproximação com comerciantes e ribeirinhos na tentativa de suprirem as suas necessidades, o que os leva ainda mais à dependência e, por conseguinte, permeia o seu território à exploração pelos brancos.

A precária situação material e de saúde dos Kanamarí é a tônica constante dos relatórios e documentos de todas as equipes de trabalhos que estiveram no vale do Javari.

Esta situação não apresenta muita mudança em relação àquela já descrita anteriormente, sendo que ao nosso ver ela se encontra mais grave no alto rio Itaquai, tanto pela enorme distância que em muito dificulta ao grupo o suprimento de suas necessidades como pelo abandono a que estão sujeitos por parte da Funai que na tentativa de justificar a sua omissão alega exatamente a distância como fator principal da sua retirada da área.

O grupo localizado no antigo PIA São Luis vive esta mesma situação de abandono, apenas tendo a seu favor a sua proximidade de um rio de grande trânsito, onde as alternativas ao atendimento de suas necessidades são numericamente maiores, e a maior facilidade de acesso à sede da Ajustol, o que contudo não lhes tem trazido grandes vantagens.

Entre todos os grupos, os do alto rio Jutai são os que se encontram em melhor situação tanto porque não estão sujeitos a influências tão fortes por parte da sociedade envolvente, que é o caso dos grupos localizados no rio Javari, como pelas próprias condições de independência à comerciantes, ribeirinhos e à própria Funai, que só conhecem de rapidíssimo contato. Esta independência material e psicológica é responsável por uma melhor condição de vida, que se reflete numa alimentação mais rica e variada como na maior preservação da cultura Kanamarí.

Os Kanamarí do alto rio Jutai eram os únicos que contavam com um atendimento, que lhes é prestado pelo Projeto Kanamarí, da Operação Anchieta (Opan), ligado à Prelazia de Tefé, que desde 1979 atua na área. Era também no alto Jutai que se encontrava o único trabalho em educação sistemática, desenvolvido pelo Projeto Kanamarí.

Quando da passagem do GT pelas áreas os demais grupos Kanamarí se encontravam totalmente desassistidos. O PIA Massapê, teve nos últimos tempos um atendimento não frequente e via-se novamente sem atendente de enfermagem, uma vez que o ali lotado fora transferido sem que outro tenha sido designado para substituí-lo. Os Kanamarí que se localizaram no PIA Curuçã, também atraídos pela possibilidade de atendimento, vieram-se, juntamente com os Marubo e os Kulina, novamente sem acompanhamento uma vez que o Posto estava se transferindo para o alto Curuçã.

V — Aspectos Culturais

A relação de proximidade com as frentes de ocupação que atingiram suas áreas e o envolvimento no processo extrativista, fizeram com que os Kanamarí incorporassem alguns hábitos e valores da sociedade brasileira, principalmente pela adoção de bens materiais como ferreamentas, panelas, roupas, remédios, fósforo sal e instrumentos para caça e pesca.

No aspecto social os Kanamarí receberam influências a partir dos comerciantes, da população regional e da própria Funai, originando certas conotações de lideranças. Este fato ocorre principalmente em relação a alguns homens que dominam melhor a língua portuguesa e que por isso passam a ser intermediários entre o grupo e a população envolvente ou funcionário Índio (ou mesmo apenas por uma relação de amizade com os servidores da Funai) passam a ser conceituados como líderes e representantes dos grupos. Estas pessoas são geralmente aceitas pelos grupos em suas relações com a sociedade envolvente porém este "status" que lhe foi atribuído não costuma causar interferência no seu papel na comunidade.

Devido a estas influências algumas observações superficiais e de um primeiro momento podem levar a uma impressão não verdadeira sobre a cultura dos diversos grupos.

Com menor ou maior influência dos contatos que mantêm com a sociedade envolvente, todos os grupos Kanamarí localizados no vale do Javari conservam a sua cultura.

Talvez se possa dizer que os Kanamarí do alto Jutai e do alto Itaquai são os que de forma mais íntegra conservam sua cultura, o que lhes é facilitado pelo relativo isolamento em que se encontram não sofrendo o assédio constante das populações não-Índias. Em relação aos Kanamarí do São Luis, apesar de terem presente a sua cultura, nitidamente procuram não manifestá-la tão abertamente devido às razões por vezes desrespeitosas por parte da população envolvente.

De todos os grupos, o que se localiza na Boca do Igarapé Irari é que mais sofre a influência destes contatos, sendo que é entre ele que a

cultura Kanamarí menos se manifesta no dia-a-dia. Sem dúvida isto se deve à sua localização na beira do rio Javarí, onde é muito grande o trânsito, o que lhes facilita um contato estreito com madeireiros e comerciantes que se dirigem ao alto Javarí. É neste grupo que as casas apresentam uma semelhança maior com as casas de ribeirinhos, tanto na sua estrutura física como nos bens industrializados que aí são consumidos em maior quantidade que em qualquer outro grupo Kanamarí.

Todos os grupos mantêm a língua materna que é praticamente a única empregada na conversação entre pessoas Kanamarí. Nas relações com a sociedade envolvente ou com outros grupos indígenas, os Kanamarí fazem uso do português falado regionalmente. De modo geral os Kanamarí localizados nos rios Itaquaí, Javarí e Curuçã, conseguem se expressar em português bem melhor do que aqueles que se encontram no rio Jutaí e mesmo no rio Juruá.

Embora não tenhamos presenciado nenhuma festa tradicional dos Kanamarí no período da realização dos trabalhos do GT., foram observados vários indícios de que estas haviam acontecido no São Luis e no alto rio Itaquaí. Esta dedução, feita a partir dos "Wakoama" (máscara utilizada durante as festas) de confecção recente, foi confirmada pelos próprios índios que nos contaram que poucos dias antes de nossa chegada àquelas áreas foram realizadas grandes festas onde estiveram presentes todos os membros dos grupos.

Informações mais detalhadas sobre os diversos aspectos da cultura Kanamarí são descritas em aspectos da cultura Kanamarí (Labiak e Neves:1985) e no Proc./BSB/2704/84, não havendo necessidade portanto de ser desenvolvido neste relatório.

VI — Atividades Econômicas

De modo geral os Kanamarí dispense a maior parte do seu tempo de trabalho para as atividades ligadas à subsistência.

Os grupos visitados pelo GT no vale do Javari não contavam com muitos roçados, sendo que talvez apenas no alto Itaquaí fossem suficientes para atender as necessidades.

A caça e a pesca também não existem com fartura nos grupos quando de nossa passagem no grupo do médio Curuçã e na colocação Sibiro, no alto Itaquaí havia alimentação em quantidade bastante para todos. No São Luis, ao que indica, a pouca alimentação em carne e peixe não ocorre apenas em determinadas épocas, pois como nos foi informado os locais onde ainda hoje existe caça e pesca estão restritos e com uma certa distância da aldeia.

Como os trabalhos do GT nas aldeias Kanamarí foram realizados no início do verão, as atividades a que os grupos mais se dedicavam naquela ocasião estavam voltadas para a comercialização. Em todos os grupos, alguns homens, em número variado, se ocupavam no preparo das estradas de seringa. Algumas das estradas de seringas localizavam-se próximas às aldeias, porém como o seu número não era bastante para todos os interessados, certos homens preparavam colocações um pouco mais distantes, para onde se deslocariam com suas famílias durante o período de corte.

Normalmente o trabalho em colocações fora da aldeia é realizado em etapas curtas, após as quais as pessoas que passaram alguns dias separados dos grupos voltam para a aldeia.

O trabalho na extração da madeira é feito em alternância com o corte da seringueira.

Em todos os grupos visitados obtivemos informações que alguns homens haviam trabalhado na madeira, sendo que em alguns casos esta foi levada para ser vendida em Atalaia do Norte, onde atingem melhor preços.

Do alto rio Itaquaí um carregamento de madeira foi rebocado em motor da Ajusol, enquanto que outro carregamento foi vendido no próprio rio devido a falta de motor para levá-lo à cidade.

Os Kanamarí do São Luis fizeram severas reclamações da Ajusol que segundo eles não cumpriu um acordo anterior, o que acarretou a perda de toras de madeira.

Praticamente toda a comercialização realizada na área é feita no sistema de troca onde a produção é entregue ao comerciante ou patrão que fornece mercadorias em pagamento.

Quando a venda da produção é feita na cidade, além de melhor preço conseguido existem mais alternativas para realizar a compra de mercadorias, até porque nesses casos o valor da produção costuma ser pago a dinheiro.

Os produtos básicos empregados para a comercialização são a borracha e a madeira, sendo que em poucas ocasiões esta é feita com produtos da agricultura e da coleta.

A série de contatos a que foram submetidos criaram nos Kanamarí hábitos e necessidades que na maior parte das vezes não têm condições de suprir satisfatoriamente devido ao grande desequilíbrio de valores atribuídos pelo comerciante às mercadorias desejadas e à produção disponível para troca.

VII — Relações Sociais

a) Entre os grupos Kanamarí

As relações entre os grupos locais de uma mesma área são intensas, a ponto de muitas vezes ser difícil precisar a qual deles pertence uma pessoa. Não raro ocorre o deslocamento de todo um grupo que por algum tempo permanece junto a outro. Estas situações são absolutamente normais no dia-a-dia dos grupos, não necessitando de razões especiais para ocorrerem e podendo se estender por um longo tempo. Tão comuns são estes contatos que eles não são chamados nem de visita.

As relações entre grupos localizados em áreas diferentes são também frequentes, apesar da dificuldade de locomoção e das distâncias que os separam. Em geral estas relações são visitas entre parentes que se encontram separados fisicamente. Estas visitas se dão de forma individual, por famílias ou até mesmo por todo o grupo. Na época do inverno os grupos Kanamarí realizam as suas festas tradicionais, sendo comum a visita entre 2 ou mais grupos.

Dos grupos que se localizam no vale do Javari os contatos parecem ser mais frequentes entre os dos rios Itaquai, Javari e Curuçã, isto devido à maior facilidade de acesso entre as áreas. Quando da passagem do GT por cada um desses grupos, lá se encontravam pessoas dos outros dois grupos, algumas já há bastante tempo em visita.

Dos grupos do vale do Javari nos pareceu que os Kanamarí da Boca do Igarapé Irari são os que se encontram mais distanciados dos demais grupos, apesar da existência de laços de parentescos bastante estreitos.

Se a maior dificuldade de contato com os grupos do Jutai e mesmo do Juruá limita as relações entre estes Kanamarí, ela não chega contudo a impossibilitar as visitas. Prova disto é que no alto Itaquai havia 2 famílias do rio Juruá, enquanto que 3 homens deste grupo se encontravam passeando nos grupos do Juruá e do Jutai.

b) Entre os Kanamarí e outros grupos Indígenas

Com os Tsohom Djapa (gente do Tucano), grupo isolado que se localiza na região do rio Jandiatuba com o rio Jutai, os Kanamarí do alto rio Jutai têm

contatos esporádicos quando recebem a visita deste grupo nas suas aldeias localizadas na margem do rio Jutaí. Os Tsohom Djapa são da mesma família linguística Katukina, a mesma dos Kanamarí, o que permite que se entendam. Estes contatos são amistosos havendo inclusive um casamento de homem Kanamarí com mulher Tsohom Djapa.

Com os Marubo do médio rio Curuçã os Kanamarí mantêm relações não muito antigas, que se estabeleceram a partir do casamento de uma mulher Kanamarí com homem Marubo. Após este casamento alguns parentes desta mulher se deslocaram para o rio Curuçã, onde se estabeleceram na sede do antigo PIA Curuçã, junto a famílias Marubo. As relações entre os Kanamarí do médio Curuçã e os Marubo não têm sido do agrado destes, que, acusando os Kanamarí de se utilizarem dos seus roçados, já solicitaram ao Chefe do Posto que providencie a sua remoção para outro local.

Com os Mayoruna as relações se dão principalmente com os grupos do antigo PIA São Luis e da Boca do Irari, isto quando da passagem dos Mayoruna do alto Javarí no São Luis ou quando da passagem dos Kanamarí na aldeia Mayoruna do Lameirão, no baixo Javarí. Em relação aos Mayoruna os grupos do São Luis e da Boca do Irari falavam com uma certa satisfação, dizendo que são seus amigos.

Alguns Kanamarí do alto Itaquai mantiveram no passado contatos com os Índios Matís no rio Branco, afluente da margem esquerda do Itaquai. Estes contatos ocorreram antes da Funai ter feito a atração dos Matís. Os Kanamarí lembram com satisfação dos Matís e dizem que os contatos que mantiveram com eles foram amistosos.

O grupo da Boca do Irari mantêm relações com um grupo Yagua localizado na margem esquerda do baixo Javarí, bem perto das casas dos Kanamarí-que manifestaram uma grande amizade àqueles Índios.

c) Entre os Kanamarí e a população envolvente

Devido a sua própria localização na beira do rio Javarí, onde a todo momento passam comerciantes e madeireiros, os grupos da Boca do Irari e do São Luis são os que mantêm relações mais frequentes com a população envolvente.

Nos outros grupos estas relações ocorrem com os ribeirinhos localizados na área, sobretudo quando de passagem em visita a parentes; com madeireiros que invadem suas áreas para extração das árvores; e com os regatões e comerciantes que atingem as áreas, com os quais realizam a comercialização.

As relações com a população envolvente, com qualquer que seja o objetivo que se realize, são marcados por um forte preconceito e até mesmo ódio contra os índios. Além da discriminação que sofrem quando da passagem pelas cidades, em trânsito para outros grupos ou para a comercialização, os Kanamarí enfrentam estes mesmos problemas em suas próprias áreas. Estes preconceitos mostram-se mais forte por parte das populações envolventes mais próximas, o que vale dizer: invasores da área Kanamarí, tornando de certa forma compreensível esta situação devido o conflito de interesses ligados à ocupação da área.

Por outro lado é imperdoável que pessoas que deveriam auxiliar e defender os índios tenham este mesmo comportamento. Como já assinalou Delvair Melatti no seu relatório sobre o rio Itaquai (1980: 50), este preconceito está presente na própria Ajudância do Alto Solimões que conceituam os Kanamarí como "preguiçosos e ladrões".

VIII — Assistência

A assistência aos Kanamarí localizados no vale do Javari é feita pela Funai aos grupos dos rios Itaquai, Javari e Curuca, e pelo Projeto Kanamarí-OPan/Cimi aos grupos do rio Jutai.

A situação dos Kanamarí dos rios Itaquai, Javari e Curuca é de completo abandono, sofrendo as mesmas consequências da falta de planejamento que atinge a todos os outros indígenas da área atendidos pela Funai.

A situação atual dos Kanamarí do alto Itaquai e do São Luis refletem as marcas das constantes e não criteriosas alternâncias nas ativações e desativações dos postos após as paralizações dos trabalhos. É importante observar que as mudanças de ação da Funai junto aos Kanamarí nunca foram etapas de uma programação de trabalho em desenvolvimento nem tampouco foram acarretadas pelo cumprimento de metas estabelecidas. As desativações e reativações dos Postos, e as transferências dos Kanamarí sempre estiveram voltadas para uma maior comodidade e facilidade para o desenvolvimento de trabalho que nunca se concretizaram.

Após um período de atuação do PIA São Luis, a assistência aos Kanamarí é suspensa com a desativação do Posto que mais tarde retorna ao mesmo local de onde anos antes havia sido retirado, no alto Itaquai. Assim o PIA Massapê passa a atender os Kanamarí que retornaram ao Itaquai, enquanto os Kanamarí que levados do Itaquai permaneceram no São Luis passam a não ter mais assistência.

Em 1985 tanto os Kanamarí do São Luis como os do alto Itaquai não contavam com nenhuma assistência.

Apesar de oficialmente ainda instalado, o PIA Massapê permaneceu a maior parte do tempo desativado. Quando o GT esteve na área encontrou no Posto apenas o servidor Kanamarí, que mora na própria aldeia. Os demais funcionários lotados no Posto, sobre os quais não obtivemos nenhuma informação da Ajusol, estavam em outra área em serviço especial e em tratamento médico em Atalaia do Norte. Segundo informações oficiais levantadas na Ajusol, uma vez que também sobre esta questão não nos foi fornecido informações, esta situação do PIA

Massapê já se encontra assim há quase 2 anos.

Quando estivemos no PIA Massapê observamos que com exceção apenas de um motor Tietê utilizado para o deslocamento em canoa, toda a infra estrutura do Posto havia sido levada para Atalaia do Norte por Benvindo Gamenha da Costa atendente de enfermagem que recentemente fora transferido para outra área. Sobre este atendente que esteve lotado na área durante 3 meses (dezembro de 1984; Janeiro e Fevereiro de 1985) os Kanamarí do Massapê, sobretudo o que é servidor da Funai, fez seguidas reclamações. Acusaram-no de que não se interessava pelo trabalho e que parte do tempo em que esteve no alto Itaquai passou na casa de um patrão na foz do rio das Pedras. Os Kanamarí disseram ainda que quando de sua saída do rio Itaquai, Benvindo teria deixado toda medicação do PIA Massapê para aquele patrão, que se tornara seu sogro.

Com recursos provenientes do convênio nº 0082, em que a Funai autorizou a Petrobrás a realizar pesquisas sísmicas na área, foi adquirido para o PIA Massapê uma embarcação em péssimo estado de conservação. Tão ruim estava a embarcação que, por problema no casco, ela afundou no próprio porto da Ajusol antes mesmo de fazer a sua primeira viagem ao Itaquai.

Depois da última desativação do PIA São Luis, os Kanamarí do baixo Javari não contaram com mais nenhuma assistência na área. Em caso de doenças os grupos do São Luis e da Boca do Irari recorrem aos comerciantes que passam pelo rio Javari ou deslocam-se para Atalaia do Norte, onde solicitam auxílio à Ajusol.

Os Kanamarí do médio Curuçã, que contavam com o precário atendimento de saúde que era prestado pelo PIA Curuçã, no segundo semestre de 1985 ficaram sem ele, devido a transferência do Posto para o alto rio.

Assim como todos os outros grupos indígenas, os Kanamarí do vale do Javari não contam com nenhuma programação de saúde.

Do mesmo modo não existe por parte da Funai nenhum trabalho de educação sendo desenvolvido no vale do Javari.

Não existe nenhuma preocupação da Ajusol sobre a invasão e exploração da área Kanamarí. Nenhum programa de fiscalização ou defesa da área, nem de

controle contra invasões é levado a efeito, pela Funai em todo o vale do Javari.

Opan/Cimi

Apesar de estar longe do ideal, a situação atual dos Kanamarí do rio Jutai é bem melhor que a dos demais Kanamarí do vale do Javari.

Contando com uma pequena estrutura na área a Projeto Kanamarí—Opan/Cimi atua desde 1979 junto aos grupos no alto Jutai.

O trabalho de educação realizado na área atende principalmente a aldeia do Nauã onde de maneira mais constante se desenvolve a atuação do Projeto Kanamarí. Nos períodos em que os 3 grupos do alto Jutai se encontram a aldeia Queimado, os trabalhos de educação são acompanhados também pelos outros grupos.

O trabalho de saúde desenvolvido na área é principalmente preventivo sendo que neste sentido toda a população do alto Jutai se acha vacinada contra as diversas doenças.

Além do acompanhamento nas relações comerciais realizadas na área, os membros do Projeto Kanamarí apoiam o grupo nos contatos com os comerciantes da cidade de Eirunepé quando para lá se deslocam os Kanamarí para vender a sua produção. Em ambas as situações procura-se não tomar a frente nem substituir os Índios nas comercializações, isto para que eles se capacitem para poderem por si mesmo desempenhar esta atividade sem serem enganados pelos comerciantes e patrões.

A defesa da área dos Kanamarí do alto Jutai é assumida pelos próprios Índios que através de reivindicações insistentes de fazerem valer os seus direitos àquela área desintrusaram o igarapé Dávi não permitindo mais que pessoas interessadas nele adentrem. Da mesma forma, os 3 tuxãuas dos grupos, foram unânimes em não aceitar a pretensão da Petrobrás de instalar trabalhos de prospecção em suas terras.

IX — Invasão da Área

A indefinição da situação fundiária do vale do Javari, que há anos se arrasta em trâmites administrativos sem oferecer soluções concretas, tem se constituído no maior incentivo aos não-Índios para invasão de área indígena.

Incentivados pela pacividade e omissão com que a Funai assiste a invasão de área e a exploração de seus recursos, um grande número de madeireiros tem invadido seguidamente às áreas indígenas.

Comparativamente, as áreas ocupadas pelos outros grupos indígenas no vale do Javari são mais invadidas que as áreas Kanamarí.

Devido ao intenso extrativismo a que foi sujeito no passado, o alto rio Jutai e hoje extremamente pobre em madeira de lei, praticamente não existindo mais espécimes que apresentem condições para serem comercializadas.

A extração incorreta do látex da seringueira também acarretou sérios problemas às estradas, que hoje produzem pouquíssimo leite. Esta prática de forçar as árvores para produzir todo o seu potencial num curto período, ainda hoje é aplicada pelos invasores da área do alto Jutai que reconhecem não terem direitos àquela área.

Após um processo de saída dos brancos da área indígena, no começo de 1985 se encontravam no alto rio Jutai apenas 3 famílias, sendo este o menor número de invasores nos últimos anos. Contudo, no final daquele mesmo ano, este processo começou a apresentar uma reversão, provocada por uma das famílias que continuaram na área. Incentivando pessoas residentes na cidade de Eirunepé a se transferirem para o alto Jutai, onde irão trabalhar como seus fregueses, esta família procura se consolidar como patrões, ao mesmo tempo que com as novas invasões visa legitimar sua pretensão de propriedade sobre parte da área indígena.

O baixo Javari, assim como os demais locais de fácil acesso são hoje todos já bastante explorados. O grande número de madeireiros que todos os anos invadem a área dos seringueiros ali fixados restringem as atividades extrativis

tas dos grupos do São Luis e da Boca do Irari, reduzindo as já diminutas fontes de suprir as necessidades incorporadas com o contrato com a sociedade envolvente.

O alto Itaquai é de todas as áreas Kanamarí a que hoje apresenta maior potencial para a extração de madeira e de seringa.

Esta área, de extrema importância para os Kanamarí dos 3 grupos localizados no rio Itaquai, encontravam-se em julho de 1985 invadida por apenas 1 turma de madeireiros. Contudo este número não trás nenhuma tranquilidade ou satisfação, pois o que ocorre é que os madeireiros que normalmente exploram este ano se localizaram sobretudo nos rios Branco e das Pedras e no igarapé São José, em área de índios isolados.

X — Limites de Área e Proposta de Atuação

a) Limites de Área

O levantamento dos grupos dos rios Itaquaí, Javarí e Curuçá pela equipe do GT., somado ao conhecimento dos grupos do alto rio Jutaí por parte de uma das pessoas do GT que como membro do Projeto Kanamarí atua junto a estes Índios, permite uma visão geral de todos os grupos Kanamarí localizados na área indígena do vale do Javarí.

Para as cabeceiras do rio Itaquaí os limites devem ser estabelecidos pelo divisor das águas deste rio com as águas do rio Juruá, como indicado na interdição da área.

Quanto à região do médio e alto Itaquaí a proposta de área formulada por Sebastião Amâncio da Costa não se mostra adequada pois deixa um corredor à penetração da área e exclui parte da ocupação Kanamarí entre os rios Itaquaí e das Pedras, excluindo ainda a área entre este último e o rio Branco, de ocupação Korubo e Matís.

Na região do baixo rio Javarí os limites de área devem incluir a parte baixa do igarapé Irari e a margem do Javarí, área de ocupação e local onde se encontra o grupo Kanamarí da Boca do igarapé Irari. Também neste ponto os limites definidos pela interdição de área se mostram mais indicados do que aqueles apresentados na proposta de Sebastião Amâncio.

Quanto à área dos grupos do alto rio Jutaí, defendemos os limites da interdição de área que, apesar de mais restritos do que as propostas de áreas formuladas anteriormente pelo GT de 1980 e por Sebastião Amâncio, mostra-se mais real à ocupação dos Kanamarí.

A proposta da área indígena do alto Jutaí, formulada pelo 3ª equipe do GT de 1980, mostra-se totalmente inadequada uma vez que não corresponde à ocupação efetiva dos Kanamarí, não considerando parte das cabeceiras do rio Jutaí, importante área de coleta de pupunha, fundamental na dieta alimentar dos grupos, e local de antigas aldeias. Além disso esta proposta não considera as relações existentes entre os Tsohom Djapa (gente do Tucano) e os Kanamarí dos altos Jutaí e Itaquaí que, devido a grande proximidade cultural entre

estes grupos de mesma família linguística, devem ser levadas em consideração em qualquer proposta que os diga respeito.

b) Proposta de Atuação

Os grupos Kanamarí são, sem dúvida alguma os que mais sofreram com a falta de planejamento por parte da Ajusol.

Apesar das necessidades existentes entre os diversos grupos, só faz sentido implantar uma atuação que seja voltada diretamente para os Kanamarí, de modo programado e contínuo. Caso isto não se dê, ainda assim será menos prejudicial para estes Índios permanecerem sem assistência do que receber um tratamento como o que lhes foi dispensado até hoje pela Funai.

Devido aos problemas de saúde existentes no alto Itaquá e a dificuldade de um atendimento rápido a partir da base da Ajudância do Alto Solimões, torna-se necessária a presença de um atendimento de enfermagem no PIA Massapé. Para que este atendimento seja positivo é necessário que o Posto conte com medicação adequada e suficiente para que o funcionário da Funai que para lá for designado não se torne apenas mais uma pessoa da Ajusol residindo sem recursos entre os Índios, como tantas, nesse sentido, que foram observadas pelo GT nas diversas áreas.

Quanto aos Kanamarí do São Luis e da Boca do Irari, os seus estados de saúde também justificam um atendimento mais atento por parte da Ajusol. Com uma programação dinâmica e com meios que não necessitam ser mais que uma pequena embarcação, um mesmo atendimento de enfermagem poderia atender tanto a estes 2 grupos como também à aldeia Mayoruna do Lameirão que sofre problemas de saúde semelhantes aos dos Kanamarí.

VIII INDIOS KULINA DA FAMILIA ARAWA

I	Introdução	p.	190
II	Histórico		
	a) Migração do rio Juruá	p.	192
	b) Dispersão do grupo do alto Itaquai	p.	192
III	População e localização atual	p.	193
IV	Situação atual	p.	195
V	Sugestões para atuação	p.	196

OS KULINA DA FAMÍLIA LINGUÍSTICA ARAWA NO VALE DO JAVARÍ

I — Introdução

Os Kulina originários do rio Juruá, anteriormente indicados como localizados no alto rio Itaquai, não se encontram nesta área.

Não sendo possível descrevê-los como grupos, uma vez que não mais se estabelecem como tal, o presente relatório procura formar uma visão geral desta população a partir das informações levantadas junto aos próprios Índios e ribeirinhos nos meses de maio e junho de 85 durante os trabalhos do GT nos diferentes pontos do Vale do Javari onde se localizam as famílias Kulina.

II - Histórico

a) Migração do rio Juruá

Os Kulina do Tronco Linguístico Aruak, família Arawa, aparecem indicados em documentos da Funai como constituindo um grupo que se localizava no alto rio Itaquai.

Em 1974, Sebastião Amâncio da Costa registra a presença de 36 Kulina no posto indígena que assistia os Kanamarí.

Em 1980, uma equipe do GT que realizou o levantamento do vale do Javarí, cita a presença de 25 Kulina fixados no seringal Entre Rios, acima do Massapê. Parte deste grupo se localizava temporariamente na foz do rio das Pedras, também no rio Itaquai, onde trabalhava para "patrão" não-Índio.

Originários do igarapé Penedo, afluente da margem direita do rio Juruá, os Kulina teriam migrado para o vale do Javarí por volta de 1973 - 74, sendo que a origem desta migração está relacionada a atritos com civilizados na região do Juruá. A presença da Funai no alto Itaquai parece ter sido determinante para a fixação do grupo nas proximidades do Sub-posto Massapê, como assinala Melatti (1981:113).

b) Dispersão do grupo do alto Itaquai

Do mesmo modo como atraiu os Kulina para o Itaquai, a desativação daquela frente de trabalho da Funai parece ter contribuído para que, sem terem uma relação mais íntima com aquela área, o grupo se dissolvesse.

As primeiras informações que obtivemos sobre estes Kulina foram fornecidas por uma jovem família Índia que bem recentemente se estabelecera entre seus parentes no Itaquai. Esta família migrou do rio Jutai após um conflito interno no grupo que se localizava no médio curso deste rio. Deste conflito resultou a morte de um homem e o fracionamento do grupo, sendo parte deste se deslocou para próximo à foz do rio Jutai. Daí, esta família subiu o rio Solimões até a área Ticuna de Campo Alegre, deslocando-se mais tarde para o alto Ita-

quaí , onde chegou pouco tempo antes da morte de um "velho" Kulina.

Apesar de não ter fornecido maiores informações sobre a morte do "velho" Kulina, ou mesmo de qual seria a sua importância dentro do grupo, o homem que forneceu as informações sobre seus parentes declarou que este fato teve influência fundamental para dispersão dos Kulina que se localizavam no alto Itaquaí.

Embora os Kulina tenham as suas origens no rio Juruá, as poucas informações que conseguimos levantar indicam que eles se retiraram da área que ocupavam em 1980 deixando o rio Itaquaí.

Dos Kulina oriundos do rio Juruá e que se localizavam no vale do Javari, todos, sejam aqueles com os quais tivemos contato ou aqueles dos quais tivemos apenas notícias, encontram-se dispersos em famílias elementares, não constituindo aldeias nem mesmo morando junto a outro grupo indígena.

Estes Kulina estão atualmente nos rios Itaquaí e Ituí, e nas cidades de Atalaia do Norte e Benjamim Constant.

III — População e Localização Atual

Apesar de não havermos obtidos informações precisas que nos possibilite fornecer dados populacionais detalhados, acreditamos que os Kulina originários do rio Juruá e que se encontram no vale do Javari sejam mais do que 10 famílias, com uma população provável de 40 a 45 pessoas.

No rio Itaquai se localizavam apenas 9 Kulina, constituindo 2 famílias distintas, que ocupavam colocações diferentes no baixo rio. Uma destas famílias era formada pelo homem e mulher que recentemente migraram do rio Jutai e por um filho do casal que nasceu no Itaquai, com idades aproximadas de 24, 22 e 1 ano, respectivamente.

A outra família era formada por uma mulher de aproximadamente 36 anos, casada com não-Índio, pelos 4 filhos do casal, sendo 2 meninas e 2 meninos, e por uma mulher solteira, de aproximadamente 39 anos, prima da outra mulher.

Desta mulher casada com brasileiro obtivemos a informações de que as suas 2 irmãs, ambas casadas com brasileiro e residentes em Benjamin Constant e outra pouco abaixo de Atalaia do Norte.

Ainda parente destas mulheres, encontra-se em Atalaia do Norte uma velha Kulina, mãe de 2 funcionários da Ajustol, Chico Kulina e João Kulina, e de pelo menos mais um rapaz.

No alto rio Itaquai obtivemos informações através de um comerciante que um homem Kulina juntamente com sua família estava trabalhando no rio Javari como madeireiro. O mesmo comerciante informou ainda que em Benjamin Constant se encontravam 3 homens Kulina que deveriam entrar para o vale do Javari para trabalharem também como madeireiro. Ao retornarmos a Benjamin Constant não encontramos estes homens, que haviam subido o rio Itui para os trabalhos de exploração de madeira.

Além destes, encontra-se ainda no médio rio Curuçã João Herculano, ou João Kulina, que há 9 anos vivendo entre os Índios oriundos do igarapé Pedro

Lopes, funciona como um patrão intermediário entre estes índios e os comerciantes regionais. João Herculano, que de seu lado materno se diz neto de avô Kulina, é nascido no Igarapê Grande, afluente do Ig. Reconquista, de onde migrou para o Curuçá. Apesar de originário também da região do rio Juruá, João Herculano nunca morou com o grupo Kulina que se localizava no alto rio Itaquá.

Com relação aos Kulina da Família linguística Arawa, poderia ser mencionado ainda o grupo localizado na margem esquerda do rio Jutá, na aldeia Porto Central.

Localizado fora da área do levantamento deste GT, os Kulina do medio Jutá formavam em 1983 um grupo de 30 pessoas, que foram visitadas por uma equipe composta por representantes da Funai/IDR/CIMI e Petrobrás, com a finalidade de avaliar a conveniência e/ou consequência da atuação da Petrobrás na área indígena.

O levantamento populacional e um resumo do histórico da situação deste grupo é apresentado no relatório desta equipe, que equivocadamente cita estes Kulina como pertencentes à Família linguística Pano. Não existe dúvida de serem da mesma origem e em alguns casos de apresentarem parentescos com as famílias dispersas no Vale do Javari.

IV — Situação Atual

Como já foi descrito por Delvair Melatti no seu relatório sobre a eleição da área no rio Itaquaí (1980 pág. 73-74), os Kulina estão bastante envolvidos no extrativismo tanto da seringa como da madeira.

Cada vez mais envolvidos no processo extrativista, os Kulina se encontram extremamente dependentes da comercialização de suas produções, de pequena significância, para suprir as suas crescentes necessidades surgidas no contato com a sociedade brasileira.

É ainda este envolvimento maior no processo extrativista o responsável pela quase total dependência aos comerciantes para suprirem também as suas necessidades de alimentação. Com o aumento de Trabalho na seringa e na madeira, que são realizados em período alternados, os Kulina praticamente não dispõem mais o seu tempo em atividades agrícolas, não tendo sido observado pelo GT a existência de nenhum roçado pertencente aos Kulina.

O enorme distanciamento físico entre os Kulina localizados no vale do Javari, consequência direta do seu grande envolvimento no extrativismo, constitui sem dúvida alguma a maior dificuldade para um programa de atendimento a estes índios.

V — Sugestões para Atuação

Se por um lado a dispersão entre os Kulina praticamente inviabiliza uma presença junto ao grupo, por outro lado esta dispersão representa um dos 2 problemas básicos a serem solucionados. Os Kulina espalhados nos diferentes pontos do vale do Javari necessitam não de um atendimento assistencial e imediatista, mas de um programa de ação que enfrente o processo de destribalização e aculturação que os ameaça. O objetivo de uma atuação junto a estes Índios deve ser o de devolver-lhes uma feição de grupo e apagando de vez o conceito de desordeiros, vadios, vagabundos e ladrões que a população envolvente tem atribuído aos Kulina.

A maior questão que se coloca a uma atuação da Funai no vale do Javari é a atração que essa presença pode representar não só para os grupos localizados nesta região mas também para aqueles localizados em áreas próximas. A presença da Funai ou qualquer outra entidade, não pode de forma alguma ser a motivação para a transferência de grupos indígena em busca de assistência aos seus problemas, como o que ocorreu no início dos anos 70 com os Kulina que se deslocaram do Jurua para o alto Itaquai.

Esta situação deve ser observada com cuidado para que nenhum momento se incentive ou se fortaleça estas motivações, como parecem sugerir o relatório do GT de 1980 à página 71.

Além da dispersão o outro problema básico vivido pelos Kulina está relacionado à terra. Com a perspectiva de demarcação da área indígena do vale do Javari torna-se necessário definir a localização destes Índios para que não continuem sendo explorados por comerciantes e madeireiros com mão-de-obra barata. Para tal torna-se necessário observar a especificidade cultural dos grupos Kulina e o momento em que se encontram as famílias dispersas.

Quanto à área Kulina do médio rio Jutai, esta apresenta a mesma urgência quanto à definição uma vez que, assim como o vale do Javari, vem sendo invadida por seringueiros, madeireiros e pela Petrobrás, como assinala o relatô-

rio de viagem da equipe Funai/IDR e Cimi que percorreu o alto Jutá em maio de 1985.

Embora não esteja incluída nos limites da interdição da AI do vale do Javari, esta área está envolvida na mesma problemática, sendo os Kulina que aí vivem ameaçados pelos mesmos riscos de dispersão que atingiu os seus parentes na área do Javari.

A dispersão e a definição da área Kulina não são questões que possam ser tratadas isoladamente, uma vez que ambas só têm chances de serem solucionadas satisfatoriamente se apresentarem alternativa ao processo de aculturação dos Kulina.

IX GRUPOS ARREDIOS DO VALE DO JAVARI

I	Introdução	p.	199
II	Korubo	p.	201
III	Indios arredios do Igarapé São José	p.	205
IV	Tsohom Djapa (Gente do Tucano)	p.	207
V	Indios arredios do rio Jandiatuba	p.	209
VI	Indios desconhecidos das cabeceiras do Jutai	p.	211

GRUPOS INDÍGENAS ARREDIOS DO VALE DO JAVARI

I — Introdução

Com a finalidade de realizar pesquisas para verificar a presença de gás no sub-solo, a Petrobrás atuou nas áreas de todos os grupos indígenas arredios do Vale do Javari, principalmente nas áreas situadas nos Rios Ituí, Itaquaí, Jandiatuba e Jutaí, isto é na área localizada mais a leste do AI.

E em todas áreas de grupos isolados surgiram conflitos e choques violentos que provocaram a morte tanto de índios como de funcionários da Petrobrás e companhias por elas sub-contratadas ou da Funai.

Tanto é que em maio de 1985, uma equipe conjunta Cimi/Funai foi incumbida, junto com funcionários da estatal, de averiguar as conveniências e/ou consequências possíveis referente a pretensão da Petrobrás em prosseguir as atividades de prospecção na área. A equipe emitiu um parecer negativo que foi endossado por técnicos da Petrobrás frente as terríveis consequências acarretadas aos índios isolados da área do Jandiatuba, Jutaí, Itaquaí.

Em virtude da divulgação realizada a respeito da situação dos índios e da interdição da área, a Petrobrás suspendeu as suas atividades diretamente na área, mas continua atuando no médio rio Jutaí, atingindo com as suas atividades grupos indígenas localizados tanto fora como dentro dos limites de interdição da Área Indígena do Vale do Javari. Em algumas ocasiões ainda utiliza a base de apoio 2, localizada no Igarapé Nauã (afluente da margem esquerda do rio Jutaí). Além disto declarações realizadas recentemente (maio de 1986) pela Petrobrás revelam que pretende voltar a atuar nesta área.

Tanto a atuação da Petrobrás como as invasões constantes por madeireiros estão ameaçando a sobrevivência dos grupos, principalmente os isolados, desta área. E a Funai tem demonstrado a sua incapacidade de fazer respeitar o Estatuto do Índio nas negociações com a Petrobrás que impõe as regras

do jogo, e nas relações com os poderes locais, patrões madeireiros e seringalistas.

No relatório do GT/80 a antropóloga Delvair Montagner sugere em várias oportunidades que os Índios isolados do Vale do Javari, sejam atraídos e contatados, "antes que seja realizada a demarcação da área indígena" (fls. 81, sug. contatação indios do Quixito. Fls. 99/100 sug. contatação dos Korubo. Fls. 106, sug. atrair Índios do Jandiatuba através PIA Jandiatuba).

Somos totalmente contrários a este parecer, e solicitamos veementemente aqui que sejam rigorosamente respeitadas as decisões do Grupo de Estudo Javari (GE Javari) no sentido de não contatar nem atrair os grupos indígenas desta região.

Temos que apontar para a incoerência desta Fundação em insistir na contatação de grupos arredios que demonstram mais do que o suficiente NÃO DESEJAREM O CONTATO!!!

Frente a situação de invasão da A.I. Javari pela Petrobrás e CBG, foi lançada em meados de 1985 uma ação popular assumida por diversos Bispos da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e membros do Conselho Indigenista Missionária, solicitando a paralização imediata dos trabalhos em área indígena, a apuração dos responsáveis e a indenização pelos danos causados à integridade das comunidades indígenas.

Na resposta encaminhada pela Funai na Justiça Federal, esta concorda plenamente com os argumentos levantados na ação.

II — Korubo

Este grupo indígena isolado denominado "Korubo" se localiza na área compreendida entre os rios Ituí e Itaquaí ao nordeste da área de ocupação dos Matis.

Desde 1980, época do último levantamento realizado na área, a situação de invasão do território Korubo se intensificou de maneira assustadora, provocando novos conflitos e mortes tanto entre os Índios como nos invasores.

Vamos levantar em seguida os incidentes e conflitos ocorridos nesta área a partir desta época, pelo menos os acontecimentos dos quais tomamos conhecimentos. Sem dúvida, outras invasões ocorreram atingindo a integridade do grupo e obrigando-o a se defender com os meios tradicionais de luta frente ao inimigo mortal que representa o nosso mundo.

- Em outubro de 1980, um madeireiro que invadiu a área Korubo pelo rio Coarizinho, afluente da margem direita do Ituí, foi morto, segundo informação prestado por companheiros de trabalho que escaparam do massacre.

- Em julho de 1982, durante os trabalhos de atração realizados pela Funai no rio Itaquaí, os Korubo atacaram o posto onde se encontravam 12 funcionários do Órgão, dos quais dois foram mortos pelos Índios, os servidores José Pacífico de Almeida e Amélio Rosário Ivandir. Segundo informações fornecidas por funcionários que se encontravam presentes, o incidente se deve a erros táticos na contatação dos Índios.

- Um madeireiro que manteve contato com os Índios do Quixito informou que em 1983, aproximadamente, os Korubo atravessaram o Rio Ituí e atacaram os Índios do Quixito, queimando-lhes uma maloca.

- Aproximadamente na mesma época, dois funcionários da Funai local, encontraram 4 cochos (pequenas canoas improvisadas, feitas com a paxiúba barbiguda) baixando o Rio, que teriam sido utilizadas justamente pelos Korubo para atravessar o Ituí.

- No dia 5 de agosto de 1983, os Korubo matam o seringueiro Antonio Kulina, que estava trabalhando em território indígena.

- No dia 4 de setembro de 1984, durante os trabalhos de pesquisa sismográfica realizada pela Petrobrás (e outras companhias por ela contratada) em pleno território Korubo, o sertanista Lindolfo Nobre Filho e o funcionário João Praia Costa da CBG (Companhia Brasileira de Geologia) foram mortos pelos índios Korubo, novamente por causa da penetração violenta na área indígena de numerosos trabalhadores sem qualquer respeito para o índio. Além disto, o descuido e a imprudência das próprias vítimas facilitaram o incidente.

A Petrobrás chegou a afirmar "que serão tomadas medidas para que se evite qualquer incidente com os índios, mas caso ocorra, se minimize ao máximo seus efeitos de modo que as atividades de exploração da Petrobrás possam ter prosseguimento".

"Uma das medidas tomadas foi a distribuição de grande quantidade de armamento aos trabalhadores, onde segundo informações obtidas na região cada homem recebeu uma espingarda e vinte cartuchos de munição que são reabastecidos constantemente. Sob esse estranho esquema de segurança, Funai e Petrobrás procuram eximir-se de suas responsabilidades. Seis dias após o incidente anunciaram a suspensão dos trabalhos de exploração e a retirada de pessoal e material de riscos (combustível e explosivos) da área, declarando que se tudo correr bem com a retirada dos 400 funcionários da CBG do local e do material de alta periculosidade, é possível que durante muito tempo não se ouça mais falar sobre os Korubo. "(Aconteceu 1984, L. João de O. Neves e Araci M. Labiak, pag. 130).

A retirada não aconteceu como prevista e as frentes de trabalho foram deslocadas para outra área permanecendo material perigoso na área indígena.

Nesse conflito de setembro de 1984, fontes fidedignas afirmam que

pelo menos um Korubo teria sido morto assim como durante a atuação da Petrobrás em território Korubo, várias malocas foram queimadas. O que foi comprovado em levantamento aéreo realizado por funcionários da Funai de Brasília no início de 1985.

Todas as notícias e informações divulgadas a respeito deste acontecimento fizeram referência as mortes dos dois funcionários sem levantar a hipótese de possibilidades de mortes entre os Korubo.

Apenas Survival Internacional divulgou amplamente a real situação da área, a partir das informações encaminhadas pela equipe indigenista da Prelazia do Alto Solimões.

- No dia 08 de setembro de 1984, no Rio Ituí, o garimpeiro Oscar Evangelista foi morto pelos Korubo, quando estava trabalhando em território indígena.

- No dia 06 de julho de 1985, foi observado pelo GT vestígios recentes dos Korubo na margem direita do Rio Branco, logo acima da confluência com o Itaquai, assim como visto um tapiri novo dos Índios na margem direita do Itaquai.

A tripulação do barco encontrou recentes pegadas dos Índios numa praia localizada entre os Ig. São José e a Foz do Rio Branco.

- No dia 03 de agosto de 1985, a casa do Sr. José Nelson da Silva Costa foi atacada pelos Korubo, na margem esquerda do Rio Ituí. Os Índios quebraram muitas coisas na casa durante a ausência de seus moradores. Quando estes chegaram os Índios fizeram muito barulho em volta da casa, e o Sr. José Nelson afirmou que "não nos mataram porque não quiseram".

- Em 27 de agosto de 1985, um Índio Kanamari informa à ajuosol qua ha via visto o cadáver de um Índio Korubo que estava sendo consumido por onças e pelos urubus, na margem do rio Itaquai. E que encontrou um tapiri dos Índios assim como bordunas e enfeites de palha.

Estas informações foram checadas in loco pelo sertanista Pedro Coelho que constatou a presença do tapiri e cochos dos Índios.

Segundo informa em relatório, esta seria a terceira vez em 1985 que os Korubo atravessaram o Itaquai.

Conceituação da área Korubo

Estas informações a respeito dos conflitos entre Korubo e não Índios nos permitem de observar que os Índios estão ocupando novas áreas de perambulação, sendo:

- na área localizada entre a margem esquerda do Rio Ituí e o Rio esquerdo, afluente da margem direita do Rio Quixito.
- na área localizada na margem direita do rio Itaquai
- na área localizada na margem direita do Rio Branco, (afluente da margem esquerda do Itaquai) próximo a sua foz.

Além de terem aparecidos nestas áreas, continuam ocupando o seu território tradicional localizado entre os Rios Ituí, Itaquai e Branco, impedindo a penetração de qualquer estranho em suas terras.

Infelizmente os interesses econômicos suscitados pela extração da madeira provoca contínuas invasões no território Korubo, principalmente nos Rios Coari, Ituí, Itaquai e Branco.

III — Índios Arredios do Igarapé São José

Os Índios pertencentes a este grupo indígena localizado na margem direita do rio Itaquai entre os Ig. São José e Uchôa (ou Água Verde) e a cabeceira do Rio Jandiatuba, são apelidados pela população regional de "flecheiros", por usarem em seus ataques arcos flechas, o que os distingue dos Korubo que não tem este tipo de armas.

Nos últimos anos sofreram várias invasões por parte de madeireiros e da Petrobrás em seu território, e ocorreram vários conflitos cujo registro segue aqui:

- Em agosto de 1980, 8 madeireiros que trabalhavam num afluente da margem direita do Rio Itaquai, acima do Ig. São José, foram atacados pelos Índios flecheiros, sendo que dois homens foram mortos e um ferido por flechada no pescoço. Os outros fugiram e segundo informaram, não morreram somente porque os Índios não quiseram matá-los.

Entre 1980 e 1984, na mesma área, várias vezes madeireiros encontraram vestígios da presença de Índios próximo aos seus acampamentos. Em algumas ocasiões os Índios rodeavam os tapiris, principalmente de noite e faziam barulho para amedrontar os madeireiros. Outras vezes levavam ferramentas e outros objetos dos tapiris, quando os madeireiros se encontravam em seus locais de trabalho. Mas isto, sem nunca os Índios aparecerem para os invasores da área indígena.

- Em março de 1984, um servidor da CBG (Companhia Brasileira de Geologia), foi ferido de flecha por estes Índios flecheiros.

- Em 13 de fevereiro de 1985, foi comunicado por rádio a presença de Índios na área do Igarapé São José, na ocasião de um sobrevôo realizado por funcionários da Funai.

- Em junho de 1985, algumas turmas de madeireiros são obrigadas a se retirar da área sem conseguir levar a madeira do Igarapé São José, devido a

presença dos Índios que reagem a invasão de seu território. Segundo informações prestadas por madeireiros ao GT/85, pelo menos 70 madeireiros fortemente armados trabalharam no referido igarapé, durante o mesmo ano.

O principal patrão das turmas de madeireiros atuando nesta área é o Flávio Azevedo.

A este respeito o GT/85 entrou em contato com o então chefe da Ajudância em julho de 1985, comunicando a invasão do Igarapé São José e solicitando a retirada dos invasores e a intervenção da Polícia Federal caso fosse necessário. A Ajudsol comunicou os fatos a 1ª DR, que autorizou o técnico indigenista Pedro Coelho a se deslocar à área "para comprovar a veracidade dos fatos". Este entrou em contato direto com os madeireiros que ainda se encontravam no São José, estes lhe informaram que iriam permanecer trabalhando porque os Índios não mexiam com eles, só ficavam rodeando os acampamentos e faziam barulho.

A este respeito Pedro Coelho inclui em seu relatório:

"Esta tranquilidade que os madeireiros estão tendo é igual a outros anos anteriores. Indígenas somente esperam a oportunidade para os ataques. Sugiro que a Funai tome as devidas providências de remover estes madeireiros a fim de evitar futuros conflitos".

Em 17 de agosto de 1985, foi encaminhado pelos indigenistas membros do GT/85 UM RELATÓRIO prévio à Funai em Brasília, solicitando a imediata retirada dos madeireiros, principalmente dos Igarapés São José, Uchôa e Rio Branco, onde riscos de conflitos eram maiores.

Nenhuma providência foi tomada e em março de 1986, os Índios flecheiros aparecem no Igarapé São José e espantam alguns madeireiros que saíram da área.

IV — Tsohom Djapa (Gente do Tucano)

Os Tsohm Djapa são Índios isolados que se localizam na região das cabeceiras dos Rios Jutaí, Curuena, Jandiatuba e Itaquai, vivendo totalmente, nos moldes tradicionais de sua vida tribal.

São nômades, essencialmente caçadores e coletores, atividades estas que exercem em toda a extensão de sua área, em ciclos de perambulação, que atingem as cabeceiras dos Rios Jutaí, Curuena, Jandiatuba, Itaquai, e dos Igarapês Queimado e Dávi e afluentes. Em toda esta extensão se encontram malocas e tapiris pequenos, em acampamentos de caça.

No relatório da equipe Funai/Cimi que em maio de 1985 esteve no alto Jutaí, avaliando os efeitos da exploração da Petrobrás na área indígena, consta de 3 malocas localizadas em afluentes do Igarapé Dávi, sendo: 1 queimada, 1 abandonada e 1 recém-construída (Funai/Cimi, 1985:4).

Apenas muito esporadicamente realizam contatos externos, sendo que raramente se apresentam à população envolvente que se localiza nas proximidades do seu território. Os contatos são geralmente de curta duração e nem sempre deles tomam parte todas as pessoas do grupo.

Nos contatos com Kanamari existe a comunicação oral devido a semelhanças entre a língua falada pelos Tsohom Djapa e os Kanamari, ambas da família Linguística Katukina.

Em contato com os Karamari, os Tsohom Djapa contaram que por questões de divergências internas ocorreu o desmembramento do antigo grupo em dois. Embora ambos os grupos continuem ocupando seu "habitat" imemorial, houve entre eles certo distanciamento sendo que um dos grupos passou a ocupar mais efetivamente a área compreendida nas cabeceiras dos Rios Jandiatuba e o outro às cabeceiras do Rio Curuena e dos Igarapês Queimado e Dávi.

Os Tsohom Djapa contaram também para os Kanamari que nas proximidades da área que ocupam existem outros grupos indígenas também isolados com

os quais não têm contato.

Numa das últimas vezes que estiveram no Rio Jutaí os Tsohom Djapa vieram mostrar aos Kanamari cédulas de dinheiro que lhes foram dadas por trabalhadores da Petrobrás que realizavam detonação para testes sísmicos. Os trabalhos da Petrobrás não só invadiram e dilapidaram a área Tsohom Djapa como os seus trabalhadores estiveram em maloca do grupo, junto com funcionários da Funai que acompanhavam os trabalhos da Petrobrás. Como nos informou Manuel Marreira Filho, servidor da Funai, nesta ocasião os brancos ensinaram aos Tsohom Djapa a "cantar e dançar carnaval".

Em 1984, quando pela última vez estiveram no Rio Jutaí, os Tsohom Djapa se mostraram descontentes com a Petrobrás que, como contaram, recomendou insistentemente que abandonassem a sua área onde estavam sendo feitos testes sísmicos e se fixassem junto aos Kanamari na margem do Rio Jutaí.

Além de toda a ameaça material e concreta dessa absurda invasão da Petrobrás com um grande aparato tecnológico e de força, representado pelas bombas de dinamite utilizadas nas prospecções e pelas armas de fogo de seus agentes de segurança, outra séria ameaça consiste na própria presença de não-índios em contato com grupos isolados devido o risco de transmissão de doenças que pode lhes ser fatal.

É esta preocupação se faz maior na medida em que após estes contatos com a Petrobrás ocorreram variações no ciclo de perambulação dos Tsohom Djapa.

E esta preocupação se faz na medida em que atualmente não se tem nenhuma notícia recente dos Tsohom Djapa, o que indica que após os contatos com a Petrobrás foi obstruído o ciclo de perambulação do grupo ou mesmo que algo ainda mais grave lhes tenha acontecido.

O hábito comum a vários grupos indígenas de queimar as malocas após a morte de seus ocupantes permite pensar que a maloca queimada no igarapé Dávi, localizada em maio de 1985 pela equipe Funai/Cimi, significa que ocor-

reram mortes entre os Tsohom Djapa.

V — Índios Arredios do Rio Jandiatuba

Os dados existentes são suficientes para comprovar a existência de um grupo indígena desconhecido, localizado numa área entre a margem direita do Rio Itaquaí e a margem esquerda do Rio Jandiatuba, nas imediações dos Igarapés São José e Fraternidade.

Seguem algumas das informações que se referem a este grupo isolado do Jandiatuba.

- Em julho de 1983, o servidor da Funai Sebastião Amancio (atual delegado da 1ª DR) descobriu grandes núcleos de malocas nas cabeceiras "com indícios que não conferem com nenhum dos outros grupos já contatados pela Funai". A existência de grandes núcleos nessa área do Rio Jandiatuba, leva o sertanista a afirmar que se trata de um grupo totalmente desconhecido.

- Em novembro de 1983, um funcionário da Petrobrás é flechado pelos Índios do Jandiatuba.

- Em dezembro de 1983, a Petrobrás reconhece em documento oficial o uso de explosivo para afugentar os Índios arredios que habitam próximo as cabeceiras do Rio Jandiatuba. No documento o Presidente da Estatal explica que a detonação de explosivos aconteceu após os Índios terem atacado três empregados da empresa, conseguindo flechar um deles.

- Em dezembro de 1984, através de um rádio encaminho à Funai, servidores locais deste Órgão solicitam paralização de um trabalho de desmatamento que poderia trazer atritos entre a Petrobrás e os grupos isolados.

- Em março de 1985, a equipe local da Funai, que realiza a cobertura dos trabalhos da Petrobrás na área dos grupos arredios do Rio Jandiatuba, comunica por rádio ter encontrado vestígios recentes e caminhos de Índios a 5 Km da sonda Jandiatuba.

- Em março de 1985 ainda, rádio da equipe local da Funai, adverte

no dia 6, que a "Petrobrás tirou os trabalhadores da área no fim da tarde, hoje retornaram fortemente armados para dar continuidade nos trabalhos".

- Em 27 de 05 de 1985, outro radiograma informa: "um grupo de Índios arredios tiveram no barracão de material da sonda Jandiatuba, até o momento, não sabemos que Índios"...

- Em junho de 1985, um grupo arredio voltou a aparecer no barracão de material localizado a 1 Km do alojamento.

- Ainda em junho de 1985, rádio dos funcionários locais da Funai, comunicam a retirada de todo o material perigoso, dizendo "e assim foi feito com soda cáustica, potássio cáustico, ficando sal, cimento, tetonito Argila, coreto de potássio, Baretina, restante do material não é perigoso".

- No final de agosto, Pedro Coelho comunica que ainda permaneceu o seguinte material na área da sonda MIK 13:

- Cinco mil sacas de sal

- Mil sacas de cimento

- baretina

- 500 folhas de alumínio

- material diverso utilizado na sonda

- E que a soda cáustica e o potássio foram jogados nas águas do Rio Itaquai.

Ainda informou que na ocasião da última passagem dos Índios na sonda 2 Índios (homens) pisaram numa solução de soda cáustica que se encontrava no chão. Ficaram com os pés queimados ou como diz o Pedro Coelho: "ficaram sem o couro dos pés."

O material que ficou na sonda e os tubos utilizados na perfuração seriam levados pela Petrobrás na medida em que os trabalhos da sonda MIK 8, na margem do Rio Jutai, forem avançando. (só para os tubos, seria preciso 60 viagens de helicópteros, aproximadamente, segundo os técnicos da Petrobrás).

VI — Índios Desconhecidos das Cabeceiras do Rio Jutai

Informações provenientes dos Índios Kanamari, Kulina e Tsohom-Djapa, assim como referências e citações em relatórios e documentos comprovam a presença de um grupo indígena desconhecido nas cabeceiras do rio Jutai, afluente da margem direita do Rio Solimões.

X CONSIDERAÇÕES GERAIS

I	Análise da política indigenista	p.	213
	1- Assistência	p.	213
	2- Terra	p.	217
II	Propostas		
	1- Política indigenista	p.	219
	2- Assistência		
	1-Saúde	p.	221
	2-Educação	p.	222
	3-Comercialização	p.	222
	3- Limites da área	p.	223
	-Controle da área	p.	224

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1 - Análise da política indigenista

1. Assistência

Para poder avaliar a atuação da Funai nesta área é preciso voltar ao tempo da sua implantação em 1971, em suporte aos trabalhos de abertura da estrada Perimetral Norte (BR-307), que ligaria as cidades de Benjamim Constant - AM e Cruzeiro do Sul - Acre. A Ajudância do Alto Solimões (Ajusol) foi estruturada com a finalidade de contatar os grupos arredios cujos territórios seriam atravessados pela estrada. Os trabalhos de abertura da mesma foram iniciados, mas pouco depois paralizados com as mudanças políticas ocorridas a nível nacional. Isto provocou uma mudança radical dos objetivos da Ajusol que a partir de 1975 dirigiu suas atenções para a área Ticuna, abandonando praticamente os diversos grupos do Javari.

Desde então nunca houve por parte da Funai uma programação de atuação indigenista clara. Postos indígenas foram aleatoriamente abertos, fechados, transferidos. Grupos indígenas foram deslocados de suas áreas de origem, provocando transtornos incalculáveis.

A assistência se deu sem planejamento segundo a boa vontade dos chefes de Ajudância que por ali passaram. O atendimento prestado no início de sua atuação na área, desencadeou um processo de dependência crescente dos grupos do Javari para com a Funai que deixou de responder as novas necessidades por ela mesma criada, retirando em diversos casos a sua assistência já precária.

Vale lembrar o caso dos Kanamari do São Luís, dos Marubo do Ituí e Curuçã, dos Kulina do Curuçã, dos Matsés do Lameirão, etc.

Além de nunca ter tido um plano no desenvolvimento de suas atividades, a ação da Funai nesta área está sendo claramente anti-indígena, em cho-

cante contradição com os objetivos e princípios básicos desta Fundação. Isto significa também que o próprio Estatuto do Índio nunca foi respeitado.

Os grupos do Vale do Javari são submetidos de forma violenta ao contato com a sociedade nacional, que agride a sua cultura milenar e ameaça seriamente a sua sobrevivência.

A Funai tampouco tem assumido o seu papel de tutor e órgão de assistência aos Índios.

A única assistência que a Funai tem tentado levar aos Índios do Javari é no setor de saúde. Não há nenhum outro tipo de ação da Funai, e mesmo assim não tem conseguido solucionar a problemática de saúde dos Índios.

O preço pago pelos Índios por causa da inoperância da Funai é muito alto. Morrem de doenças, outros ficam debilitados, ou ainda acucados em sua própria terra, grupos inteiros estão desestruturados, submetidos as pressões e influências provenientes do mundo não-Índio.

Esta situação não se reflete somente ao nível da área indígena, mas também na própria imagem e conceituação que a população regional tem da Funai. Inicialmente respeitado como órgão Federal, o conceito da Funai na área foi decaindo aos poucos, principalmente pelos seguintes motivos:

- atuação de funcionários cujos interesses estritamente pessoais e financeiros antecipam os objetivos da Fundação.
- dívidas contraídas pela Ajusol na praça comercial do Alto Solimões que nunca foram saldadas.
- erros cometidos na atração de grupos arredios provocando a morte de servidores cujos familiares são regionais e ficaram revoltados.
- indefinição quanto aos limites das áreas indígenas intensificou os conflitos entre os Índios e a população envolvente e reforçou ainda mais os preconceitos existentes contra os povos indígenas.
- A Funai no Alto Solimões é considerado apenas como cabide de emprego.

A situação hoje é tal que a Funai está totalmente desacreditada na região, sendo conhecido de todos os desvios de verba ocorridos, as mordomias exuberantes de alguns servidores, financiadas com o dinheiro público, e ainda a incompetência da Funai em "lidar" com os Índios. Finalmente a Funai virou motivo de piada nestes confins do Brasil, quando se diz: "que para entrar na Funai, tem que ser cachaceiro ou leproso".

Pelo fato de não haver uma política clara e definida, as condições de trabalho foram insuficientes. A infraestrutura montada na ocasião da criação da Ajusol está hoje totalmente decadente. A começar pela sede da Ajudância em Atalaya do Norte que se encontra em lastimável estado de conservação.

A casa do Índio de Benjamim Constant utilizada hoje especificamente para receber os doentes, se encontra num estado de insalubridade tal que é fato comum Índios serem tratados de uma doença e contraírem outra. Como foi o caso dos Matís, por exemplo que foram submetidos a um tratamento para doença venérea e contraíram sarampo.

Além disto, Índios doentes, provenientes de áreas distintas e em grau de contato diferente com a sociedade nacional, são obrigados a conviver na maior promiscuidade.

Temos que reconhecer o esforço da equipe médica que atua principalmente na área Ticuna e na casa do Índio, e tenta fazer milagres para assistir adequadamente os doentes mas sem os mínimos recursos para isto. A própria alimentação dos Índios é baseada em conservas e enlatados prejudicando seriamente os Índios no seu restabelecimento, já que muitas vezes não se alimentam por não estarem abituados a este tipo de comida.

A situação é tão revoltante que funcionários da casa do Índio resolveram recentemente entrar em greve para exigir melhores condições de trabalho e assistência aos Índios.

A casa do Índio de Atalaya do Norte, servindo mais como casa de trânsito, se encontra ainda em piores condições.

Observamos também que a Ajusol está distante dos postos indígenas, não apenas geograficamente, mas no conhecimento daquilo que acontece nas áreas. A maioria dos chefes de Ajudância que passaram na região não conheceram a área do Vale do Javari. Por outro lado nunca houve interesse em realizar um acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nas aldeias, o que permitiu que graves erros acontecessem na ação indigenista da Funai.

Em meados de 1985, a Ajusol dispunha apenas de uma embarcação para atender toda a área. Durante todo o levantamento, o GT encontrou nos postos do Javari apenas 1 chefe de posto, 2 atendentes de saúde, e 13 funcionários braçais, (sendo 7 índios residentes em suas aldeias) sem qualificação para atender qualquer situação de saúde. Sendo que também na sede da Ajudância permanecem inativos um grande número de funcionários braçais.

No Vale do Javari, além dos postos da Funai, 6 outras áreas indígenas não são atendidas pela Funai.

A falta de recursos sempre foi um grande entrave na atuação da Ajusol, e sempre foi motivo de queixa dos funcionários e chefes da Ajudância, sobretudo para o atendimento aos índios do Javari. Os Ticuna aprenderam a cobrar da Funai uma assistência mais eficiente, os poucos recursos destinados à Ajudância eram dirigidos na sua maioria para a área Ticuna, uma vez que o poder reivindicativo dos grupos do Javari é quase nulo.

Isto fez com que verbas destinadas diretamente para a área do Javari, como por exemplo a indenização da Petrobrás ou ainda o pagamento das filmagens realizadas na área do Javari, foram desviadas de seus objetivos.

Deveria também caber à Funai a valorização das culturas indígenas nos seus mais diversos aspectos, principalmente do patrimônio representado pela cultura material dos grupos do Javari. É utopia pensar que a Funai se preocupa com isto, sendo que o artesanato é considerado pelos funcionários como meio de comercialização e os costumes dos índios são tidos como "primitivos sendo que a

sua atuação se dar no sentido de influenciar-los a abandonar os seus costumes.

Tecendo considerações sobre os prejuízos na cultura material de vários grupos, em virtude da introdução de bens industrializados, Delvair Melatti (1980 pag. 17-18) sugere que a partir de uma instrução e capacitação prévia a seus sertanistas a Funai adquira peças para serem preservadas.

Para que uma atuação nesta linha contribuía em algo para os grupos indígenas, achamos ser necessário que ela esteja fundamentada não apenas na valorização etnográfica, mas que, acima de tudo esteja voltada para uma valorização indigenista da cultura e do próprio grupo indígena.

2. Terra

A situação apresentada neste relatório demonstra que todas as áreas dos diversos grupos indígenas do Javari são constantemente invadidas.

A Funai local sempre se omitiu diante das penetrações das frentes extrativistas em área indígena, e somos obrigados a dizer que a Ajustol manteve estreitas relações com os poderes locais, se tornando conivente das invasões por estes promovidas.

Delvair Melatti diz textualmente que a partir de Atalaya do Norte a Funai "assiste diariamente, anos a fio, a dilapidação das áreas indígenas e mantém relacionamento pacífico com os exploradores das mesmas, em nome de sua deficitária infraestrutura e dos diminutos orçamentos que recebe anualmente (1980 : 16). Passados 5 anos constatamos a mesma omissão e conivência descritos anteriormente. São que ocorrem invasões mais organizadas, como por exemplo a instalação do projeto de colonização na área dos Matsés do Jaquirana, ou dos madeireiros que trabalham com tratores no Rio Pardo, ou ainda a violenta invasão por parte da Petrobrás em território de grupos arredios. Além das constantes invasões pelas frentes extrativistas tradicionais.

A atitude da Funai que em 1980, já era totalmente inaceitável, reveste-se hoje de gravidade maior, uma vez que a área foi interdita em 1985,

e que a Funai local não se posicionou no sentido de fazer respeitar esta medida preventiva e sustar as invasões da A I.

Se com um instrumento legal em mãos, a Funai não demonstrou capacidade de fazer respeitar a lei, quando as terras do Índios deixarão de ser invadidas?

II PROPOSTAS

I - Política Indigenista

1. Para adequar a sua atuação à realidade local, é preciso que a Funai desvincule da Ajusol o atendimento ao grupo indígena Ticuna do Rio Solimões, montando com esta finalidade, um novo esquema de assistência com sede numa das outras cidades localizadas nesta área.

A base da Ajusol voltaria então a atender especificamente os grupos indígenas de todo o Vale do Javari.

2. Considerando o quadro da realidade aqui apresentado, somos do parecer que a atuação da Funai nesta área deve se concentrar na assistência dos grupos já contatados, proporcionando-lhes melhores perspectivas para o futuro.

Acreditamos que não devem ser efetuados absolutamente nenhuma tentativa de contatção ou atração dos grupos arredios/isolados da bacia do Vale do Javari. Estes grupos sofreram tanto pelas experiências de atração levadas ao fracasso pela Funai como pelos contatos violentos com a Petrobrás e as frentes pioneiras. Esses grupos precisam se reestruturar sem se tornar mais uma vez objeto de interesses que não lhes dizem respeito. Precisam de tempo e de tranquilidade, e é isto que a Funai tem o dever de lhes garantir.

3. Na assistência prestada aos índios do Javari a Funai não pode dirigir a sua ação indigenista de modo uniforme e abrangente para todos os grupos desta área. É preciso que sejam consideradas as peculiaridades de cada povo e situação, cada qual merecendo uma atuação específica que responde as suas necessidades intrínsecas.

4. Para elevar a qualidade de sua atuação e responder eficazmente a complexidade da realidade local, a Funai tem o dever de preocupar-se com a formação de seus quadros. Assim propomos uma reciclagem dos funcionários que já atuam na área, e capacitação dos novos elementos que se proponham a trabalhar

nesta área. Esta preparação deveria atender a qualificação profissional e técnica dos agentes nos seus ramos específicos de atuação, além de uma formação indigenista mais ampla dos mesmo, no sentido de forjar uma mentalidade realmente voltada para o índio e a sua problemática.

Como foi visto, a contratação de Índios na função de auxiliares de serviços gerais gerou situações difíceis que devem ser contornadas. Para isto se faz necessário uma observação mais minuciosa a fim de poder avaliar adequadamente a situação de cada caso, e sugerir soluções que beneficiarão os grupos interessados.

2. ASSISTÊNCIA

I - Saúde

Tem que ser estabelecido o quanto antes um programa de atendimento de saúde para os Índios do Javari, que possa suprir as falhas atualmente existentes e modificar o quadro apresentado neste relatório. Achamos que qualquer tipo de planejamento à nível de saúde deveria incluir as seguintes propostas:

- a vacinação sistemática de todos os Índios do Javari e o seu devido registro médico.

- tornar a assistência nos postos mais eficiente (em todos os sentidos) para que os Índios possam ser atendidos no próprio local e que somente em último caso sejam removidos para a cidade.

- o acompanhamento periódico e organizado da atuação dos agentes nas áreas por uma equipe médica.

- promover um estudo quanto as consequências acarretadas nos Índios pelo uso exagerado de antibióticos e outros remédios da medicina ocidental, e ainda de formas alternativas de cura que sejam menos prejudiciais aos Índios. Neste sentido deveria ser dado uma ênfase maior ao conhecimento dos Índios e a sua medicina autóctone.

- estruturar na cidade de Atalaya do Norte uma enfermaria que oferecesse as melhores condições de atendimento possíveis para evitar a remoção dos doentes para os hospitais das cidades circunvizinhas. Esta enfermaria deve ser pensada considerando que será destinada à Índios de pouco contato e deveria ser composta de consultórios médico e odontológico, laboratório e farmácia. Esta unidade de saúde teria que contar com uma equipe que assumisse realmente o programa de saúde para os Índios do Javari.

É preciso esclarecer que esta enfermaria não pode se tornar, sob nenhum pretexto, uma casa de hospedagem ou casa de trânsito dos Índios.

- Por este motivo se faz necessário um outro local que pudesse servir para hospedar os Índios na sua passagem na cidade, tendo contudo o cuidado que esta casa não se torne um atrativo para a saída dos Índios de suas aldeias, tendo que o seu funcionamento interno ser muito bem pensado.

2. Educação

Como já foi abordado aqui, um processo de educação que venha a ser desenvolvido junto aos Índios do Javari, deve estar pautado em conceitos que respeitam as diferenças culturais existentes entre as várias sociedades, e as peculiaridades do contexto de cada um deles, tendo como objetivo fornecer-lhes subsídios de linguagem e matemática para que possam estabelecer relações igualitárias com a população envolvente. Até o momento, não acreditamos na capacidade da Ajusol em desenvolver uma ação educacional segundo esse critério, e qualquer tentativa realizada nas condições atuais será fadada ao fracasso, provocando maior confusão ainda na vida dos Índios do Javari.

3. Comercialização

A realidade demonstra que os grupos contatados do Javari já criaram uma série de necessidades quanto a aquisição de objetos industrializados. Com a interdição da área indígena e quem sabe, a posteriora demarcação, o problema de suprimento dos Índios se torna maior. A Funai tem que procurar novas formas dos Índios escoarem a sua produção e adquirir os artigos que precisam, sem serem sujeitos à exploração dos patrões, nem a dependência da Funai.

4. - Limites da área indígena

Os limites proposto por este GT/85, são fundamentalmente os mesmos que constam na interdição da Área Indígena Javari, através da portaria 1849/E de 08 de abril de 1985.

Mas, ao mesmo tempo que deve ser observado o quadro formado pelas informações levantadas por este GT, é necessário que sejam realizados os trabalhos de reconhecimento das áreas de ocupação de grupos isolados, que, conforme estabelecido pelo Grupo de Estudo Javari (GE Javari), não deve ter como objetivo efetuar contatações, mas sim realizar o levantamento de dados que subsidiem a definição dos limites da área.

Nesse sentido é Incompreensível que ainda não tenham sido realizados os sobre-vôos da área, apesar de já ter sido em muito ultrapassado o prazo estabelecido pelos membros do GE Javari que ficarem incumbidos desta tarefa. Porém nenhuma justificativa foi apresentada para a não realização dos trabalhos previstos.

Áreas a serem reconhecidas

1. Alto rio Jaquirana e seus afluentes Batã e Hospital
2. No médio Curuçã, os Ig. Santana e Flexeira, respectivamente afluentes dos rios Javari e Curuçã.
3. Área compreendida entre os Ig. Maia, cabeceiras do rio Quixito, Ig. Todos os Santos, e cabeceiras do Rio Negro.
4. Área compreendida entre a margem direita do rio Quixito e a margem esquerda do Rio Ituí.
5. Área compreendida entre os Rios Curuena e Itaquai.

Os limites referentes a estas áreas poderão ser modificados a partir das informações obtidas no levantamento proposto. Enquanto isto não acontece,

devem permanecer como válidos os limites estabelecidos na interdição da área. Quanto aos itens 3 e 4 sugerimos a adequação dos limites estabelecidos como linha seca entre o rio Quixito e a confluência dos rios Ituí/Itaquaí e desta, até o rio Curuena, no sentido de seguir os limites naturais. Isto devido a dificuldade de controle da área, mas isto não pode acarretar prejuízo aos índios na sua área de ocupação.

Não se faz necessário o reconhecimento das áreas dos índios Korubo, "Flecheiros", Tsohom Djapa e isolados das cabeceiras do Jutaí por serem áreas de ocupação já comprovadas. Além disto esses grupos já sofreram bastante nos contatos "forçados" com a sociedade nacional, principalmente pela atuação da Petrobrás

A área do Lameirão foi omitida na proposta de interdição. Consideramos o Lameirão como sendo parte da área indígena do Vale do Javari. A problemática de todos estes grupos da área, inclusive os do Lameirão, Irari e São Luis, deve ser estudada conjuntamente. Propomos portanto a inclusão da área do Lameirão na interdição da AI Javari e na proposta de delimitação.

Controle da área

É fundamental a retirada imediata de todos os invasores que se encontram na área que foi interditada. A Funai local precisa montar um controle sistemático da área indígena através de postos de vigilância localizados:

- 1- Na confluência dos rios Ituí e Itaquaí.
- 2- Na confluência do Ig. Figuerido com o rio Quixito.

E ainda através dos postos indígenas localizados nos rios Jaquirana e Curuça.

É importante que a Ajustol torne os limites da área conhecidos e os faça respeitar.

Manaus : 20 de maio de 1986

Lino João de Oliveira Neves
Indigenista OPAN/Prelazia
de Tefé

Silvio Cavuscens
Indigenista OPAN/Prelazia
do Alto Solimões